



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**JESSICA ASSUNÇÃO LEAL**

**A CONSTITUIÇÃO DA REDE ESCOLAR MUNICIPAL DE TIMON – MARANHÃO  
DE 1943 A 1967**

**TERESINA-PI**

**2023**

JESSICA ASSUNÇÃO LEAL

**A CONSTITUIÇÃO DA REDE ESCOLAR MUNICIPAL DE TIMON –  
MARANHÃO DE 1943 A 1967**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação

Orientador: Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho  
Lopes

TERESINA-PI

2023

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Divisão de Representação da Informação

L435c Leal, Jessica Assunção  
A constituição da Rede Escolar Municipal de Timon - Maranhão de  
1943 a 1967. / Jessica Assunção Leal - 2023.  
  
150 f ; il .  
  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro  
de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Teresina, 2023.  
  
“Orientador: Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes .”  
  
1. Educação - Maranhão - História. 2. Educação - Timon (MA).  
3. Educação - História. I. Lopes, Antonio de Pádua Carvalho. II.  
Título.  
  
CDD 370.981 22

JESSICA ASSUNÇÃO LEAL

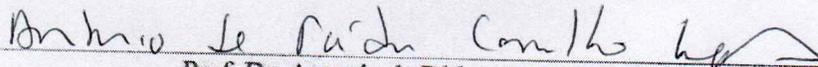
**A CONSTITUIÇÃO DA REDE ESCOLAR MUNICIPAL DE TIMON – MARANHÃO  
DE 1943 A 1967**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação

Aprovada em: 25 de agosto de 2023

**BANCA EXAMINADORA**



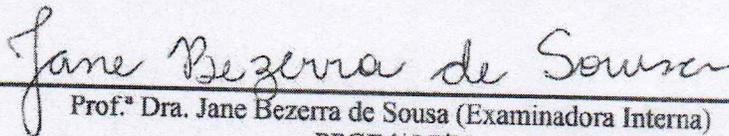
Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes (Orientador)  
PPGED/ UFPI



Documento assinado digitalmente

ALESSANDRO CARVALHO BICA  
Data: 01/04/2024 10:27:19 -0200  
Verifique em <https://validar.ti.gov.br>

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica (Examinador Externo)  
PPGMAE/UNIPAMPA



Prof.<sup>a</sup> Dra. Jane Bezerra de Sousa (Examinadora Interna)  
PPGED/ UFPI

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por tantas coisas boas que proporciona em minha vida. À minha família, por todo o incentivo e apoio.

Ao Lucas, por todo o amor e a paciência.

À minha turma de Mestrado, em especial: Joey, Hellen, Verônica, Ítalo, Jefferson, Ilmara e Eulina. Obrigada pelos conselhos, pela amizade, por tornarem todo esse processo mais leve.

Ao meu orientador, professor Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes. Gratidão pelos diálogos, pelas atividades, pelos ensinamentos relevantes.

Aos meus pet's, por seu amor incondicional

À Thalyta, por sua amizade.

À professora Dra. Julinete Vieira Castelo Branco, um dos meus maiores exemplos de bondade e dedicação.

À minha turma de Especialização em Educação, Ruralidades e Cidadania. Em especial, Sérgio.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED- UFPI).

À Câmara dos Vereadores de Timon, especialmente, Sra. Rosa Gedeon, Sra. Tânia, Sr. Carlos, Francisco, Dona Francisca, Eduardo. A todos os funcionários que me acolheram tão bem e disponibilizaram toda a documentação disponível no acervo.

A todos os participantes, pela disponibilidade e pelas contribuições valiosas

JESSICA, Assunção Leal. **A constituição da rede escolar municipal de Timon – Maranhão de 1943 a 1967.** Orientador: Antonio de Pádua Carvalho Lopes. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

## RESUMO

Considera-se neste estudo a importância de compreender o papel do poder público municipal na construção e organização da rede escolar, assim como no oferecimento da escolarização à população. Nessa perspectiva, estabeleceu-se como objetivo geral analisar a constituição da rede escolar municipal de Timon no período de 1943 a 1967. Para tanto, elencaram-se os seguintes objetivos específicos: caracterizar os aspectos políticos, econômicos, sociais, educacionais que enlaçavam o Brasil, o Maranhão e Timon no período estudado; compreender como se deu a estruturação da rede escolar municipal de Timon, e o papel do poder público municipal no oferecimento de serviços educacionais à população timonense; situar os sujeitos e as práticas educativas envolvidas na organização da rede escolar municipal de Timon, além de tratar-se de uma pesquisa de História da Educação, tendo como sustentáculo teórico a História Cultural, embasada em conceitos de documento monumento, de Le Goff (1996); de memória, de Halbwachs (1990). Ademais, utiliza-se a História Local para entender o município, seus aspectos sociais, culturais e econômicos. Para compreender como as relações políticas influenciaram o processo de organização da rede escolar, lançou-se mão da História Política. Consultaram-se documentos como decretos, leis, projetos de lei, censos, anuários, atas, jornais disponibilizados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; no portal do Planalto, do governo federal, e do Senado Federal; no acervo digital da Biblioteca Benedito Leite; além do arquivo da Câmara de Vereadores de Timon, do arquivo público de Teresina e do arquivo público do Maranhão. O uso da História Oral permitiu o acesso a diferentes visões sobre o objeto de estudo. Autores como Gonçalves Neto e Carvalho (2015) possibilitaram apreender como as Câmaras Municipais atuaram na esfera educacional nas primeiras décadas da República; Araújo (2005), o modo como município, federação, organização da educação arquitetaram-se no espaço brasileiro; Barros (2007) permitiu reconhecer a importância de falar das cidades. Para discorrer sobre Timon, baseou-se esta pesquisa em Silva (2014), que acompanha as mudanças ocorridas no município desde os grupos escolares até o surgimento do Ginásio Bandeirante (1942-1971); além de Lula (1991), Sousa (2005), Santos (2007) e Sousa (2015), que tratam de urbanização, saúde, lazer, política, administração e da influência de personalidades como o padre Delfino da Silva Júnior; e Magalhães (2019), para quem estudar a história dos municípios na instrução é relevante, sendo inegável a importância municipal na educação moderna. Esta investigação permitiu conceber a atuação do poder público municipal na oferta de educação escolar à população, as relações estabelecidas com outros entes federativos para a concretização dessa oferta e como as decisões e ações realizadas durante o recorte temporal estudado deixaram marcas na educação de Timon nos dias atuais. Depreendeu-se o aumento do oferecimento do ensino primário e a maior atuação municipal para a expansão dele, fato que não ocorreu com o ensino secundário, na oferta do qual o poder público municipal foi coadjuvante.

Palavras-chave: História da Educação; Timon; educação; município.

JESSICA, Assunção Leal. **The constitution of the municipal school network of Timon – Maranhão from 1943 to 1967**. Mentor: Antonio de Pádua Carvalho Lopes. Dissertation (Master in Education) – Graduate Program in Education, Education Sciences Center, Federal University of Piauí, Teresina, 2023.

### ABSTRACT

This study considers the importance of understanding the role of the municipal government in the construction and organization of the school network, as well as in offering schooling to the population. In this perspective, it was established as a general objective to analyze the constitution of the municipal school network of Timon in the period from 1943 to 1967. For that, the following specific objectives were listed: to characterize the political, economic, social, educational aspects that linked Brazil, Maranhão and Timon in the studied period; understand how the municipal school network of Timon was set up, and the role of the municipal government in offering educational services to the population of Timon; situate the subjects and practices involved in the organization of Timon's municipal school network. This is a research on the History of Education, having Cultural History as its theoretical support, based on concepts such as the monument document, by Le Goff (1996); and memory, by Halbwachs (1990). Furthermore, Local History is used to understand the municipality, its social, cultural and economic aspects. To understand how political relations influenced the process of organizing the school network, Political History was used. Documents such as decrees, laws, bills, censuses, yearbooks, minutes, newspapers available on the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) website were consulted; at the National Library's Digital Hemeroteca; on the portal of Planalto, the federal government, and the Federal Senate; in the digital collection of the Benedito Leite Library; in addition to the archive of the City Council of Timon, the public archive of Teresina and the public archive of Maranhão. The use of Oral History allowed access to different views on the object of study. Authors such as Gonçalves Neto and Carvalho (2015) made it possible to apprehend how City Councils acted in the educational sphere in the first decades of the Republic; Araújo (2005), the way in which the municipality, federation, organization of education were built in the Brazilian space; Barros (2007) allowed recognizing the importance of talking about cities. To discuss Timon, this research was based on Silva (2014), who follows the changes that occurred in the municipality from the school groups until the appearance of Ginásio Bandeirante (1942-1971); in addition to Lula (1991), Sousa (2005), Santos (2007) and Sousa (2015), who deal with urbanization, health, leisure, politics, administration and the influence of personalities such as Father Delfino da Silva Júnior; and Magalhães (2019), for whom studying the history of municipalities in education is relevant, the municipal importance in modern education being undeniable. This investigation made it possible to conceive the performance of the municipal government in offering school education to the population, the relationships established with other federative entities for the realization of this offer and how the decisions and actions carried out during the period studied left marks on Timon's education in the days current. It was inferred that there was an increase in the offer of primary education and greater municipal action for its expansion, a fact that did not occur with secondary education, for which the municipal public power was supportive.

Keywords: History of Education; Timon; education; County.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Vista de cima da Avenida Piauí e da Ponte José Sarney (Ponte da Amizade), em Timon	20
Figura 2 -	RIDE Grande Teresina	22
Figura 3 -	Ponte Nova, que liga Timon a Teresina	23
Figura 4 -	Ponte Metálica João Luís Ferreira, que liga Timon a Teresina	24
Figura 5 -	Anexo do Decreto Estadual nº 820, que muda o nome de Flores para Timon	27
Figura 6 -	Posição de Timon no estado do Maranhão	29
Figura 7 -	Divisas de Timon (1949)	30
Figura 8 -	Zona do Médio Parnaíba	31
Figura 9 -	Viva o Babaçu!	37
Figura 10 -	Farmácia em Timon (1956)	39
Figura 11 -	Propaganda de Farmácia em Timon (1956)	39
Figura 12 -	Prefeito Joaquim Martins Ferreira (PSD)	45
Figura 13 -	José Nilton Nunes (PSD)	46
Figura 14 -	Posse do governador José Matos de Carvalho	47
Figura 15 -	Avenida Getúlio Vargas, em Timon (anos 1950)	51
Figura 16 -	Croqui anexado ao projeto de autoria de Hélio Albuquerque	52
Figura 17 -	Venda de lotes do bairro Parque Piauí (1958)	54
Figura 18 -	Propaganda bairro Santo Antônio	55
Figura 19 -	Venda de lotes de terreno no bairro São Benedito	56
Figura 20 -	Urbanização de Timon	59
Figura 21 -	Participação do Caixa do Pobre Futebol Clube em torneio municipal	61
Figura 22 -	Cinema promovido pela Caixa do Pobre	62
Figura 23 -	Planta do Estádio Miguel Lima	65
Figura 24 -	Movimento esportivo do time da Caixa do Pobre	66
Figura 25 -	O sete de setembro em Timon	67
Figura 26 -	O ensino primário no Maranhão	68
Figura 27 -	Continuação da notícia O ensino primário no Maranhão	69
Figura 28 -	Notícia sobre as dificuldades enfrentadas pelos pais para educarem os filhos	77
Figura 29 -	Continuação da notícia <i>Novas perspectivas para a instrução</i>	78
Figura 30 -	Servida a primeira merenda	81
Figura 31 -	Número de unidades escolares e matrícula geral nos estabelecimentos primários, estaduais, municipais e particulares (1947)	82
Figura 32 -	Matrícula efetiva nas escolas primárias estaduais, municipais e particulares do Maranhão (1947)	83
Figura 33 -	Notícia <i>À procura de um padrinho</i>	95
Figura 34 -	Frequência na Escola Beneficente da Caixa do Pobre em julho de 1956	96
Figura 35 -	Festa escolar	97
Figura 36 -	Criação do Ginásio Colegial e industrial	105
Figura 37 -	Lei que cria o Ginásio Industrial	106
Figura 38 -	Propaganda do Ginásio Desembargador Luís Gonzaga, em Caxias	112
Figura 39 -	Propaganda do Colégio e Escola Técnica de Comércio São Francisco de Sales	113
Figura 40 -	Propaganda Ginásio Desembargador Antônio Costa	115

Figura 41 -	Aprovado em medicina	116
Figura 42 -	Ginásio Leão XIII	117
Tabela 43 -	Matrículas do ensino médio em 1965 e 1966, e previsão de matrícula para 1967	118
Figura 44 -	Caxias pede Ginásio	119

## **LISTA DE FOTOS**

Foto 1 - Homens trabalhando em estradas, sob o comando do 2º BEC

57

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Data de criação e área territorial dos municípios da zona do Médio Parnaíba	31
Tabela 2 -	Área territorial dos municípios da zona do Médio Parnaíba (1940-1960)	32
Tabela 3 -	População presente dos municípios da zona do Médio Parnaíba, em 1960	33
Tabela 4 -	População urbana e rural de Timon (1950, 1960, 1970, 1980)	34
Tabela 5 -	Prefeitos de Timon de 1943 a 1967	41
Tabela 6 -	Governadores do estado do Maranhão de 1943 a 1967	42
Tabela 7 -	Homenagens e títulos recebidos por padre Delfino da Silva Júnior da Prefeitura de Timon	43
Tabela 8 -	Leis municipais voltadas para socorro às vítimas de incêndio	50
Tabela 9 -	Transformação da zona urbana de Timon (1954-1956)	58
Tabela 10 -	Ensino primário no Maranhão (1943)	74
Tabela 11 -	Padrão e vencimento dos professores	79
Tabela 12 -	Classificação de professoras por classe (1959)	80
Tabela 13 -	Dados sobre a educação primária maranhense e timonense	86
Tabela 14 -	Relação de alunos do lugar São Lourenço, do município de Timon, em idade escolar	89
Tabela 15 -	Salário dos funcionários municipais de Timon a partir de 1954	93
Tabela 16 -	Leis municipais que tratavam da criação e transferência de escola municipais em Timon	98
Tabela 17 -	Leis voltadas para a educação em Timon (1958-1967)	102
Tabela 18 -	Situação educacional dos municípios do Médio Parnaíba	102
Tabela 19 -	Gastos da Prefeitura de Timon com a educação pública	108

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Dissertações e teses que tratam de município e educação	10
Quadro 2 -	Dissertações e teses que tratam de município e educação de Timon	12
Quadro 3 -	Colaboradores, número de colaboradores, período	17
Quadro 4 -	Colaboradores da Pesquisa	18
Quadro 5 -	Aspectos fisiográficos de Timon	21
Quadro 6 -	Porcentagens determinadas pelo Convênio Nacional do Ensino Primário, a serem aplicadas no ensino primário por cada ente federativo	72
Quadro 7 -	Leis Orgânicas/Reforma Gustavo Capanema	75

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>“DOS ENGENHOS E DAS FLORES TU SUGISTES ARA NÓS”</b>	<b>20</b>
<b>2.1</b>	<b>Timon Hoje</b>	<b>20</b>
<b>2.2</b>	<b>De Flores e Timon</b>	<b>24</b>
<b>2.3</b>	<b>A Administração Pública Municipal de Timon e a expansão do Município</b>	<b>41</b>
<b>2.4</b>	<b>As transformações urbanas em Timon</b>	<b>48</b>
<b>3</b>	<b>“EDUCAR O POVO – EIS O DEVER DO ESTADO”</b>	<b>71</b>
<b>3.1</b>	<b>O Ensino primário no Brasil, no Maranhão e em Teresina</b>	<b>71</b>
<b>3.2</b>	<b>O ensino secundário e as dificuldades de prosseguir os estudos</b>	<b>109</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>120</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>123</b>
	<b>FONTES DOCUMENTAIS</b>	<b>129</b>
	<b>JORNAIS</b>	<b>136</b>
	<b>FONTES ORAIS</b>	<b>139</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No poema *Meus oito anos*, Casimiro de Abreu diz: “Oh! Que saudades que tenho. Da aurora da minha vida, da minha infância querida. Que os anos não trazem mais”. Esse trecho faz com que esta pesquisadora lembre dos dias de férias na casa de sua avó, no interior do Maranhão, e das histórias dela sobre os tempos de professora leiga, as alegrias, as dificuldades que vivenciou, e as diferenças entre a época dela e meus tempos de escola. Nenhuma de nós, naquela época, imaginava que essas histórias influenciariam na escolha do tema desta dissertação.

Na graduação em Licenciatura em História, na Universidade Federal do Piauí (UFPI), esta pesquisadora teve contato com disciplinas que a fizeram refletir sobre aspectos relacionados à área da História da Educação. Assim, os aprendizados adquiridos na pós-graduação, especificamente no Curso de Especialização em Educação, Ruralidades e Cidadania, realizado no Colégio Técnico de Teresina (CTT-UFPI) aguçaram o entusiasmo e interesse em contribuir com a História da Educação de Timon, suscitando querer entender o papel do poder municipal na construção e organização da rede escolar e no oferecimento da escolarização à população.

Tendo isso em vista, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender como ocorreu a constituição da rede escolar mantida pelo poder público municipal de Timon, município localizado no estado do Maranhão, do período de 1943 (ano marcante para a cidade, quando deixou de se denominar Flores e passou a se chamar Timon) a 1967 (ano que alude ao primeiro mandato do prefeito Napoleão Guimarães, uma época em que se assistiu a um aumento do número de escolas municipais e avanços significativos no município em comento). É oportuno enfatizar que em alguns momentos, foi necessário recuar ou mesmo avançar alguns anos no tempo, visando a uma compreensão mais acurada dos fatos.

Buscando melhor sistematizar a pesquisa elencaram-se alguns objetivos específicos, a saber: caracterizar os aspectos políticos, econômicos, sociais, educacionais que enlaçavam o Brasil, o Maranhão e Timon no período estudado; compreender o papel do município em apreço no oferecimento de serviços educacionais à população; situar os sujeitos e as práticas envolvidas na organização da rede escolar municipal de Timon.

Destaca-se a educação de modo geral para evidenciar o papel do município, ou seja, embora o foco desta pesquisa seja a atuação do poder público municipal na oferta educacional, é preciso que se destaque também como o estado e a União agiram financeiramente, ou mesmo delegando funções aos municípios.

Para tanto, realizou-se um levantamento nos repositórios da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), da UFPI, e no banco de teses e dissertações da Capes. Nesse ensejo, digitaram-se no campo de busca os termos *educação* e *município*, constatando um pequeno número de pesquisas, conforme relacionado no Quadro 1.

Quadro 1 – Dissertações e teses que tratam de município e educação

Título	Autor	Categoria/Ano	Instituição
Educação infantil no estado do Rio de Janeiro: um estudo das estratégias municipais de Atendimento	Maria Fernanda Rezende Nunes	Tese 2005	Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRJ)
Políticas públicas para a educação municipal: um estudo do município de Paraisópolis – MG	Marilda Siquêra Corrêa	Dissertação 2009	Programa de Pós-Graduação em Educação (PUCMG)
As vicissitudes da construção da qualidade: o ensino na política pública na educação no município de Porto Alegre de 1989 a 1996	Carlos Roberto da Silva Machado	Dissertação 1999	Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRGS)
A municipalização do ensino na região de governo de Bauru, estado de São Paulo, e a eventual valorização do magistério (1988-2003)	Nazil Canarim Junior	Tese 2008	Programa de Pós-Graduação em Educação (UFSC)
Municipalidade e educação: estudo de projetos municipais de educação especial	Plinio Toldo	Tese 1996	Programa de Pós-Graduação em Educação (PUC-SP)
O papel do Cenpec nas definições do Programa Melhoria da Educação no Município: um estudo de caso sobre as relações entre a sociedade civil e a política educacional municipal	Maria de Fatima Duarte Angeiras	Tese 2007	Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPE)
O movimento de Belo Horizonte (1897-1992): progressivo avanço do direito à educação	Shirley Aparecida de Miranda	Dissertação 1998	Programa de Pós-Graduação em Educação (UFMG)

Fonte: Banco de teses e dissertações da UFPI, UFMA, UEMA, Capes (2022).

Para entender melhor a relação educação-município, recorre-se à coletânea organizada por Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho (2015), intitulada *Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil*, que tem como foco tratar da atuação

das Câmaras Municipais na esfera educacional nas primeiras décadas da República. Trata-se de uma obra que leva a refletir sobre a história da educação brasileira, sobretudo no que diz respeito ao aspecto local, colocando em ênfase o papel do município, no tocante a oferecer educação pública no período entre o fim do Império e início da República.

Destaca-se também a tese *Município, federação e educação: história das instituições e das ideias políticas no Brasil*, de Gilda Cardoso de Araújo (2005), que mostra como as ideias de município, federação, organização da educação foram arquitetando-se no espaço brasileiro.

Para Costa (2019), a narrativa historiográfica dedicou-se por muito tempo à história da civilização. Embora a construção de uma identidade nacional no pós-independência tenha buscado encaixar o Brasil nessa linhagem, a investigação historiográfica avançou a ponto de mostrar que os desafios das pesquisas dos objetos iam além da história institucional biográfica, masculina, elitista, política. Como consequência, a história vem buscando novos objetos de estudo. Construir uma história local, por exemplo, perpassa a história de uma cidade ou estado, pois envolve outros conceitos, a exemplo dos geográficos.

Barros (2007) explica que o século XX foi o “século da urbanização”, quando a maioria da população global foi viver nas cidades. Se por muito tempo, a cidade foi vista como algo que não parecia familiar para uma sociedade que era essencialmente agrícola e dependia do campo para sobreviver, com o tempo, isso mudou, e nem a história nem as ciências humanas poderiam ficar alheias a tal fato.

Para o referido autor,

pensar e sentir a cidade fora muitas vezes uma tarefa dos poetas dos cronistas e romancistas, dos teólogos, também dos arquitetos e dos filósofos – mas neste último caso sempre como um caminho para compreender problemas humanos mais gerais, para pensar os modelos ideais de organização do mundo político, para impor hierarquias sociais. Assim, pode-se dizer que, de outro lado, embora a cidade tenha sempre frequentado reflexão de filósofos e pensadores dos mais diversos tipos, ela ainda não aparecia, como dissemos acima, como uma forma “mais específica” de organização do mundo político, para impor hierarquias sociais. (BARROS, 2007, p. 10).

Mesmo que tenha sido ampliado o número de estudos sobre as cidades, ainda há muito a ser estudado, pesquisado. No que se refere a Timon, entre os anos de 2013 e 2021, encontram-se três dissertações que abordaram a educação no município (Quadro 2). Por sinal, são perceptíveis as lacunas existentes na historiografia sobre Timon, sendo escassas as pesquisas sobre o processo de construção, instalação e funcionamento das escolas mantidas pelo poder público municipal, tanto no que diz respeito ao meio urbano quanto rural.

Na busca por fontes bibliográficas nos repositórios da UFPI, da UFMA e da UEMA, bem como no banco de teses e dissertações da Capes, utilizaram-se alguns critérios: que os

estudos tratassem da historiografia maranhense e timonense, no período estabelecido; ou aludissem à relação entre educação e município.

Isso posto, as produções encontradas exploram a história da educação no Maranhão e em Timon, a partir de fontes e pontos de vista distintos, ensejando maior compreensão da historiografia estadual e local.

Quadro 2 – Dissertações e teses que tratam de município e educação de Timon

<b>Título</b>	<b>Autor</b>	<b>Categoria/Ano</b>	<b>Instituição</b>
Desbravando inteligências para o desenvolvimento: o projeto bandeirante e a expansão do secundário maranhense na gestão Sarney (1966-1971)	Elizania Sousa do Nascimento	Dissertação 2013	Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPI)
A constituição da rede escolar de Timon – MA: do grupo escolar ao Ginásio Bandeirante	Cristiano de Assis Silva	Dissertação 2014	Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPI)
Grupo Escolar Padre Delfino (1958-2016)	Elisângela Maria Silva	Dissertação 2018	Programa de Pós-Graduação em Educação (UFPI)

Fonte: Banco de teses e dissertações da UFPI, UFMA, UEMA, Capes (2022).

Silva (2014), em sua dissertação, *A constituição da rede escolar de Timon – MA: do grupo escolar ao Ginásio Bandeirante*, promove um estudo sobre a estruturação da rede escolar de Timon – MA, desde os grupos escolares até o surgimento do Ginásio Bandeirante (1942-1971), acompanhando as mudanças ocorridas no município que possibilitaram aos sujeitos implicados nesse processo experiências escolares significativas e a continuidade de sua escolarização.

Trata-se de um estudo que discorre sobre a rede escolar de Timon de maneira geral, diferindo-se da perspectiva desta investigação, pois o objetivo aqui compreende a ação do poder municipal na oferta educacional. Ademais, é preciso levar em consideração o referem Ludke e André (apud DEL- MASSO; COTTA; SANTOS, s.d), que por mais que um caso se assemelhe a outro, não são idênticos, pois cada pesquisa tem sua própria especificidade, com singularidades que vão desde os motivos de escolha do tema até a conclusão.

Por sua vez, Silva (2018) reconstitui e organiza a história e memória do Grupo Escolar Padre Delfino, desde a criação dele, em 1958, até o ano de 2016, quando se converteu em Colégio Militar. A propósito, Lula (1991), Sousa (2005), Santos (2007) e Sousa (2015) mencionam que a susodita pesquisa não tem como escopo a educação, mas ajuda a entender mais sobre a cidade de Timon, a urbanização, a saúde, o lazer, a política, a administração e a influência de personalidades, como o padre Delfino da Silva Júnior.

Nascimento (2013), em seu trabalho de mestrado, intitulado *Desbravando inteligências para o desenvolvimento: o projeto bandeirante e a expansão do secundário maranhense na gestão Sarney (1966-1971)*, realiza um estudo sobre a expansão do ensino secundário no Maranhão, por meio do Projeto Bandeirante, no período de 1968 a 1973.

Além dos estudos apresentados no Quadro 2, o livro *História do ensino primário e secundário de Timon (1950-1986) – Instituições e práticas educativas*, organizado por Da Silva e Da Costa (2020), reúne artigos que tratam da educação em Timon e são resultado de estudos executados no Núcleo de Estudos e Pesquisas História e Memória das Instituições Escolares (NEPHIME).

Outrossim, alguns artigos foram igualmente relevantes para esta investigação. Em *Histórias cruzadas da escola primária no Maranhão, Acre, Bahia (1930 a 1960): algumas aproximações*, as autoras trazem as semelhanças, diferenças e singularidades na trajetória de implantação da escola primária nos estados elencados (LIMA; ROCHA; CRUZ; DICK, 2015). Ainda sobre a expansão do ensino secundário no Maranhão, a leitura do artigo *O ensino secundário no estado do Maranhão (1940-1968)* foi importante. Por meio dele, Castro e Castellanos (ano), mediante uma grande variedade de fontes, possibilitaram a compreensão de como se deu a expansão do ensino secundário maranhense de 1940 a 1968.

Outro autor que exerceu influência significativa neste trabalho foi Magalhães ([s.d.], p.19), ao trabalhar o conceito de município pedagógico:

pelo municipalismo pedagógico se abre uma via de historicidade que permite conhecer o local educativo nas suas singularidades, denominações e formas de evolução, como nas linhas de continuidade e transversalidade enquanto constitutivo dos Estados-Educadores europeus.

Por sinal, Magalhães (2019) relata que a história dos municípios na instrução é algo revolucionário, sendo inegável a importância municipal na educação moderna e contemporânea. Dentre os obstáculos para os estudos que envolvem município e educação, está o acesso à informação, pois muita documentação se perdeu com o tempo, fato que impede a observação de permanências e regularidades, dificultando as pesquisas. Contudo, isso não impede de perceber o município como local educativo, com relevância histórica e pedagógica para a modernização escolar.

Com vistas a apreender como as relações políticas influenciaram o processo de organização da rede escolar de Timon, fez-se uso da História Política, refletindo sobre “até que ponto os homens são genuínos sujeitos históricos ou meros atores dentro de uma estrutura de poder supraindividuais” (SÊGA, 2002, p. 195). Nesse contexto, Barros (2012) foi importante,

por discutir conceitos como *discurso e imaginário*, e como eles se conectam com outros campos de estudo da História Cultural.

Para Fonseca (2008), a História Cultural tornou-se um campo de estudo rico, que muito tem colaborado com a historiografia ocidental. Um dos pontos que diferencia a História Cultural da História Episódica é que, ao mesmo tempo em que ela busca novos objetos, provoca inovações em outros.

Como exemplo disso, é possível citar a História Política, que durante muito tempo, foi definida pela perspectiva tradicional, mas com o desenrolar dos anos, passou a ser investigada sob a ótica de outras referências. E assim também aconteceu com a História da Educação,

lembrando que, em suas origens, a História da Educação alimentou-se da tradição historiográfica positivista e da História das Idéias, passando posteriormente por um momento de afinidades com o marxismo, estando hoje cada vez mais próxima da Nova História. A História Cultural, hoje hegemônica academicamente, não deixa de exercer sua força sobre a investigação em História da Educação. [...] Os últimos balanços realizados sobre a produção em História da Educação indicam uma forte e já reconhecida tendência das pesquisas na direção da Nova História, especialmente da História Cultural. (FONSECA, 2008, p. 59).

Além disso, Lima Junior (2008, p. 201) ratifica que optar por estudos culturais como fundamento para arquitetar a noção de cidade permite captar informações que um olhar mais tradicional não possibilitaria, uma vez que a História Cultural “valoriza o cotidiano e o percebe dinâmico e vivo”.

Ela também lança mão de documentos oficiais como fontes, embora a forma como são trabalhados se altere, pois o pesquisador agora deve averiguar evidências de modo crítico. Pensando nisso, emprega-se o conceito de documento monumento, em consonância com Le Goff (1996, p. 538), para quem

o documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.

Por cúmulo, contextualizar o documento identificado é fundamental para o ofício do historiador, inclusive entender que um documento não é neutro, pois sempre carrega consigo a concepção da pessoa ou do órgão que o escreveu, enquanto parte da construção da pesquisa histórica (GRAZZIOTIN, 2022, p. 11).

As leituras, os trabalhos que tratam do tema abordado nesta pesquisa foram consideráveis, mas não a única fonte de conhecimento. No século XIX, predominava a visão positivista da história, mas Marc Bloch e Lucien Febvre romperam com esse pensamento, o que promoveu inúmeras modificações no campo historiográfico.

A propósito, Barros (2010, p. 21) afirma que

a terceira fase dos Annales abre-se a uma ampla diversificação de objetos e dimensões de estudo, em alguns casos a uma certa fragmentação do conhecimento historiográfico. A ampliação de campos históricos já não tem limites. Há uma história para tudo o que é humano, ou mesmo espaço para uma “história sem homens”.

Os arquivos municipais e estaduais, por exemplo, constituíram fontes indispensáveis para sanar os questionamentos lançados durante a realização da pesquisa. Priori (2002, p. 12) fala sobre a importância da existência dos arquivos:

[...] são o fundamento do saber histórico, da memória da nação e da construção do Estado nos adverte para o fato seguinte: o ofício do historiador não se aprende lendo manuais ou livros de história, mesmo se num estágio mais avançado da carreira o historiador se permite escrever sínteses ou livros de vulgarização. O ofício se aprende em contato com documentos, e, no mais das vezes, documentos escritos. A estes o historiador acrescenta testemunhos orais, imagens fixas ou animadas.

De posse da autorização dos órgãos responsáveis, visitaram-se arquivos escolares, pois os documentos escolares também contam com valor histórico-cultural (BONATO, 2005, p. 197). Entre eles estão memorandos, requerimentos, relatórios, censos, anuários, diários de classe, atas, certificados, planos de aula, registros de matrícula. Analisaram-se, ainda, jornais, mensagens e discursos de lideranças políticas, leis, projetos de lei, decretos, resoluções, portarias, ofícios.

Tencionando a análise da documentação, lançou-se mão da análise documental, com o cruzamento de fontes. Barbosa (2019) reitera que o trato com os documentos oficiais exige uma reflexão profunda sobre quem o produziu, identificando os propósitos, as circunstâncias de sua elaboração. Dessa maneira, o emprego de outras fontes colabora na busca por respostas a determinados questionamentos que, segundo Cellard (2012), são cruciais, pois juntamente com o objeto de pesquisa, direcionam o pesquisador para potenciais arquivos e fontes de investigações que podem ser importantes para a pesquisa.

As buscas não se concentraram apenas em acervos físicos, mas digitais também, porquanto estes têm sido responsáveis pela ampliação e democratização do acesso à informação, uma vez que “ao ser disponibilizado na Web, o objeto digital ultrapassa a barreira física e se torna acessível a um número maior de usuários” (MARTINS; DIAS, 2019, p. 01).

Adicionalmente, consultaram-se os documentos disponibilizados por instituições, com

o intuito de levantar fontes documentais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional; Biblioteca Benedito Leite; site do Planalto e do Senado Federal.

Nesse ensejo, sempre atentando ao fato de que

quando se pesquisa em documentos, não se pode levar tudo o que está escrito como uma verdade pura e simples deve-se pesquisar todos os lados envolvidos, pois não é incomum que um ponto da história não seja contado, ou seja, modificado para não mostrar o que foi feito de errado, deve se levar em conta acontecimentos que são deixados de lado e não muito conhecidos ou comentados por serem falhas e quando falados ou escritos os responsáveis tentam “embelezar” para que falhas não apareçam ou são mostradas de leve, não dando muita ênfase. (KUHN, 2014, p. 14).

Outrossim, lançou-se mão de diversas fontes que, de certo modo, esclarecem a História da Educação, as formas de governo, bem como a doutrina política, social e econômica. Enfim, “constitui um aparato de informações que foram construídas pelos homens no tempo, na medida em que são agentes produtores da história” (SCHUMACHER; ZOTTI, 2007, p. 248).

Por oportuno, dialoga-se com Halbwachs (1990), que enfatiza o conceito de memória coletiva, e para quem o indivíduo depende do outro para relembrar fatos passados de sua existência, mesmo quando não se estava presente, pois em memórias, convocam-se as lembranças do grupo no qual se está inserido.

Fez-se uso, ainda, de fontes orais, a partir de entrevistas que auxiliaram as descobertas e a análise efetiva de fontes documentais, uma vez que “a História Oral permite o registro de testemunhos e o acesso a “histórias dentro da história” e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI, 2008, p. 155).

Alguns colaboradores acabaram apontando direções sobre onde procurar determinadas documentações ou até mesmo indicaram outros entrevistados que pudessem trazer informações novas e interessantes para a pesquisa, suscitando “diferentes olhares para um mesmo *corpus* empírico, frente a diferentes perguntas e inquietações investigativas podem constituir uma narrativa diferente da evidenciada nas pesquisas abordadas” (SOUZA; GIACOMONI, 2021, p. 152). Assim, o contato com o arquivo pessoal dos colaboradores também foi importante, como fotos, por exemplo.

As entrevistas proporcionaram vivenciar na prática a afirmação de Galvão e Lopes (2010, p. 120), de que “para fazer história, é necessário, antes de mais nada estar radicalmente disposto a ler, ver, ouvir e contar o outro”. Em face dessa realidade, teve-se acesso a diferentes visões sobre o objeto de estudo, como ressalta Freitas (2006, p. 49):

pois amplifica vozes que não se fariam ouvir. Além de nos possibilitar o conhecimento de diferentes “versões” sobre determinada questão, os depoimentos podem apontar

continuidade, descontinuidade ou mesmo contradições no discurso do depoente. A maior potencialidade deste tipo de fonte é a possibilidade de resgatar o indivíduo como sujeito no processo histórico. Conseqüentemente, reativa o conflito entre liberdade e determinismo ou entre estrutura social e ação humana. Os indivíduos, elementos fundamentais para a compreensão da vida humana, têm sido frequentemente minimizados e marginalizados pelo cientista social, que acredita que os documentos pessoais são subjetivos, descritivos e arbitrários para contribuir com o avanço científico.

Por tratar-se de um trabalho que faz uso de entrevistas e recorreu diretamente a seres humanos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética da UFPI,<sup>1</sup> e depois de aprovado, foram realizadas entrevistas com pessoas agrupadas nas seguintes categorias: moradores da cidade de Timon; vereadores que estiveram envolvidos na elaboração de projetos de lei e na votação de tais projetos; professores e ex-alunos de escolas timonenses; gestores que trabalharam em órgãos municipais e em gestão de escolas, como revela o Quadro 3.

Quadro 3 – Colaboradores, número de colaboradores, período

Colaboradores	Quantidade	Anos 1940	Anos 1950	Anos 1960
Moradores	6	2	2	2
Prefeitos	6	2	2	2
Vereadores	6	2	2	2
Professores	12	4	4	4
Ex-alunos	12	4	4	4
Gestores	6	2	2	2
Total: 48				

Fonte: Dados da Pesquisa, 2021.

O número de participantes foi decidido considerando a possibilidade de encontrar sujeitos vivos e dispostos a colaborar com as entrevistas. Uma vez convidados a participarem, ficou a critério de cada um deles aceitar ou não, podendo ocorrer a desistência em qualquer período.

Promoveu-se um momento com os participantes para explicação da entrevista e de seus objetivos, assegurando o direito de anonimato ou não, e que a participação na pesquisa não geraria qualquer ônus, bem como que seria necessária a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), de acordo com o que foi solicitado pelo Comitê de Ética.

Durante a entrevista, realizada em horário e local escolhido pelo entrevistado, foi necessário o uso de um gravador, sendo respeitados seus limites e suas necessidades. Foi esclarecido que os resultados obtidos nesta pesquisa seriam utilizados para fins acadêmico-científicos (divulgação em revistas e em eventos científicos), com o comprometimento de

<sup>1</sup> Número do Processo – CAAE: 52625321.5.0000.5214. Número do Parecer: 5.180.054.

manter o sigilo e a identidade anônima ou não, consoante a escolha do entrevistado, como estabelecem as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012 e nº 510/2016, e a Norma Operacional 01, de 2013, do Conselho Nacional de Saúde, que tratam de normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Foram previstos 48 participantes, pois não havia como saber quem seriam os entrevistados ou mesmo se eles seriam encontrados, em que número. Então, resolveu-se colocar de antemão um quantitativo que não gerasse problemas para a pesquisa na Plataforma Brasil. Isso posto, alcançou-se um total de 15 pessoas, mas devido às dificuldades e ao tempo exigido na transcrição, fez-se uso de sete entrevistas neste trabalho.

Quadro 4 – Colaboradores da Pesquisa

Colaborador	Descrição
A1	Ex-professora leiga, nasceu em 1932. Na adolescência, chegou a morar por nove anos na zona urbana do município de Timon, voltando, em seguida, para o povoado Enxu
A2	Morador do povoado Garapa, marido de ex professora leiga do local, agricultor.
A3	Ex aluna de escola na zona rural de Timon e da zona urbana. Professora aposentada do município de Timon.
A4	Moradora da zona rural de Timon, estudou em escola rural
A5	Trabalhador do BEC, pernambucano. Todos os filhos estudaram em escolas da zona urbana de Timon, terminando os estudos em Teresina
A6	Esposa do colaborador A5, nasceu em Balsas-MA, realizou parte dos estudos na cidade
A7	Morador e estudante da zona rural de Timon

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023.

Dadas as circunstâncias impostas por um período de pandemia, as entrevistas também puderam ser realizadas por meio das ferramentas *Google Meet*, *Zoom* e videochamadas de *WhatsApp*, seguindo os critérios da Carta Circular nº 1/ 2021 – CONEP/SECNS/MS, que trata de orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. A escolha da modalidade presencial ou a distância ficou a critério do entrevistado, mas em ambos os casos, solicitou-se que pelo menos um familiar de cada colaborador idoso o acompanhasse durante a realização dessa etapa.

A pandemia também foi responsável por uma série de transtornos, pois impediu de realizar entrevistas agendadas; houve casos de colaboradores que faleceram antes de concederem seus depoimentos; além da dificuldade de acessar os órgãos e buscar

documentação. Aliás, a permissão para ingressar em acervos de órgãos públicos foi uma das principais dificuldades encontradas para a realização desta pesquisa.

O processo de transcrição das entrevistas deu-se com a ajuda do *software Web Captioner*, que facilitou essa etapa, por ser *on-line*, gratuito e intuitivo. Todavia, foi necessário adotar alguns cuidados como, por exemplo, ouvir várias vezes a mesma entrevista, uma vez que certas palavras não são reconhecidas pelo aplicativo.

Compreender o papel do poder público municipal na sistematização do sistema escolar é um tema de grande importância, não só porque permite assimilar como se deu esse processo, mas também por possibilitar apreender as influências do poder público municipal, revelando como se deu a ação dos sujeitos e as práticas deles na organização da rede escolar de Timon. Portanto, é uma pesquisa relevante não só para o município, mas para o estado do Maranhão.

Na introdução apresentam-se aspectos gerais da pesquisa, a metodologia e historiografia utilizada. No capítulo 2, caracteriza-se Timon, desde a época em que se chamava Flores até o período em que recebeu a atual denominação. Nele, trata-se de aspectos como população, urbanização, saúde, política.

No capítulo 3, busca-se compreender como se deu a montagem da rede escolar municipal de Timon e o papel do poder público municipal no oferecimento de serviços educacionais à população timonense. Para isso, discute-se como as decisões tomadas no setor educacional, tanto em âmbito nacional quanto estadual, afetaram o município de Timon.

Esta investigação mostrou que o município não estava alheio ao que acontecia no Maranhão e no Brasil, e tentava acompanhar as tendências predominantes, mas por muitas vezes, os interesses políticos de grupos dominantes foram colocados à frente das necessidades da população, que carecia de saneamento básico, moradia adequada e educação de qualidade. muitas vezes. Com isso, os projetos que visavam a atender a tais demandas foram eventualmente descartados, sob a justificativa de que faltavam verbas ou que não era algo interessante para o município naquele momento.

## 2 “DOS ENGENHOS E DAS FLORES TU SUGISTES PARA NÓS”

Neste capítulo trataremos de dados da cidade de Timon atualmente, dados sobre educação, aspectos fisiológicos, educação, para assim abordar a história de Timon a partir do período em que passou da condição de vila para município.

### 2.1 Timon Hoje

Segundo dados obtidos no site do IBGE sobre o Censo de 2022, a cidade de Timon conta com uma população de 174.465 pessoas e uma área territorial de 1. 763, 220 km.

Figura 1 – Vista de cima da Avenida Piauí e da Ponte José Sarney (Ponte da Amizade), em Timon



Fonte: Disponível em: [timon.ma.gov.br/site/](http://timon.ma.gov.br/site/). Acesso em: 9 jul. 2023.

O município localiza-se à margem esquerda do rio Parnaíba, na mesorregião leste maranhense, a cerca de 425 km da capital do Maranhão, São Luís, com um Produto Interno Bruto (PIB) de 12.311,17 (IBGE, 2022).

No Quadro 5, apresentam-se alguns aspectos fisiográficos de Timon.

Quadro 5 – Aspectos fisiográficos de Timon

Aspectos fisiográficos	Características gerais
Climatologia	Localizado na mesorregião leste maranhense, na microrregião de Caxias.
Relevo	Altitudes ligeiramente mais acentuadas que a média do estado, próximas a 250m acima do nível do mar.
Geologia	Está inserido nos domínios da Bacia Sedimentar do Parnaíba.
Solo	Latossolo Amarelo, Podzólico Vermelho-Amarelo, Plintossolo e Solos Aluviais.
Recursos hídricos	Detentor de uma rede de drenagem com, pelo menos, dez bacias hidrográficas perenes.
Vegetação	Cobertura vegetal constituída de florestas estacionais decíduais e semidecíduais, intercalada por áreas com manchas de vegetação de Cerrado e nas bordas dos rios a presença das matas ciliares.

Fonte: Dados da Pesquisa, com base no relatório SEMPLAN (2021/2022).

Atualmente, Timon conta com trinta bairros, conforme o relatório de leitura técnica de 2021/2022:

Conforme as Leis Municipais nº 1.940, de 05/12/2014 e nº 2.026, de 24/05/2016, a zona urbana é composta por 30 (trinta) bairros: Centro, Mangueira, Santo Antônio, Formosa, Planalto Formosa, Parque Aliança, Mateuzinho, Cajueiro, Parque Alvorada, Vila do BEC, Joia, Vila Bandeirante, Cidade Nova, Mutirão, Flores, Bela Vista, Marimar, Boa Esperança, Cidade Industrial Norte, Parque São Francisco, Boa Vista, Parque União, São Francisco II, Guarita, Parque Piauí I, Parque Piauí II, São Benedito, Vila Angélica, Pedro Patrício, e São Marcos. (SEMPLAN, 2021, 2022, p. 12).

O relatório faz menção à Região Integrada de Desenvolvimento (RIDE) Grande Teresina (Figura 2), que engloba os municípios de Altos, Beneditinos, Coivaras, Currealinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Pau D'Arco, União, Nazária, Teresina e Timon, “este último constitui juntamente com Teresina uma área conurbada”(FILHO, 2019, p. 3934).

Criada pela Lei Complementar nº 112, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.367, de 9 de setembro de 2002, tem por objetivo “articular e harmonizar as ações administrativas da União, dos estados e dos municípios para a promoção de projetos que visem à dinamização econômica e provisão de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento em escala regional” (SEMPLAN, 2021, 2022, p. 10).]

Figura 2 – RIDE Grande Teresina



Fonte: Semplan (2019).

Sobre a educação, os dados do Relatório de Leitura Técnica (201/2022, p. 33), que tomam como base os números disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam que “em 2020, existiam 194 escolas, sendo 54,6% na zona urbana e 45,4% na zona rural. Quanto à distribuição por esfera administrativa, 156 são da rede municipal, 13 da rede estadual, 1 federal e 23 da iniciativa privada”.

De acordo com Pacheco Júnior (2020, p. 25),

Na escala regional, Timon apresenta forte dependência em relação a Teresina no que se refere a disponibilidade de serviços de educação e de saúde e a oferta de postos de trabalho, fato que gera deslocamento populacional pendular diário entre os municípios. Em função da localização na fronteira entre os estados do Maranhão e Piauí, e ao lado da capital deste, Timon configura-se portal de entrada do estado do

Maranhão através das rodovias BR-316, BR-226 e MA-040. São três as conexões com o estado vizinho, Piauí: a Ponte Engenheiro Antônio Noronha (Ponte Nova, comportando as BR-316 e BR-226), situada na zona sul do município; a Ponte João Luiz Ferreira (Ponte Metálica ou Ponte Velha) e a Ponte José Sarney (Ponte da Amizade), estas duas na zona Norte.

A ponte Engenheiro Antônio Noronha (Ponte Nova), fundada em 1972, liga Teresina, pelo Bairro Tabuleta, à cidade de Timon (IBGE, 2023). Já a Ponte João Luís Ferreira, um dos cartões postais de Teresina, foi inaugurada em 2 de dezembro de 1939 e projetada pelo engenheiro alemão Germano Franz (OLIVEIRA, 2014, n. p.). Por sua vez, a Ponte José Sarney (mais conhecida como Ponte da Amizade)

é a mais nova comunicação entre Teresina e Timon, inaugurada em 2002. Construção moderna, de duas pistas, em concreto e aço, produz um contraste interessante com a Ponte Metálica, sua vizinha mais antiga. Um efeito colateral de sua conclusão foi o virtual desaparecimento do transporte fluvial entre as duas cidades, feito durante décadas por pequenos barcos a motor. (OLIVEIRA, 2014, n. p.).

Atualmente, muitos teresinenses trabalham em Timon e outros tantos timonenses trabalham em Teresina, fazendo uso dos serviços oferecidos pela cidade.

Figura 3 – Ponte Nova, que liga Timon a Teresina



Fonte: IBGE (2023).

Figura 4 – Ponte Metálica João Luís Ferreira, que liga Timon a Teresina



Fonte: Semplan (2022).

Pacheco Júnior (2020) aduz o quanto Timon necessita dos serviços oferecidos por Teresina, tanto no que diz respeito à saúde, economia, quanto à educação, uma situação que permanece até os dias atuais. Apesar dos avanços, os timonenses continuam a dirigir-se à capital do Piauí em busca de serviços básicos.

Sousa (2014) conta que desde tempos longínquos, essa situação persiste, justificada pela grande distância entre São Luís (cerca de 425 km), capital do Maranhão, e Timon, cidade que de acordo com Sousa (2005), teve sua origem em engenhos.

## 2.2 De Flores a Timon

Salve amada terra Bravo povo inteligente  
 Que em si encerra  
 Todo o valor da nossa gente  
 Dos engenhos e das flores  
 Tu surgiste para nós  
 Entre lutas e ardores  
 Levantaste a tua voz [...] (SOUSA, 2005).

O trecho do hino de autoria de Ermelindo Sales e Chico Poeta, criado pela Lei Municipal de nº 756/84, retrata um pouco da história do município de Timon (SOUSA, 2005). O engenho de Flores abriu espaço para o surgimento de outras propriedades e, conseqüentemente, do povoado São José da Parnaíba, que posteriormente passou a se chamar *São José das Cajazeiras*. Dentre as famílias influentes, destacam-se: Pedreira, Falcão, Carvalho, Borges Pimentel, Rios – grupos políticos que dominaram a cidade durante toda a Primeira República.

O Jornal Correio de Timon, em uma retrospectiva da história da cidade, conta que a data de povoamento quase se confunde com a data de instalação da vizinha cidade de Teresina. Dizia, ainda:

Timon, não é tão nova como muita gente pensa. A sua sede teve início em 1852; conta, portanto, da fundação da “Cidade Verde”, tempo em que pertencia ao município de Caxias. Nesse interim constrói-se nova estrada, novo porto em frente a Teresina com o nome de “Porto das Cajazeiras”. Mais tarde “São José do Parnaíba”. Segundo o conceito de Cesar Marques, São José do Parnaíba é uma povoação à margem esquerda do Rio Parnaíba. Conta duas ruas, bastante casas de telhas e muitas de palhas e promete rápido crescimento por sua posição fronteiria a Teresina, capital da Província do Piauí, como também por ser cercada por muitos engenhos de açúcar tornando-se assim um ponto comercial [...]. (LIGEIROS TRAÇOS..., 1956, p. 3).

Sobre a capital do Piauí, Teresina, Gandara (2011, p. 1-2) relata que “nos primeiros anos de 1850 nascia, em pleno vale do rio Parnaíba, a cidade de Teresina. Destinada a se tornar sede do poder político e administrativo do Piauí, ia suplantar a cidade de Oeiras, que até então exercia esse papel”.

Nota-se como o povoamento de Timon está ligado a Teresina desde tempos remotos, isso porque “a antiga povoação de São José das Cajazeiras achava-se vantajosamente situada à margem esquerda do Parnaíba, fronteiria de Teresina, capital do estado do Piauí” (SOUSA, 2005, p. 21).

Em 22 de dezembro de 1890, por força do Decreto nº 50, o povoado foi elevado à categoria de vila, passando a ser denominada *Flores*, comarca de São José dos Matões. Dizia o Art. 1º do decreto em comento: “Fica elevada à categoria de vila a povoação São José das Cajazeiras, pertencente à comarca de São José dos Matões – sob a denominação Flores – tendo por limites os mesmos da extinta povoação de São José das Cajazeiras” (MARANHÃO, 1890).

Em 1891, o governador José Vianna Vaz assinou o Decreto nº 61, estabelecendo os limites da nova vila:

Art. 1º Os limites de Villa das Flores, de que trata o decreto n° 50 de 22 de dezembro último, serão os seguintes: Pelo lado do sol. A começar da Barra do Garapa e os lugares Inchú, Condurú, Brejinho, Entre- Morros e Bonito; pelo do poente- Bonito, Chapadinha, Tempera, União, Buriti- Cortado e Lagoa do Carneiro; pelo Norte- Capim, Baixa- Grande, Bebedouro, Araçá, Sítio do Meio, Butity Brabo e Matapasto. (MARANHÃO, 1891).

Mas em 1893, Flores ainda não possuía prédios que pudessem abrigar repartições como a Câmara do Júri ou mesmo a cadeia pública, fato que levou o então governador Alfredo da Cunha Martins a anular o Decreto n° 50 (MARANHÃO, 1893).

Em 1895, conforme Santos (2007), a estrada de ferro Caxias – Cajazeira, que havia sido iniciada em 23 de junho de 1891, foi concluída, sendo a Companhia Geral de Melhoramentos a concessionária responsável. O referido autor conta que

a estrada de ferro facilitou por sua rapidez e utilidade a comunicação entre o Estado do Piauí e do Maranhão; ampliou-se o comércio entre estes dois Estados, com o crescente transporte de mercadorias, além do intenso movimento de passageiros. Importante destacar é que a estrada de ferro foi, desde o século XVIII com a Revolução Industrial, um dos símbolos do progresso econômico – social das cidades. (SANTOS, 2007, p. 92).

Vinte e seis anos depois, inaugurou-se o tráfego direto da Estrada de Ferro São Luis – Teresina, sob o comando do Dr. José Niepre da Silva, estabelecendo o intercâmbio direto entre as capitais do Piauí e do Maranhão (LIGEIOS TRAÇOS..., 1956, p. 3).

Em cinco de março de 1896, Flores voltou à condição de vila, pela Lei n° 123, assinada pelo governador Manuel Ignácio Belfort Vieira (MARANHÃO, 1896). Em 1924, foi elevada à categoria de cidade, por meio da Lei n° 1139, de 10 de abril. O ano de 1930 ficou marcado “pela expansão urbana em função do trânsito fluvial no Rio Parnaíba. Por muitas décadas, o perímetro urbano concentrou-se no centro: entre a Avenida Presidente Médici, a Rua do Fio e a Rua do Trânsito – primeiros limites da Vila de Flores.” (SEMPLAN, 2021, 2022, p. 8).

Em 1943, o nome *Flores* teve de ser mudado, “embora com muitos protestos, (houve até passeatas)” (LULA, 1991, p. 21). Entrementes, o IBGE proibia a existência de cidades com o mesmo nome, e como “já havia Flores no Rio Grande do Sul – o Governador Paulo Ramos editou o Decreto-Lei n° 820, mudando o nome para Timon”,<sup>2</sup> que “homenageava o historiador-jornalista João Francisco Lisboa, por muito conhecido como o ‘Timon maranhense’”

---

<sup>2</sup> Informações retiradas do blog *Veja Timon*. Disponível em: <https://vejatimon.com/historia-cidade-timon->. Acesso em: 6 ago. 2022.

(SANTOS, 2007, p. 26).

Figura 5 – Anexo do Decreto Estadual nº 820, que muda o nome de Flores para Timon

MUNICÍPIOS MARANHENSES DE ACORDO COM A NOVA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO,  
Dec.-lei E20, de 30-12-943

1	Cidade — Araíoses	35	" — Benedito Leite
2	" — Barreirinhas	36	" — Nova Iorque
3	" — São Bernardo	37	" — São João dos Patos
4	" — Bacuri (ex-S. Quiteria)	38	" — Pedreiras
5	" — Tutoia	39	" — Bacabal
6	" — Balxo Mearim	40	" — IPIXUNA (ex-S. Luiz Gonzaga)
7	" — Anajatuba	41	" — Pinheiro
8	" — Arari	42	" — Bequimão
9	" — Balsas	43	" — Santa Helena
10	" — Alto Parnaíba (ex-Vitoria do)	44	" — Peri-mirim (ex-Macapá)
11	5 — Loreto	45	" — Porto Franco
12	" — Riachão	46	" — Carolina
13	" — Barra do Corda	47	" — Imperatriz
14	" — Curador	48	" — Rosario
15	" — Brejo	49	" — Axixá
16	" — Buriti	50	" — Icatú
17	" — Chapadinha	51	" — Morros
18	" — Caxias	52	" — Humberto de Campos
19	" — Coelho Neto	53	" — São Bento
20	" — Codó	54	" — Cajapió
21	" — Urbano Santos	55	" — São Vicente Ferrer
22	" — Timbiras (ex-Monte Alegre)	56	" — São Luiz
23	" — Colinas (ex-Picos)	57	" — Ribemar
24	" — Buriti Bravo	58	" — Alcântara
25	" — Mirador	59	" — <b>Timon (ex-Flores)</b>
26	" — Passagem Franca	60	" — Iguaratinga (ex-S. Francisco)
27	" — Coroatá	61	" — Matões (ex-S. José dos)
28	" — Itapecurú-mirim	62	" — Turiassú
29	" — Vargem Grande	63	" — Carutapera
30	" — Grajaú	64	" — Viana
31	" — Guimarães	65	" — Penalva
32	" — Cururupú	66	" — Pindaré-Mirim (ex-S. Pedro)
33	" — Pastos Bons	67	" — Monção
34	" — Barão de Grajaú		

Fonte: MARANHÃO (estado). Decreto nº 820 de 30-12-1943 (2022).

Naquele momento, o debate acerca das municipalidades estava em ênfase. Para Sobrinho (2012), a República por muito tempo condenou os municípios a um verdadeiro suplício, não só no tocante à autonomia – tendo em vista que esta era constantemente atacada pelos estados – mas também na divisão das rendas públicas, que eram desproporcionais, de modo que tal discussão passou a fazer efeito nas legislações estaduais.

Esperava-se maior ação municipal em diversos campos, como o educacional, por

exemplo, e não somente

pela formulação de leis específicas de instrução propostas pela edilidade ou pela criação de escolas locais que o município ocupa esse protagonismo, mas também pela responsabilização que está sujeito pela legislação estadual que, inclusive, também lhe cobrará mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos sistemas. (NETO; CARVALHO, 2015, p. 13).

Em 1º de novembro de 1947, a Lei Estadual nº 17 tratava da organização dos municípios do estado do Maranhão, garantindo-lhes autonomia e dando os direcionamentos para a criação de novos municípios (MARANHÃO, 1947).

Além de todas essas orientações, a lei determinava, em seu Art. 52, que os municípios designariam, no mínimo, 15% de sua renda para manutenção e desenvolvimento do sistema educativo; e no Art. 69, que cada município teria, pelo menos, uma escola noturna para adultos, e aqueles que tivessem renda superior a cinquenta mil cruzeiros eram obrigados a contribuir com um por cento para o custeio da escola agrícola profissional que o estado criasse (MARANHÃO, 1947).

Mesmo com certa autonomia, o estado ainda poderia intervir em decisões municipais, como estava disposto no Art. 60 da lei, a exemplo de casos de irregularidades nas finanças, impontualidade nos empréstimos concedidos ou garantidos pelo estado, ou falta de pagamento de dívida fundada por dois anos consecutivos (MARANHÃO, 1947).

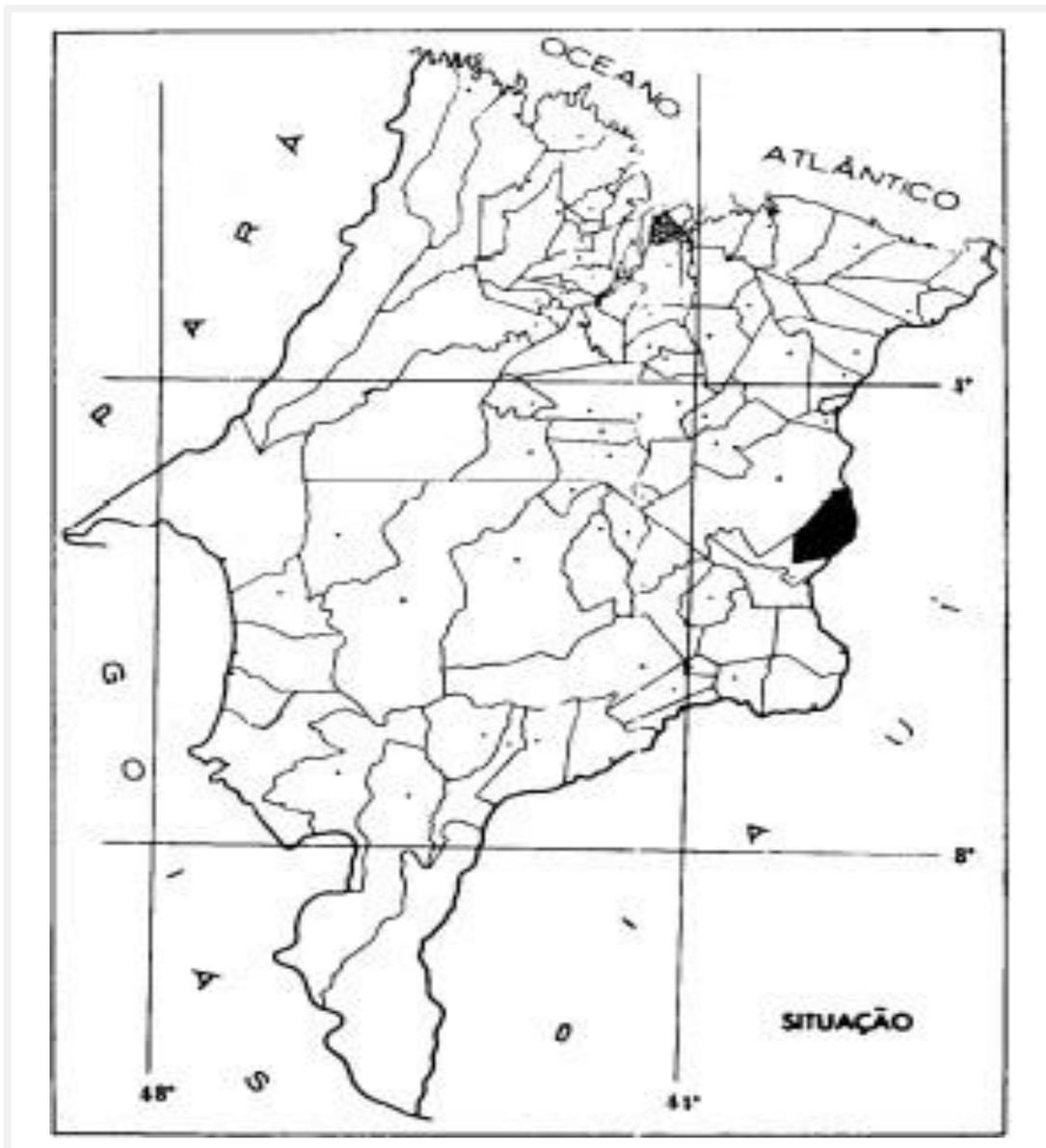
Se no Estado Novo houve intensa centralização do poder, de acordo com Pires (1999), a Constituição Federal de 1946 deu maior abertura para a participação municipal no cenário político, econômico, evitando também desmedida intervenção estadual na esfera dos municípios. Mas “não se pode dizer, todavia, de uma consistente autonomia política no referido período, sobretudo pela ausência de clareza no sistema de repartição de competências e poderes entre as diversas esferas” (PIRES, 1999, p. 148).

O Art. 24 da Constituição Federal de 1946 “permitia que os Estados criassem órgão de Assistência Técnica dos Municípios” (BRASIL, 1946, n. p.), dentre cujas funções estava elaborar projetos, orçamentos e plantas para execução de serviços municipais; fornecer aos municípios instruções para organização ou reorganização dos serviços de contabilidade municipal, de modo a uniformizá-los em todo o estado; elaborar e apresentar aos prefeitos municipais, por intermédio do governo do estado, planos para solução das necessidades sociais e econômicas do município; dar parecer sobre operações de crédito.

Em 1944, por meio do Decreto nº 960, de 29 de dezembro, o interventor adaptou a

organização judiciária do estado aos Códigos de Processo Civil e Penal, de modo que o território do estado, para efeitos de administração judiciária, seria dividido em distritos, termos e comarcas – estas seriam de primeira, segunda e terceira instância (MARANHÃO, 1944). A comarca de Timon foi mantida, sendo de terceira entrância.

Figura 6 – Posição de Timon no estado do Maranhão



Fonte: IBGE (1949-1954).

Em 1948, o Maranhão contava com um total de 72 municípios (IBGE, 1950). A divisão administrativa do estado, que vigorou de 1° de janeiro de 1949 a 31 de dezembro de 1953, foi estabelecida pela Lei n° 269, de 31 de dezembro (MARANHÃO, 1948).

No tocante aos limites municipais de Timon, tem-se:

1- Com o município de Caxias:

Começa na foz do riacho Itaguará, à margem esquerda do Parnaíba; segue por um alinhamento reto ao lugar marco a Noroeste, e a um e meio quilômetro da capela do povoado Caieira; daí por um alinhamento reto em direção Sul até o lugar do marco, à margem esquerda do riacho Itaguará; prossegue pelo talvegue desse riacho à montante até a sua cabeceira mais alta; daí continua por um alinhamento reto ao lugar do marco a Oeste e a dois quilômetros do centro de Buriti Cortado, que inclui para Timon, trijunção dos limites dos municípios de Parnarama, Timon e Caxias.

2- Com o estado do Piauí:

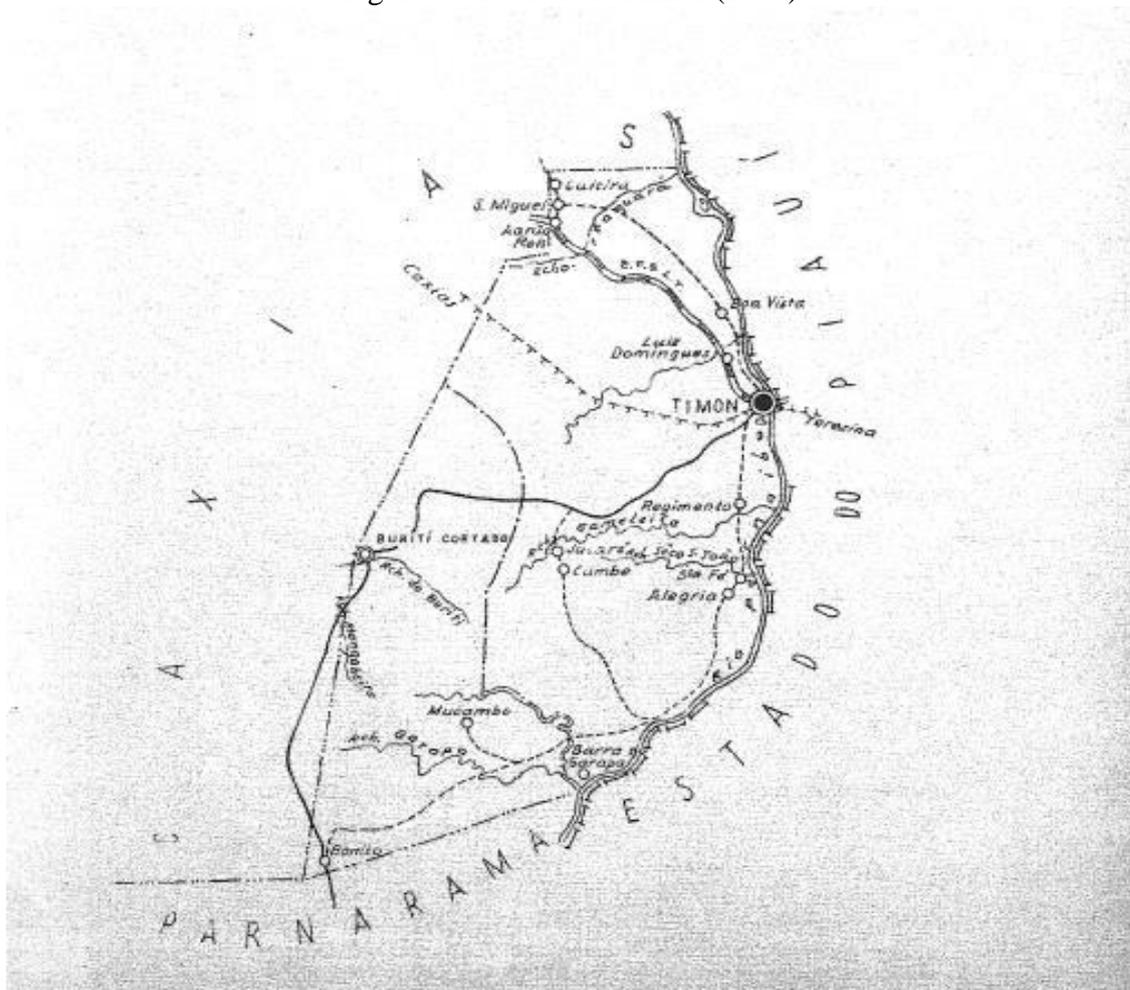
Começa na foz do riacho Itaguará até a do riacho Garapa; acompanha pelo Parnaíba o limite dos estados do Maranhão e Piauí.

3- Com o município Parnarama:

Começa no lugar do marco, dois quilômetros antes do centro do lugar Buriti Cortado, na interseção dos limites comuns de Caxias, Timon e Parnarama; segue daí por um alinhamento reto ao lugar Bonito, que inclui para Timon, e daí por outro alinhamento reto até a foz do riacho Garapa, à margem esquerda do Parnaíba.

Timon fazia divisa com os municípios de Caxias e Parnarama, com o estado do Piauí e com o distrito de Buriti Cortado, que posteriormente foi anexado a Timon (MARANHÃO, 1948).

Figura 7 – Divisas de Timon (1949)



Fonte: IBGE (1949).

Timon, juntamente com Barão de Grajaú, São Francisco do Maranhão e São João dos Patos, formava a zona do Médio Parnaíba.

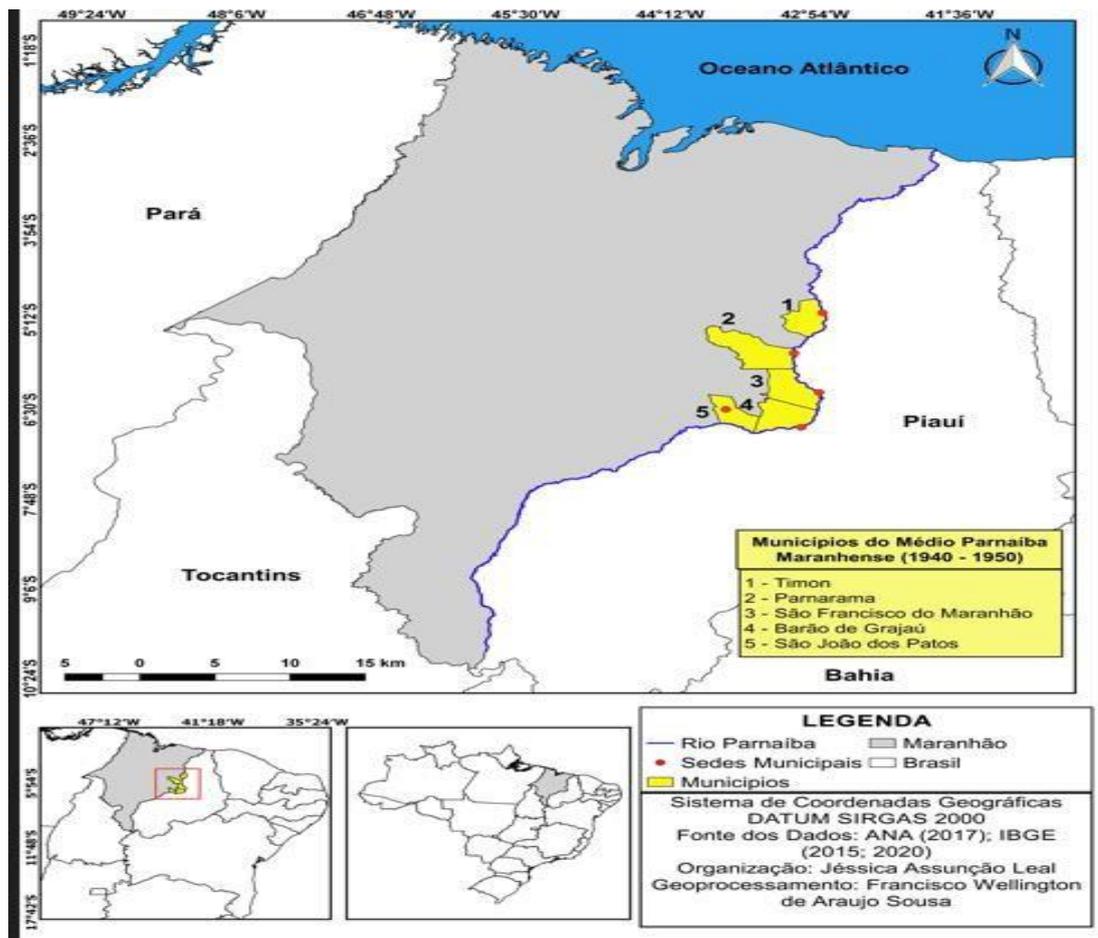
Tabela 1 – Data de criação e área territorial dos municípios da zona do Médio Parnaíba

Município	Data de criação
Barão de Grajaú	18/03/1911
Parnarama (S. J. Matões)	06/07/1863
São Francisco do Maranhão	29/04/1835
São João dos Patos	12/06/1931
<b>Flores (Timon)</b>	22/12/1890

Fonte: IBGE (1940, 1950).

Na Tabela 1, observam-se os municípios da zona do Médio Parnaíba com suas respectivas datas de criação.

Figura 8 – Zona do Médio Parnaíba



Fonte: Sousa (2023).

Diante do exposto, acredita-se que cabem aqui explicações sobre conceitos de

município e distrito. Para Pina, Lima e Silva (2008), classificar um espaço como cidade requer um número de habitantes e o atendimento de outros requisitos, como a capacidade de garantir o bem-estar de seus habitantes.

Quanto a distrito e município, os supracitados autores referenciam Pinto (2003), esclarecendo que

o distrito é explicado a partir da situação em que este é o estágio inicial para a formação do município. Segundo o autor, o distrito torna-se um município a partir de sua emancipação político administrativa, deixando de ser subordinado ao município de origem (distrito-sede), passando a ter governo próprio, constituído de Prefeito, Vice-Prefeito, Câmara Municipal, Vereadores e Leis próprias. (PINA; LIMA; SILVA, 2008, p. 135-136 apud PINTO, 2003).

O susodito autor informa, inclusive, que houve um aumento no número de distritos entre os anos de 1964 e 1979, por conta do incentivo do Estado a à ocupação de áreas remotas no País. Outra observação meritória é que da mesma forma que existem distritos afastados do seu distrito-sede, existem aqueles que acabaram se conurbando com a sede do município, contribuindo para uma transformação em seus territórios, como avanço das áreas urbanas, enquanto no primeiro caso, os “climas rurais” são bem mais evidentes.

Tabela 2 – Área territorial dos municípios da zona do Médio Parnaíba (1940-1960)

Ano	Município	Território (km <sup>2</sup> )
1940	Barão de Grajaú	2.900
	Parnarama (S. J. Matões)	2.580
	São Francisco do Maranhão	2.670
	São João dos Patos	1.450
	<b>Flores (Timon)</b>	1.705
1950	Barão de Grajaú	2.675
	Parnarama	1.072
	São Francisco do Maranhão	2.095
	São João dos Patos	1.682
	<b>Timon</b>	2.050
1960	Barão de Grajaú	-*
	Matões	-
	Parnarama	-
	São Francisco do Maranhão	-
	São João dos Patos	-
	<b>Timon</b>	-

\*Esses dados não aparecem porque não foram encontrados.

Fonte: IBGE (1940, 1950)

Quanto à movimentação territorial (Tabela 2), Barão do Grajaú, Parnarama e São Francisco do Maranhão tiveram suas áreas territoriais diminuídas entre 1940 e 1950, enquanto as de São João dos Patos e Timon (que em 1940 chamava-se Flores) aumentaram. No caso de

Timon, uma das causas foi que pelo Decreto-Lei Estadual nº 269, de 31 de dezembro de 1948, criou-se o distrito de Buriti Cortado, que foi anexado àquele, ampliando sua extensão territorial (IBGE, 2022).

Chegando à década de 1960, à zona do Médio Parnaíba acrescentou-se o município de Matões,<sup>3</sup> que mantinha estreita ligação com Timon – que quando ainda se chamava Flores, foi comarca do distrito de São José dos Matões (IBGE, 1939, 1940).

Em relatório apresentado pelo prefeito de São José dos Matões ao Congresso dos Prefeitos, reunidos em Caxias, em 1932, constava que o povoado foi elevado à categoria de vila em 18 de abril de 1833. Desta data até o ano de 1932, o município contava com um prédio onde funcionava a prefeitura; uma fonte pública para abastecimento da população; a delegacia de polícia estava abandonada; não havia um mercado. Com um número acentuado de povoados e de habitantes, estes careciam de instrução, pois crescia o número de crianças em idade escolar. Outro fato intrigante, segundo o prefeito, era que apesar disso, “em administrações anteriores, foi extinto um colégio municipal na sede da vila, para se criar um no povoado, onde se faltava o principal elemento: a frequência de alunos, por não existirem” (RELATÓRIO... 1932, p. 2).

Ao que tudo indica, a falta de estrutura capaz de garantir um certo “conforto” à população, que estava em ascensão, era algo comum aos municípios, sendo a expansão atrelada a uma série de problemas organizacionais, a exemplo do que aconteceu com Timon.

Tabela 3 – População presente dos municípios da zona do Médio Parnaíba, em 1960

Município	1960
<b>Timon</b>	<b>28.616</b>
Parnarama	19.293
Matões	16.488
São João dos Patos	12.953
São Francisco do Maranhão	11.190
Barão do Grajaú	9.191

Fonte: IBGE (1960).

De acordo com Santos (2007), o crescimento da cidade de Timon foi ocorrendo sem

<sup>3</sup> Tanto Brejo de São Félix, quanto Caraíba do Norte, Ribeirão Azul, Buriti e Buriti Cortado foram criados pelo Decreto Estadual nº 269, de 31-12-1948, e nesse período, eram distritos. Já Matões foi criada pela Lei provincial nº 13, de 08-05-1835, elevada à categoria de vila pela Lei nº 616 de 06-07-1863, e a sede de sua vila foi transferida para São José das Cajazeiras no ano de 1864, por meio da Lei nº 698 de 02-06. Somente no ano de 1870, a sede da vila voltaria para São José dos Matões. No ano de 1911, passou a ser distrito-sede, e no ano de 1943, pelo Decreto nº 820, de 30-12-1943, passou a chamar-se Matões. No entanto, no ano de 1947, voltou à condição de distrito. Em 1952, voltou a ser município. (IBGE, 2022)

o devido planejamento, com ruas não pavimentadas e faltando serviços públicos básicos.

Tabela 4 – População urbana e rural de Timon (1950, 1960, 1970, 1980)

Ano	Urbana <sup>4</sup>	Rural
1940	- **	-
1950	3.091	18.063
1960	3.620	20.893
1970	16.509	20.756
1980	56.982	19.070

\*\*Esses dados não aparecem porque não foram encontrados

Fonte: IBGE (1950, 1960, 1970, 1980).

A população, que era basicamente rural, na década de 1980, passou a ser, em sua maioria, urbana, como se pode observar na Tabela 4. A entrevistada A1<sup>5</sup> relata que “[...] não, não tinha energia, não tinha água, não tinha água encanada, praticamente nada, pegava água no riacho, distante assim [...] lata d’água na cabeça como dizem. Aí a gente fazia cacimba, minava aquela água e a gente ia apanhar” (informação verbal)<sup>6</sup> – isso na zona rural de Timon.

Sobre a zona urbana, por volta de 1955-1957, a entrevistada A3<sup>7</sup> revela que:

Timon era uma cidade muito pacata ainda, não tinha água encanada, a água era servida do rio Parnaíba, as pessoas compravam a água ou então construam poços em casa, então as pessoas, os trabalhadores iam pegar aquela ancoreta com água do rio e abastecia as casas e as pessoas compravam a água, era assim. Energia elétrica já tinha a nossa energia elétrica era fornecida pela usina lá de Teresina, tinha uma usina, então essa usina fornecia energia elétrica pra nós, pra Timon. Nessa época nossas ruas não tinham era calçamento era tudo na areia.<sup>8</sup>

Em 1948, Timon possuía 23 logradouros, dos quais nenhum era pavimentado (BRASIL, 1951, p. 141). O governador Sebastião Archer visitou Timon e outros municípios do Maranhão, momento em que, de acordo com ele, foi possível

Examinar, in – loco, as condições de vida do povo e as necessidades coletivas que estão a reclamar urgentes medidas do Poder Público. Tanto quanto possível em época de tamanha angústia financeira, como a que ora defrontamos, têm meu

<sup>4</sup> Soma da população urbana e suburbana.

<sup>5</sup> A entrevistada A1, ex-professora leiga, nasceu em 1932. Na adolescência, chegou a morar por nove anos na zona urbana do município de Timon. Passado esse tempo, ela voltou para sua casa na zona rural do município, onde começou a lecionar.

<sup>6</sup> A1. Entrevista. 2022.

<sup>7</sup> Nasceu em 1947 e morou na zona rural de Timon, no povoado Garapa. Depois, foi morar na passagem de Santo Antônio. Em 1958, sua mãe levou-a para a casa de parentes, na zona urbana, para dar continuidade aos estudos. Atualmente, é professora aposentada. Ela conta que aprendeu a ler e escrever em 1954, no Garapa, com a professora que ela chama carinhosamente de Filozinha. Na zona urbana de Timon, estudou no Colégio Urbano Santos. Nessa época, a diretora era a esposa do prefeito José Nilton.

<sup>8</sup> A3. Entrevista. 2022.

Governo procurando atender as solicitações de caráter geral, que ali, pessoalmente, recebi. (MARANHÃO, 1949, p. 35).

As urgências das quais trata o governador eram múltiplas. Dos 4.518 domicílios particulares ocupados recenseados em Timon, entre zona urbana, suburbana e rural, apenas um possuía água encanada; um, iluminação elétrica; e em 188, havia aparelhos sanitários (IBGE, 1950).

Para os Censos de 1950 e 1960, urbano e suburbano eram as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais) ou às vilas (sedes distritais). Já o rural era tudo o que se situava fora dos limites das cidades e vilas. Em 1950, o projeto de Lei Municipal nº 25 discorria exatamente sobre os limites de cada uma dessas esferas (TIMON, 1950, n. p.):

Fixa os perímetros Urbanos, suburbanos e rural do município de Timon do Estado do Maranhão.

Art 1º- Começa o perímetro Urbano da cidade de Timon em um ponto inicial, à margem do rio Parnaíba, no cruzamento com a Benedito Leite, pela qual segue rumo ao ponto, compreendendo-se toda a sua extensão, prosseguindo depois no cruzamento desta com a rua 7 de setembro, pela qual segue até encontrar o cruzamento da Avenida Paulo Ramos, reiniciando-se assim desde a praça da Saudade até compreendidas: Avenida Paulo Ramos, Praça São José e Avenida Presidente Vargas, prosseguindo novamente da praça Piauí margeando o rio Parnaíba até o ponto inicial.

Art 2º Começa o perímetro suburbano da cidade de Timon, em um ponto inicial, a margem esquerda do rio Parnaíba com eixo da rua 15 de novembro, pelo qual segue direção ao ponto até encontrar o cruzamento da rua do Matadouro, continuando pelo eixo desta via, até o encontro com a rua 28 de julho, pelo qual segue com direção no nascente até encontrar novamente o rio Parnaíba, ponto este, onde termina o perímetro suburbano.

Art 3º- A zona rural do Distrito de Timon, começa depois da zona Suburbana, na imediações do ponto da E. F.S.T e sobre o rio Parnaíba, e se estende até alcançar os limites com o Município de Caxias na foz do riacho Itaguarará, à margem esquerda do rio Parnaíba, daí continua de acordo com o que estabelece a lei estadual anterior, até encontrar a delimitação do distrito Buriti Cortado, que termina na foz do riacho Garapa no rio Parnaíba, a margem esquerda; daí segue pela referida margem deste rio até atingir o ponto inicial desta divisão.

Art 4º- A divisão da sede distrital de Buriti-Cortado, começa no entroncamento da estrada de rodagem que vai a Timon, daí segue abrangendo ambas os lados da única rua existente até alcançar o cemitério denominado Vitor.

Art 5º- A zona suburbana do distrito de Buriti-Cortado, começa nas imediações do Cemitério Vitor e segue margeando ao lado esquerdo da única rural existente, já mencionado no art. Anterior, até encontrar o Cemitério denominado Buriti; daí vai por um alinhamento margeando o lado direito da aludida rural, até alcançar o ponto inicial desta divisão; sendo que, a esta zona, fica compreendido uma faixa de terra circulando a divisa urbana na largura aproximada de 300 metros.

Art 6º- A zona rural do distrito de Buriti Cortado, começa depois da zona suburbana e se estende obedecendo o alinhamento que serve de divisa com o Município de Caxias até atingir o lugar Bonito, e daí por outro alinhamento reto até a foz do riacho garapa; daí segue pela margem esquerda deste até atingir a linha divisória entre este distrito e o de Timon, prosseguindo por essa linha até encontrar o divisor com o município de Caxias; daí prossegue por este divisor até atingir o ponto inicial desta divisão que está situada nas imediações de sede distrital.

Com uma população basicamente rural, os principais meios de subsistência eram a

agricultura, pecuária, silvicultura – fato que não se restringia a Timon. Vislumbram-se nas mensagens legislativas, nos documentos e nos relatórios enviados ao governo federal “um clamor incessante junto aos poderes da União para o fortalecimento econômico do Maranhão”, e para isso, a principal medida seria o incremento da produção agrícola (SILVA, 2008, p. 99). Em 1959, o governador José Mattos de Carvalho (1957-1959) estabelecia como principal meta do seu Plano de Recuperação Econômica do Estado o incentivo à agropecuária, por meio de empréstimo que havia solicitado à União. Adicionalmente, criou a Secretaria de Agricultura, “órgão estadual destinado ao estudo, planejamento e execução do serviço de desenvolvimento da agropecuária do Maranhão” (MARANHÃO, 1959, p. 6).

Em 1950, 354.147 maranhenses praticavam a agricultura, pecuária, silvicultura (IBGE, 1950). Já no ano de 1960, dedicavam-se a atividades agropecuárias e extrativas 287.081 deles; ao passo que 19.029, a atividades industriais (IBGE, 1960).

#### INSTALADA NO MARANHÃO, A SECRETARIA DE AGRICULTURA

Em solenidade a que compareceram autoridades civis e eclesiásticas, tomou posse no cargo de Secretário de Agricultura, Pasta recém-criada no Maranhão, o Dr. Joel Barbosa Ribeiro, distinguido para o citado e elevado posto pelo Governador do Estado. Cidadão dedicado aos problemas do Estado, o povo espera do Dr. Joel Barbosa Ribeiro brilhante atuação com proveitos estimáveis, especialmente para a comunidade rural. Mandamos ao ilustre titular da Secretaria de Agricultura os nossos parabens e a afirmação do nosso melhor apoio. (INSTALADA..., 1959, p.1)

O poder municipal tentava buscar junto aos governos estadual e federal estímulos aos agricultores<sup>9</sup> Em 1958, na gestão do prefeito Joaquim Martins Ferreira (1956-1961), foi feito um acordo com o governo federal, por meio da Lei n° 220, de 30 de novembro, “para fomentar a produção agrícola municipal”. Nesse ensejo, caberia à prefeitura entrar com um terço da verba, o que equivaleria a Cr\$ 100.000,00, e o Ministério da Agricultura, com dois terços da verba total (MARANHÃO, 1958).

O produto que mais movimentava a economia era o babaçu, do qual eram extraídas as amêndoas, aproveitadas na produção do azeite. A carnaúba, outro produto explorado, era igualmente utilizada na produção da cera, que era exportada principalmente para Teresina e Parnaíba.

Anteriormente, em 1942, o Maranhão chegou a firmar com os Estados Unidos o

---

<sup>9</sup> Timon, que fazia parte da Associação Brasileira dos Municípios, foi beneficiado pela *Operação Trator*, que correspondia à aquisição de um trator que, segundo a lei, viria da República Federal Alemã.

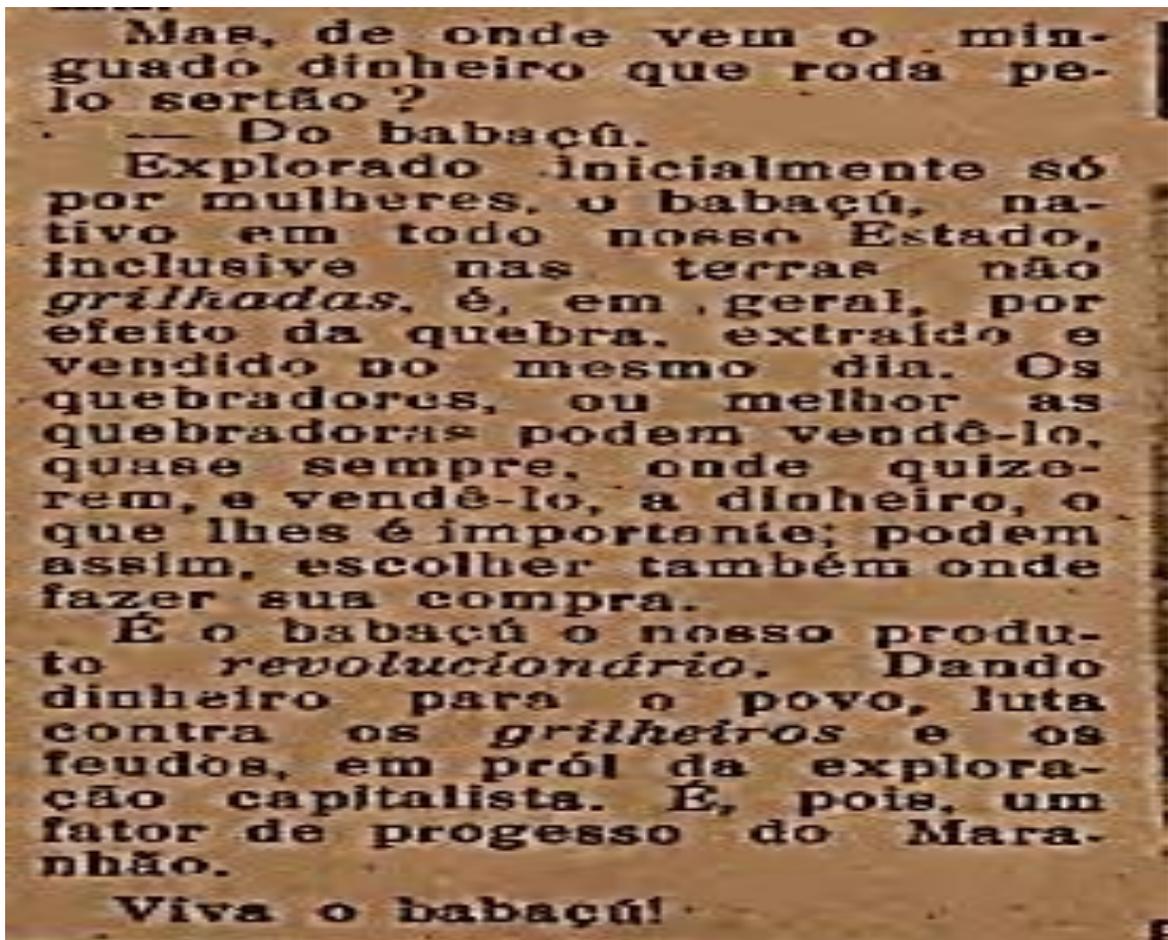
## Acordo Geral do Babaçu, por intermédio do qual

assegurava aos Estados Unidos o suprimento de matéria prima para a fabricação de óleo, margarina e sabão, e ao Maranhão, a garantia da colocação da maior parte do seu principal produto. Durante a vigência desse acordo, de 70% a 75% da produção do babaçu do Maranhão foram exportados para aquele país. Logo os preços internos da amêndoa e do óleo de babaçu elevaram-se, tornando-se a principal fonte de renda de muitos dos proprietários de terras, que praticamente sobreviviam dos lucros auferidos pela atividade de venda das amêndoas; as quebradeiras de coco que se ocupavam da extração desse produto foram estimuladas a aumentar sua produção nessa atividade, que tinha reflexos positivos na sua qualidade de vida. (DOURADO, 2008, p. 51).

Somente em 1956, Timon chegou a exportar quinhentas toneladas de amêndoas de babaçu, no valor de 4 milhões de cruzeiros (IBGE, 1958). Em consonância com o Censo de 1960, 5.996 timonenses viviam da prática agropecuária e extrativista.

Na matéria da Figura 9, é possível notar a apologia ao babaçu e à sua importância econômica, tido como produto “revolucionário” que proporcionava a muitas mulheres quebradeiras de coco fonte de renda e sustento para a família.

Figura 9 – Viva o Babaçu!



Fonte: VIVA..., Jornal Correio de Timon (1956).

A entrevistada A4 conta que em 1964, na zona rural de Timon, ela criou dez filhos quebrando coco e trabalhando de roça: “eu vivia era do bago de coco e ele<sup>10</sup> trabalhando de roça para nós comer e de diária para ajudar a comprar um quilo de carne, e não era nem [...] e muitas e muitas vezes [...] Graças a Deus quando minhas filhas cresceram foi que a vida melhorou, Graças a Deus, obrigada meu pai” (informação verbal).<sup>11</sup>

No que diz respeito à oferta de serviços na área de saúde, era precária, repercutindo em uma grande dependência de Teresina. Nesse contexto, “com a construção do Hospital Getúlio Vargas no período do Estado Novo (1937- 1945), a capital piauiense passou a atrair doentes não apenas de Timon, mas de todo o interior do Piauí e do Maranhão” (SANTOS, 2007, p. 53).

O primeiro posto médico foi construído durante o primeiro mandato do prefeito Francisco Vitorino D' Assunção (1951-1956), era uma Unidade de Proteção e Assistência e à Maternidade. Destarte, de acordo com Lula (1991), o prefeito contratou médicos, enfermeiras, sendo as consultas gratuitas, realizadas aos sábados e às quintas-feiras.

Em 1956, havia três unidades destinadas à saúde: um posto de saúde mantido pela Caixa do Pobre, dirigido pelo Dr. Afonso de Paiva Elvas; um posto que era mantido pela Prefeitura Municipal, onde havia distribuição de remédios, aplicação de injeções e curativos; e ainda em 1956, por meio do governo federal, foi instalado na cidade um posto de puericultura, administrado pelo médico Dr. Ribamar Castro Lima (POSTO ..., 1956, p. 5).

Nós tínhamos um posto de saúde, ainda hoje existe, é ali na rua Coronel Falcão, hoje chamam CTA, tá entendendo? Então ele é muito antigo. Naquela época existia a Caixa dos Pobres, que era mantida pela igreja. A Igreja tinha uma escolinha e mantinha pessoas assim [...] ajuda. Precisava de um médico eles encaminhavam, eu não sei bem por onde, a gente não tinha essa necessidade de ir atrás da Caixa dos Pobres, tá entendendo? Não é porque não fosse dos pobres não, é porque a gente não tinha necessidade, porque graças a Deus naquela época ninguém, eu acho que nem adoecia mesmo, mas quem adoecesse naquela época tinha que tá com dinheiro, porque não tínhamos SUS, o SUS veio muito depois, então era assim [...] era difícil. E a prefeitura mantinha lá um [...] assim [...] pra dar injeção, um remédio, que naquela época existia muito essa doença, malária, febre tifo [...]. (informação verbal).<sup>12</sup>

Também era frequente a automedicação e a busca por farmacêuticos, que geralmente não tinham formação, mas tinham amplo conhecimento autodidata nos mais diversos tipos

---

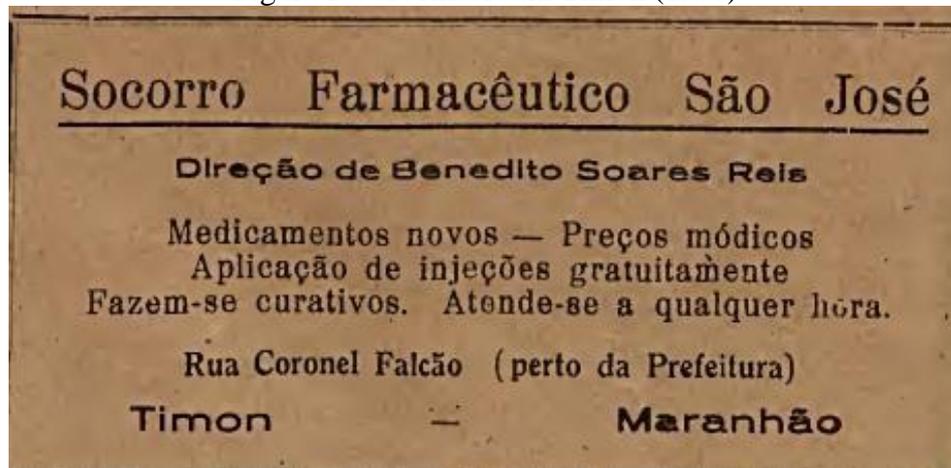
<sup>10</sup> Aqui a entrevistada se refere ao marido, com quem dividia as despesas de casa.

<sup>11</sup> A4. Entrevista. 2022.

<sup>12</sup> A3. Entrevista. 2022.

de medicação. O colaborador A2<sup>13</sup> (2022) nos conta durante sua entrevista que: “tinha um moço que morava na Veneza, lá no Piauí. Ele que passava remédio pra gente, aí eu ia caçar remédio lá”.

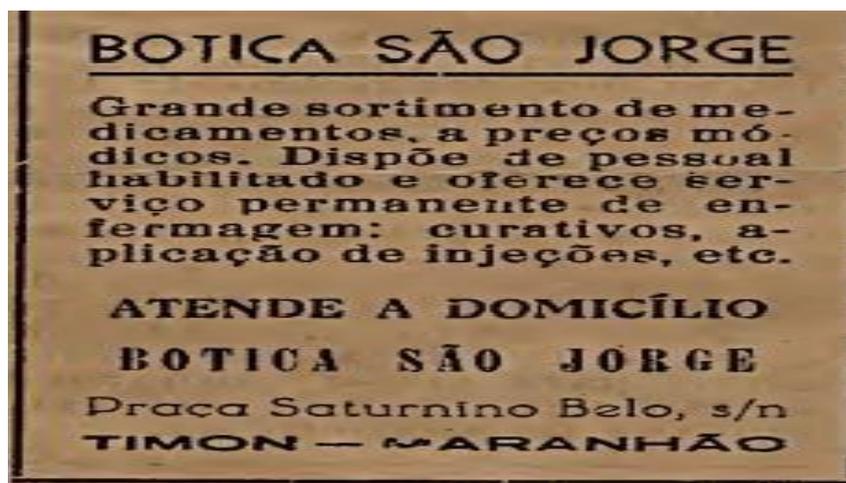
Figura 10 – Farmácia em Timon (1956)



Fonte: PROPAGANDA..., Jornal Correio de Timon (1956).

Como se percebe nas Figuras 10 e 11, essas farmácias realizavam praticamente os mesmos procedimentos dos postos de saúde, daí porque o atendimento das necessidades mais urgentes ficava por conta desses estabelecimentos.

Figura 11 – Propaganda de Farmácia em Timon (1956)



Fonte: PROPAGANDA..., Jornal Correio de Timon (1956).

<sup>13</sup>Idoso, agricultor aposentado, morador do povoado Garapa, zona rural de Timon. Nunca chegou a morar no espaço urbano. Viveu infância e adolescência no município de Matões, casou-se com uma professora leiga e mudou-se para o povoado Garapa, local em que ela encontrou uma oportunidade de emprego na Unidade Escolar Filomena Cunha. Os três filhos frequentaram a escola do povoado, e assim que pôde, colocou-os em casas de conhecidos na zona urbana de Timon para que pudessem continuar os estudos.

A4, moradora da zona rural, dá o seu testemunho:

nós não tinha esse tratamento, aí quando as crianças adoecia, até mesmo a gente, aí a gente procurava os mais velhos, que servia era pílula contra, era o Melhoral, era o Cibalena, era o Cibazol, era o tratamento, era esses aí, aí mesmo o chá da mesinha de casa e era com isso que a gente se tratava, não tinha condição da gente ir na cidade, aí sempre aqui teve o agente de saúde, não é agente de saúde, a Sucam<sup>14</sup>, né? A Sucam trabalhava por aqui, tinha um moço, hora menino tava com o nome do homem [...] muito delicado. Sempre minha casa era muito procurada. Aí ele veio pedir hospedagem, sempre que ele vinha fazer revisão da Sucam, aí a gente dava dormitório para ele, aquela jantinha. Aí ele dava explicação, tanta explicação pra nós ali sentado no terreiro. De dois em dois meses ele vinha fazer essa visita. (informação verbal).<sup>15</sup>

Quando questionada sobre algum surto de doença no município, A3 (2022) relembra que “teve uma época de hanseníase em Timon muito forte” (informação verbal),<sup>16</sup> quando conhecidos contraíram a doença – popularmente conhecida como lepra, que preocupava a população e as autoridades.

Leandro (2009) informa que em 1920, já se catalogavam constantemente portadores de hanseníase no Maranhão. No segundo semestre de 1932, teve início a construção da Colônia do Bonfim, que foi entregue oficialmente em 8 de outubro de 1937. A partir dessa data,

no espaço criado pelo governo federal e que também contava com o auxílio do governo estadual para seu funcionamento, eram administrados os hansenianos do Maranhão portadores de formas clínicas abertas que, uma vez em solo da colônia, deixavam suas relações sociais para trás, iniciando nova etapa de vida, sem saber se algum dia voltariam a desfrutar o convívio com parentes e amigos. No Bonfim existiam vários grupos de moradias que formatavam uma microcidade com 72 casas. Segundo os dados oficiais, era possível abrigar ali trezentos doentes. Além das casas, havia na colônia uma enfermaria com quarenta leitos, cozinha, lavanderia a vapor e refeitório para atender a todos os pacientes. Ainda compunham a infraestrutura do Bonfim: um dispensário geral (com sala de operações, de curativos e farmácia), um posto para enfermeira de plantão, uma capela para doentes e uma casa de detenção (com duas celas). (LEANDRO, 2009, p. 441).

Mesmo mantida pelos governos da União e do estado, qualquer recurso que porventura chegasse ao local era bem-vindo, porquanto era abrigo para muitos doentes, inclusive provenientes de Timon. Assim, em 1956, foi estabelecida uma taxa no valor de Cr\$

---

<sup>14</sup> “Criada na década de 1970, a Sucam foi extinta em 1991, quando era considerada o órgão público de maior presença nas áreas rurais do Brasil, com atuação no combate a endemias como doença de Chagas, malária, esquistossomose e febre amarela”. AGÊNCIA Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/914871-comissao-aprova-indenizacao-a-ex-servidores-da-sucam>. Acesso em: 12/04/2023

<sup>15</sup> A4. Entrevista. 2022.

<sup>16</sup> A3. Entrevista. 2022.

2,00 (dois cruzeiros), que seria revestida em auxílio “aos leprosos, filhos do município de Timon e internados na Colônia Aquiles Lisboa, em São Luís, Capital do Maranhão” (TIMON, 1956, n. p.). Ficou definido, ainda, que semestralmente, as importâncias arrecadadas seriam enviadas ao diretor da Colônia por via bancária ou postal (TIMON, 1956).

### 2.3 A Administração Pública Municipal de Timon e a expansão do Município

.Do ano de 1943 a 1967, governaram Timon oito prefeitos, como descrito na Tabela 5, também apresentamos os governadores na tabela 6

Tabela 5 – Prefeitos de Timon de 1943 a 1967

Ano	Prefeito	Partido
1937- 1946	Urbano de Sousa Martins	- <sup>17</sup>
1946	Rufino da Costa e Sousa	-
1946-1947	Ulisses Marques, José do Egito, João Miguel Budaruiche	-
1947-1951	Jaime de Moura Rios	UDN
1951-1956	Francisco Vitorino de Assunção	UDN
1956-1961	Joaquim Martins Ferreira	PSD
1961-1966	José Nilton Nunes	PSD
1966-1970	Napoleão Guimarães	UDN

Fonte: Lula (1991).

<sup>17</sup> Na Tabela 5, é possível reparar que os três primeiros prefeitos não possuem partido, isso se deve ao fato que o país estava vivenciando o período do Estado Novo e os efeitos do mesmo: “Durante o Estado Novo, as mudanças que o período 1930-1937 trouxe em relação às quatro décadas da República Velha aprofundaram-se. A centralização do poder e o autoritarismo, características marcantes da Constituição de 1937, contribuíram para que muitas das propostas lançadas pela Aliança Liberal, a exemplo das críticas ao regime que imperava no Brasil, fossem concretizadas. Diante desse contexto, faz-se importante compreender de que forma a questão da autoridade contribuiu para que se removesses os entraves ao desenvolvimento nacional. Para tanto, focaliza-se em um ponto demasiadamente lembrado como prejudicial durante a Primeira República, o federalismo”. (CABRAL, 2011, p. 134).

CABRAL, Gustavo César Machado. Federalismo, autoridade e desenvolvimento no Estado Novo. Revista de Informação Legislativa, Brasília, ano 48, n. 189, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242865/000910797.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08/02/2023

Tabela 6 – Governadores do estado do Maranhão de 1943 a 1967

Ano	Governador	Partido
1936- 1945	Paulo Ramos	PP
1945-1945	Clodomir Cardoso	PSD
1945-1946	Eleazar Soares Campos	Sem Partido
1946-1947	Sartunino Bello	PSD
1947-1947	João Pires Ferreira	Sem Partido
1947-1951	Sebastião Archer	PPB
1951-1951	Traiau Rodrigues Moreira	Sem Partido
1951-1951	Eugênio Barros	PST
1951-1951	César Aboud	PSD
1951-1956	Eugênio Barros	PST
1956- 1956	Alderico Machado	PSD
1956-1957	Eurico Ribeiro	PSD
1957-1961	José de Mattos Carvalho	PSD
1966-1970	José Sarney	UDN E Arena

Fonte: MARANHÃO (estado). Mensagens Legislativas, Leis e Decretos de 1943 a 1967. (2022)

Segundo Lula (1991), Urbano de Souza Martins foi nomeado por Paulo Ramos para o cargo de prefeito. Criou a Escola Pés Descalços e o Grupo Escolar Urbano Santos. Devido a disputas políticas, os anos de 1946 e 1947 foram de instabilidade, quando quatro prefeitos passaram pelo cargo, estabilizando-se em 1947, com a posse de Jaime Rios (1947-1951).

Após Jaime Rios (1947-1951), em 1951, assumiu Francisco Vitorino de Assunção (1951-1956), por meio de quem, pela Lei nº 91, de 2 de junho de 1952, a prefeitura foi autorizada a contratar com o governo do Piauí o fornecimento de energia elétrica à cidade, reforçando a articulação entre Teresina e Timon (REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS, 1952, p. 464).

O médico passou a ser lembrado principalmente por

criar condições de assistência médica para seus habitantes, através da criação do Posto de Proteção à Maternidade e à Infância de Timon. Construiu também rodovias de penetração, ligando o interior do Município com a cidade, e a estrada Timon a Matões. Trouxe energia elétrica de Teresina para Timon, através do recurso “cabo submarino”. (SOUSA, 2005, p. 68).

Entre 1956 e 1961, a gestão do município ficou a cargo de Joaquim Martins Ferreira (1956-1961), que foi recebido com festa na cidade, com a realização de alvorada, missa, coro de cantoras da Escola da Matriz de Nossa Senhora do Amparo, e apoio de autoridades timonenses (NOVOS HORIZONTES..., 1956, n. p).

Kreutz (1982) afirma que entre os anos de 1956 e 1966, o Maranhão foi comandado politicamente pelo Partido Social Democrático (PSD), época em que Vitorino Freire atingiu o auge. O vitorinismo tinha como principal traço o estilo conservador, o que levou o estado a uma condição de inércia, tanto no campo político quanto econômico. Nesse período,

um contingente de 60% da população não votava por ser analfabeta; um diminuto

número de instituições e associações operantes, tanto no meio rural como no urbano, possuía condições de funcionar como veículo próprio das reivindicações de parcelas importantes da população; inexistiam órgãos públicos assistenciais e cooperativos locais, o que formentava a mais variada intermediação do produtor ao consumidor: político-eleitoral, financeira, técnica etc.; grande número de lavradores, ocupantes de terras devolutas, não tinham acesso ao crédito bancário, por não dispor de instrumentos legais de propriedade da terra; uma geral deficiência na estrutura política-administrativa dos governos municipais; a inadequação da máquina administrativa do Governo Estadual; a inexistência de planos de desenvolvimento estadual completos e integrados. Nesta conjuntura, as dificuldades para o exercício da oposição são quase intransponíveis. É frequente a passagem de oposicionistas para a situação, mormente a nível municipal, como recurso de sobrevivência política. Deste modo, é o partido do Governo que controla os recursos estratégicos destinados aos chefes políticos locais, como: subvenções, nomeações, remoções etc.; e, de certa forma, que mantém o monopólio da violência. É fácil deduzir que a corrupção campeasse. (KREUTZ, 1982, p. 40- 41).

O prefeito Joaquim Martins Ferreira (1956 – 1961) era do partido de Vitorino Freire e, além disso, Padre Delfino era um simpatizante do PSD, que dava muita visibilidade a gestão de Martins Ferreira no Jornal Correio de Timon. Pelos arquivos da Câmara de Timon, depreendem-se diversas leis que auxiliavam as ações do padre Delfino na cidade, como a concessão de terras e auxílios para festividades, concorde com a Tabela 7.

Tabela 7 – Homenagens e títulos recebidos por padre Delfino da Silva Júnior da Prefeitura de Timon

Lei/ Projeto de Lei	Data	Descrição
Lei nº 189	08/11/1956	Ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a prestar, oficialmente, preito de homenagem ao Revmo. Sr. Padre Delfino da Silva Júnior, no ensejo da passagem de seu aniversário natalício no dia 11 de novembro corrente.
Lei nº 190	11/11/1956	Fica o Revmo. Sr. Padre Delfino da Silva Júnior, Vigário da Freguesia, considerado Cidadão Benemérito do Município de Timon, estado do Maranhão, cujo título lhe é concedido como prêmio e louvores dos poderes públicos municipais pelos importantes serviços prestados à coletividade timonense.
Lei nº 199	09/11/1957	Fica concedido um auxílio da importância de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) à Sociedade Mutuária “Caixa do Pobre”, destinada à construção do muro do Estádio “Padre Delfino” (Campo de esporte da mesma sociedade).
Lei nº 207	09/11/1957	Abre crédito especial de Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) para despesas da festividade de comemoração do aniversário natalício do Revmo. Sr. Padre Delfino da Silva Júnior.
Projeto de Lei nº 8/57	05/ 11/1957	Concede auxílio anual de Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) para o “Correio de Timon”.

Fonte:TIMON (município) Leis dos Anos de 1950. Câmara Municipal de Timon.

Em 1949, o Jornal “O Combate” trazia uma fala de Alarico Pachêco, na Câmara Federal, sobre o clima de insegurança gerado pelas disputas políticas envolvendo o padre Delfino, em Timon:

já tenho falado mais de uma vez nesta casa, sobre as perseguições, as compressões e os atentados ao íntegro prefeito daquele comuna, o ilustre advogado dr. Jaime Rios que, apesar de todas as ameaças não se deixou intimidar e continua firme no seu ponto de honra. Sr. Presidente, é de estarrecer que a chefia da polícia pissetistano município de Timon seja exercida pelo padre Delfino Silva, é que esse vigário, na qualidade de guia espiritual de todos daquela zona, tenha colocado de lado os princípios de justiça e de humanidade; para se desmandar, como vem fazendo; na prática de contravenções, de modo a merecer a desaprovação dos homens de bem de Timon. E aqui tomo a liberdade de levar ao conhecimento príncipe da Igreja, Cardeal D. Jaime Câmara, este fato que é do domínio público e vem provocando grande escândalo para os bons princípios católicos daquele município. (NA TRIBUNA..., 1949, p. 5).

Como se pode constatar na Tabela 6, Jaime Rios e Francisco Vitorino de Assunção eram do Partido UDN, enquanto Joaquim Martins e José Nilton, do PSD, ou seja, da oposição. Quando perguntada sobre uma personalidade marcante em Timon, a entrevistada A3 apontou Padre Delfino Júnior:

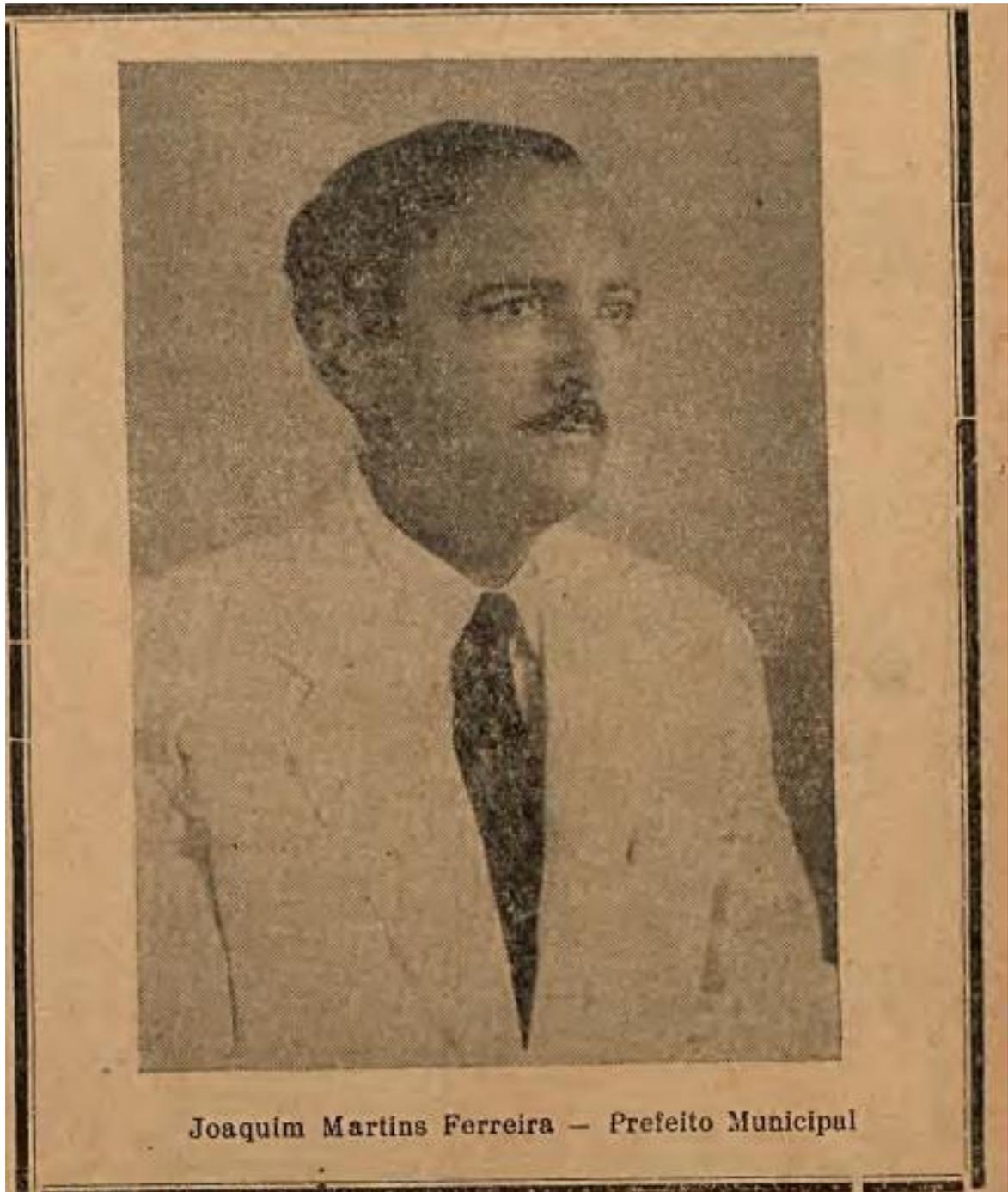
O Padre Delfino foi uma oposição em Timon mas ele foi muito humano, ajudava muitas pessoas, com relação a saúde, tinha a Caixa dos Pobres, que era mantida pela Igreja e o salão paroquial, onde as pessoas ali buscavam [...] é [...] alguma coisa para suprir suas necessidades e ele ajudava. (informação verbal).<sup>18</sup>

As benesses realizadas pelo sacerdote não foram esquecidas, pois permanecem na memória dos timonenses que vivenciaram o período de grande atuação dele na cidade, tanto no campo assistencial quanto político. Inclusive, a entrevistada declara que para ela, a figura mais marcante em Timon foi o clérigo, e quem mais ajudou a população. Paralelo a isso, no cenário político, ele foi um opositor a todos aqueles que não eram do partido do qual era simpatizante. Sousa (2015) confirma que o progresso do padre Delfino juntamente com os vitorinistas aconteceu no ano em que o cargo de prefeito passou a ser ocupado por Joaquim Martins Ferreira. Daí em diante, o padre tornou-se não só uma liderança política em Timon, como também um conselheiro no PSD.

---

<sup>18</sup> A3. Entrevista. 2022.

Figura 12 – Prefeito Joaquim Martins Ferreira (PSD)



Fonte: PREFEITO...,Jornal Correio de Timon (1957, p. 5)

Em 1961, quem assumiu como prefeito foi José Nilton Nunes (1961-1966), que já havia sido vereador por três vezes, além de Presidente da Câmara Municipal de Timon. Ele foi responsável pela inauguração do prédio da Prefeitura de Timon (TIMON, 1964); construção da cadeia pública (TIMON, 1961); e reforma na Igreja São José.

Figura 13 – José Nilton Nunes (PSD)



Fonte: PREFEITO JOSÉ NILTON..., Jornal Correio de Timon (1957, p. 8).

Por sua vez, o prefeito Napoleão Guimarães (1966-1970), da UDN, exerceu o primeiro mandato de prefeito de 1966 a 1970. Anos depois, seria eleito para cumprir mais dois mandatos. Dentre as obras mais marcantes de Guimarães, estão: a criação do Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto de Timon (SAAE), por meio da Lei n° 354, de 14 de novembro de 1967 (TIMON, 1967); chafarizes e lavanderias; escolas na zona rural e urbana; calçamento em ruas.

Até aqui, apresentaram-se os prefeitos que passaram por Timon no período avaliado. Contudo, acredita-se ser importante também tratar das lideranças estaduais (Tabela 6).

A Tabela 7 permite uma compreensão mais acurada das ações estaduais recebidas por Timon em diferentes momentos, principalmente as que serão discutidas no Capítulo 3, alusivas ao campo educacional. Algumas posses de governadores foram amplamente divulgadas tanto em jornais timonenses quanto teresinenses, patenteando a ideia de grandiosidade e esperança de um novo Maranhão a cada governo que se instalava.

Figura 14 - Posse do governador José Matos de Carvalho

## Diplomado e empossado o novo Governador



Governador Matos Carvalho

Realizou-se no dia 9, às 15,30 horas, no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, a solenidade de entrega de diplomas dos governador e vice-governador respectivamente Dr. José de Matos Carvalho e Dr. Alexandre Alves Costa. Ao ato, que foi presidido pelo desembargador Sarney Costa, assistiram autoridades federais, estaduais, municipais, representante do Arcebispo Metropolitano e grande multidão. Já cansado da tão longa expectativa, após ano e meio de luta interpartidária através de recursos nos Tribunais Regional e Superior, o povo que encheu as dependências do Regional, aplaudiu vivamente e com impressionante entusiasmo os seus eleitos.

deputados estaduais, preferiram os eleitos o compromisso do estilo. Fizeram-se ouvir na ocasião, saudando os governador e vice-governador, o líder da maioria deputado Orlando Leite e deputado Giordano Mochel, líder das oposições. Em seguida falou Dr. Alexandre Costa, agradecendo o apoio recebido em sua eleição e a saudação dos oradores.

**NO PALÁCIO DOS LEÕES**

Em seguida, acompanhado das autoridades, representantes do Maranhão no Senado e na Câmara Baixa do País, dos senhores deputados estaduais e grande multidão, o Dr. José de Matos Carvalho dirigiu-se ao Palácio para tomar posse do Governo. S. Excia. foi saudado pelo deputado Eurico Bartolomeu Ribeiro, governador interino, que disse dos propositos que sempre teve de corresponder à confiança dos correligionários, cuidando, com o zelo de que era capaz, dos interesses do povo e

(Conclue na última página)

**PORELA**

— Traumatologia  
Cargos. Curso de Aperfeiçoamento — Rio de Janeiro  
Andar 1039 — 1º andar  
R. Luiz Martins 1631  
exceto nos sábados  
Paul

**NA ASSEMBLEIA ESTADUAL**

Às 17 horas do mesmo dia, na Assembleia Legislativa em memorável cerimonia a que presidiu o deputado Edson Freitas Diniz, e com a presença das autoridades, senadores, deputados federais e vinte um

Fonte: DIPLOMADO..., Jornal Correio de Timon (1957, p. 1).

Nessas posses, denota-se que a influência do vitorinismo perdurou no Maranhão entre 1951 e 1961, período em que a maioria dos governadores eleitos eram vitorinistas. Com efeito, a quebra total desse ciclo ocorreu somente com a ascensão de José Sarney ao poder.

Aliás, em conformidade com Sousa (2015, p. 85), “essa política que se convencionou chamar no Maranhão de vitorinismo, findou-se a partir de 1965, com ascensão da ditadura militar.

## 2.4 As transformações urbanas em Timon

Para Gomes (2013, p. 44), os anos compreendidos entre 1930 e 1960 foram de intensa transformação no Brasil, devido a “um maior desejo de acesso a um estilo de vida considerado moderno”. Com o município de Timon não era diferente: buscava-se seguir as tendências modernizadoras, mas muitas ações acabavam prejudicando a população menos favorecida.

Em 1948, o prefeito Jaime Rios (UDN) decretou a proibição de casas cobertas de palha, de cercas de qualquer espécie e a construção de paredes em casas já cobertas na zona central da cidade. Quem desobedecesse a tal determinação, estaria sujeito ao pagamento de multa, que variava de 1.000 a 5.000 cruzeiros. Em 14 de setembro de 1948, a lei chegou a ser revogada, mas em 1949, novo projeto de lei voltou a tratar do assunto:

Artigo 1º: Ficam considerados como Zona Urbana os seguintes trechos das cidade: começa à margem do Rio Parnaíba subindo a Rua Coronel Falcão até a Rua Magalhães de Almeida, na parte compreendida entre a Coronel Falcão e a Rua Paulo Ramos; Avenida Paulo Ramos, a começar da Travessa Aimoré, exclusive, seguindo em direção à Matriz: Praça de São José : Avenida Getúlio Vargas; e praça Piauí; e todos os trechos compreendidos entre a rua coronel Falcão e Avenida Getúlio Vargas, e entre a rua Coronel Falcão e Praça São José.

Artigo 2º: Ficam proibidos terminantemente:

- a) a construção de casas de palhas, na zona urbana;
- b) a construção de casas de qualquer espécie na praça São José e avenida Getúlio Vargas.

1º As casas de palhas, cuja construção está iniciada, devidamente licenciada nesta gestão ou na anterior podem ser concluídas.

2º Nos trechos permitidos da zona urbana, as cercas serão construídas de madeira ou de arame farpado.

Art 3º As casas de palha, já construídas no perímetro urbano só poderão ser novamente cobertas de palha no período de 6 meses , a contar da data de assinatura e promulgação da Lei.

Art 4º As casas cobertas com palhas assim como as cercas de qualquer espécie, na Zona Urbana, tem sua vigência limitada a 3 ( três) anos, contando-se da Promulgação deste.

§ 1º -- Na Praça São José, as cercas de casas de palhas tem a regência de 1 ano apenas;

§ 2º-- As casas de palhas, e que estão construídas dentro do cercado e recuadas a mais de 10 (dez) metros, não são atingidos por esse decreto.

Artigo 5º- Qualquer serviço previsto nesta lei está sujeito a licença da autoridade competente.

§ Único- As cercas, toda vez que ultrapassem de 5(cinco) metros estão sujeitos a licença.

Artigo 6º- Este decreto entra em vigor na data de sua promulgação

Artigo 7º- Revogam-se as disposições em contrário. (TIMON, 1949, n. p.).

Essa tentativa de retirar do centro da cidade aqueles que não podiam arcar com uma

moradia de telha revela uma espécie de segregação involuntária que, para Vilaça (2001), ocorre quando o indivíduo ou família se vê obrigado a morar em outro local ou deixar de residir em algum bairro da cidade.

Em 1953, um Projeto de Lei de autoria do vereador Manoel Bernardino Lopes de Sousa Viana versava sobre a criação de uma olaria para fabrico de telhas que seriam destinadas à cobertura de casas da população da cidade, mas o prefeito Francisco Vitorino de Assunção se colocou contra tal projeto, pois segundo ele, o município não possuía terreno próprio para a exploração da indústria de cerâmica, e adquiri-lo em cidade vizinha também estava fora de cogitação, já que não havia verbas suficientes; além disso, mais de noventa por cento da população era pobre. Diante desses argumentos, o projeto foi arquivado, com apoio unânime dos presentes no plenário (TIMON, 1953).

Dois anos depois, ainda na gestão de Vitorino de Assunção, a Lei nº 159, de 1955 isentava de imposto predial por cinco a dez anos os prédios residenciais construídos em estilo considerado moderno, mas as intenções iam além de modernizar a cidade de Timon: buscava-se com isso atrair pessoas de Teresina (TIMON, 1955).

Como se apreende na justificativa do Projeto de Lei de autoria de Lauriano Rodrigues,

o presente projeto visa o incentivo à campanha de construção de novas, modernas e estilísticas habitações, parte integrante do progresso e modernização de uma cidade. Diante da facilidade de transporte pedestre e rodoviário que nos oferece o assoalhamento da ponte metálica sobre o Rio Parnaíba, possivelmente grande número de pessoas da vizinha capital virá fixar residência nesta cidade diante das vantagens que oferecerá o presente projeto, tornando-se nossos grandes colaboradores. Sendo este um dos motivos (o progresso, o engrandecimento e a modernização de nossa cidade) de apressar-se em apresentar o presente projeto, na certeza de que meus pares saberão compreender muito bem esta minha atitude. (TIMON, 1955).

Toda essa rejeição a casas de palha acabou gerando conflitos, por conta de “ações baseadas em concepções cujos horizontes estavam fixados na ideia da “boa cidade” (BRESCIANI, 2009, p. 3).

Nesse período, muitas pessoas enfrentaram incêndios em suas casas, e outras viviam em constante estado de alerta. Entre 1957 e 1959, a prefeitura passou a auxiliar as vítimas de incêndios, seja com subsídio financeiro, isenção de imposto sobre propriedade ou mesmo facilidades em realizar empréstimos, como se verifica na Tabela 8.

Tabela 8 – Leis municipais voltadas para socorro às vítimas de incêndio

Lei	Data	Assunto
Lei n° 187	10/10/1956	Abre crédito especial para socorrer vítimas de incêndio.
Lei n° 198	09/11/1957	Auxílio de 1.500 cruzeiros a José Veloso da Costa, vítima de incêndio.
Lei n° 217	04/10/1958	Concede auxílio de Cr\$ 10.000,00 para socorrer as vítimas de incêndio na rua do cemitério, em dias do mês de agosto do ano passado.
Lei n°226	31/07/1959	Isenta de imposto de licença ou taxas os proprietários de casas descobertas ou incendiadas.
Lei n° 225	31/07/1959	Autoriza as vítimas de incêndio a fazer empréstimos e abrir crédito especial.

Fonte: TIMON (município). Leis dos Anos 1950. Câmara Municipal de Timon. (2022)

Em 1959, o governo estadual forneceu um auxílio de Cr\$200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), que seria utilizado na indenização das vítimas de incêndios (MARANHÃO, 1959). O Piauí também contribuiu com doação de leite e roupas, que foram entregues pessoalmente pela primeira-dama, esposa do então governador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (S.A. AUXÍLIO DO PIAUÍ..., 1959, p. 7).

Consoante matéria publicada no Jornal Correio de Timon, um dos principais jornais que circulava na cidade nessa época, estima-se que pelo menos 50 casas foram incendiadas – ao todo, foram de 130 a 160 famílias que ficaram desabrigadas. Como medida de prevenção, 80 moradias tiveram de ser descobertas, levando os moradores a pagarem aluguel (O INCÊNDIO..., 1949, p. 9).

#### O INCÊNDIO DAS CASAS

O fogo, criminoso, ateadado nas casas de palhas, onde a pobreza dorme, mudou por completo a vida da cidade de Timon. Mais ou menos cinquenta casas, devoradas pelas chamas. Mais ou menos 80 descobertas, a título de precaução. Ao todo, 130 ou 160 famílias desabrigadas, protegidas contra o sol. Inclemente com a sombra abundante dos cajueiros ou das mangueiras; ao relento, com bagagens e meninos suportando o frio que, na quadra atual, é percuciente e suportando a chuva que, nesses dias ou para frutificarem os cajueiros, ou para aumentar o sofrimento e a provação dos pobres, não tem faltado.

Os remediados, os precavidos, os que gastam, dos lucros do seu trabalho, uma parte, e deixam outra como reserva para dias incertos (é a roupaque estraga, é a doença que carece de medicamento, é o filho que precisa de livros para escola, é a porta que necessita reconstruir-se, é o ferrolho da janela para substituir, é o fogo inopinado, danoso, iclemente, que intranquiliza os espíritos e deixa a mingua centenas de criaturas! Esses, os precavidos, ou os que dispõe de meios bastantes, já cobriram de telhas suas moradas. Outros, armaram teto, apenas com sacrificio inaudito, e esperam produzir efeito a Lei n° 225 de 31/07/1959, decretada pela Câmara e sancionada pelo prefeito municipal.

A maioria , porém, forma o batalhão dos aflitos, pagando aluguel de casas, agora descobertas, não esperam telhas porque não tem tetos a cobrir...e o salário, que lhes proporciona o trabalho diário, dá para o pão minguaado e para a roupa de última espécie.

São a romaria interminável a pedir...ajuda de qualquer natureza.

O coração se nos confrege deante desse espetáculo jamais visto em terras timonenses. Se quisermos ver o aspecto fuliginoso da alma doentia ou do cérebro satânico de quem produz crime tão hediondo!

Para lhe cuspir na alma! Para lhe escarrar no cérebro! (O INCÊNDIO..., 1949, p. 9).

Teresina também sofreu com incêndios em casas de palha. A propósito, Nascimento (2022, p. 275) relata como esse problema afetou a vida da população teresinense entre os anos de 1930 e 1946:

Os incêndios da década de 1940 provocaram a população moradora da periferia de Teresina amedrontada. A cidade continuou tendo construções cobertas de palha de babaçu e, ora por outra, incendiava uma casa. A notícia espalhava-se, e logo começavam os rumores de que os incêndios estavam recomeçando. Era comum ver-se, então, moradores retirando os pertences e colocando debaixo de árvores. Outros umedeciam a cobertura das casas, com jatos d'água. O imaginário social ficou marcado pelos incêndios.

A cidade ia expandindo-se e, assim como em Teresina, onde “os cortiços e casas de pobres tinham que ceder lugar a ruas e avenidas” (NASCIMENTO, 2015, p. 219), em Timon, pessoas tiveram de sair de seus lares para que ruas fossem abertas.

É possível constatar na prática o que diz Deusdedith Júnior (2008, p. 208), ao afirmar que na cidade, existem locais de segurança e de insegurança, além de “ser palco de disputas, arena onde decidimos sobre as ordens, os valores e os poderes que concorrem pelo lugar dominante”.

Figura 15 – Avenida Getúlio Vargas, em Timon (anos 1950)



Fonte: IBGE (1959).

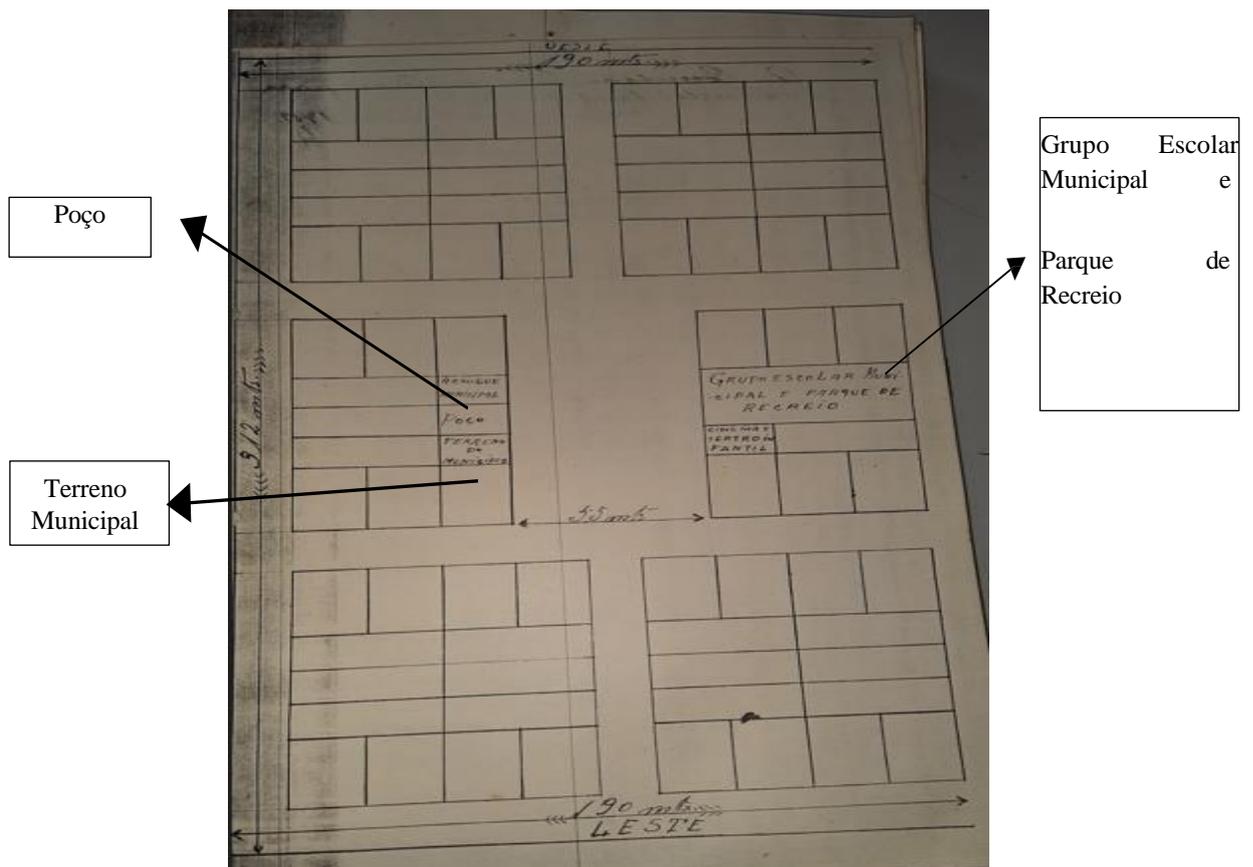
A prefeitura também aceitava doação de terrenos e loteamentos (Lei municipal n° 172, de 1954), visando a aumentar a área urbana do município, “com contrapartida de concessão do direito de loteamento dos terrenos remanescentes com emissão de títulos de

aforamento, registrados em cartório” (SEMPLAN, 2021/2022, p. 8).

E foi assim que surgiram vários bairros antigos de Timon – a exemplo dos bairros Mangueira e Multirão – cenário que se manteve até a regulamentação do parcelamento do solo, em 1991 (SEMPLAN, 2021, 2022).

Antes mesmo da venda desses lotes em locais como bairro Santo Antônio, Parque Piauí e São Benedito, pensando na dificuldade que era para a população adquirir seu próprio terreno, em 1951, o vereador Hélio de Albuquerque criou um Projeto de Lei nº 72, que tencionava a aquisição de terras para a ampliação do patrimônio municipal. Esta seria destinada à construção de uma espécie de conjunto habitacional popular, com seis quarteirões de oitenta e quatro metros de comprimento por oitenta de largura. Para tanto, o governo municipal abriria uma pequena praça de cinquenta e cinco metros de largura, com benefícios como um grupo escolar, um parque de recreação, um poço.

Figura 16 – Croqui anexado ao projeto de autoria de Hélio Albuquerque



Fonte: Projeto de Lei nº 72 (1951).

Só seria permitida aquisição de lotes nessa área por pessoas humildes, que pudessem provar que não possuíam terreno algum e que tivessem necessidade de construir

casas para residência própria. Nesse ensejo, a prefeitura deveria abrir um crédito de CrS 6.000,00 cruzeiros (seis mil cruzeiros) (TIMON, 1951).

A justificativa de Albuquerque era que

como todos nós sabemos, o patrimônio municipal é pequeno, e não há mais terrenos tornando-se difícil a uma pessoa que não disponha de recursos, adquirir um pedaço de terra onde possa construir a sua residência, o abrigo para si, e para sua família, e isto se verifica geralmente, na classe proletária, entre nós um grande núcleo e que precisa ser amparada pelos poderes públicos. (TIMON, 1951).

O vereador chegou a anexar ao projeto um croqui (Figura 16) de como seria esse bairro, o que previa a construção de um grupo escolar para atender às pessoas do local, mas a prefeitura emitiu um parecer negando a verba e, conseqüentemente, arquivando a ideia (TIMON, 1951).

Em 1953, por meio do Anteprojeto n° 3/53, a prefeitura autorizou crédito (Lei n° 90, de 31 de maio de 1952) que visava a adquirir um terreno para ser doado ao I.A.P.C, para a construção de um residencial. Sobre essa questão, Mendes e Campos (2019) esclarecem que a ação do governo no campo da habitação popular teve origem em 1933, com o surgimento dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP'S). Estes foram corporações responsáveis pelo financiamento e construção de várias unidades habitacionais Brasil afora, no período compreendido entre 1933 e 1964, inclusive em Teresina.

Como ilustram as Figuras 17, 18 e 19, de 1956 a 1958, eram vendidos lotes de terreno nos bairros Santo Antônio, Parque Piauí e São Benedito.

Figura 17 – Venda de lotes do bairro Parque Piauí (1958)

(Conclue na 6a. página)

# PARQUE PIAUÍ

Loteamento Municipal – PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON – Maranhão

**TABELA DE PREÇOS:** – Concessionário do loteamento: LOURIVAL LIRA PARENTE

FAIXAS	METROS	RUAS 1 a 8	RUAS 9 a 16x30 a 70	RUAS 9 a 12xFP e 20, 80, 90 e 100	RUAS 13 a 16xFP e 20, 80, 90 e 100	RUAS 17 a 20 xFP a 70	RUAS 17 a 20x70 a 100	RUAS 17 a 20x Avenida Teresina
<b>RUAS:</b>								
Leste-Oeste	10x60	XXX	XXX	XXX	XXX	1.000,00	600,00	XXX
Norte-Sul	15x40	10.000,00	8.000,00	5.000,00	3.000,00	1.200,00	750,00	XXX
Leste-Oeste	20x30	12.000,00	9.000,00	7.000,00	4.000,00	1.500,00	900,00	XXX
Esquinas	20x30	13.000,00	10.000,00	8.000,00	5.000,00	2.000,00	1.200,00	XXX
<b>Av. e PRAÇAS:</b>								
Leste-Oeste	10x60	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	3.000,00
Norte-Sul	15x40	12.000,00	9.000,00	7.000,00	4.000,00	XXX	XXX	XXX
Leste-Oeste	20x30	13.000,00	10.000,00	8.000,00	5.000,00	XXX	XXX	XXX
Esquinas	15x40	14.000,00	11.000,00	9.000,00	6.000,00	XXX	XXX	4.000,00
Esquinas	20x30	15.000,00	13.000,00	10.000,00	7.000,00	XXX	XXX	5.000,00
<b>LOTES IRREGULARES:</b>								
Uma frente	m2	30,00	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
Mais frentes	m2	35,00	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX

**CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**  
 1) à vista, desconto de 20%;  
 2) 20 prestações mensais de igual valor.

Teresina, 2 de maio de 1958  
 Remeto a presente tabela à Prefeitura Municipal de Timon  
 LOURIVAL PARENTE

Fonte: PARQUE..., Jornal Correio de Timon (1956, p. 3).

Como verifica nas imagens, informações sobre a venda de terrenos eram obtidas na casa paroquial ou com os responsáveis por ela, como José Nilton e Lourival Parente. Estabelecendo um comparativo com os valores do salário-mínimo dessa época, capta-se que se tratava de valores altos: em julho de 1954, o salário-mínimo passou a ser de Cr\$ 2.400,00, permanecendo até 1957.

Figura 18 – Propaganda bairro Santo Antônio

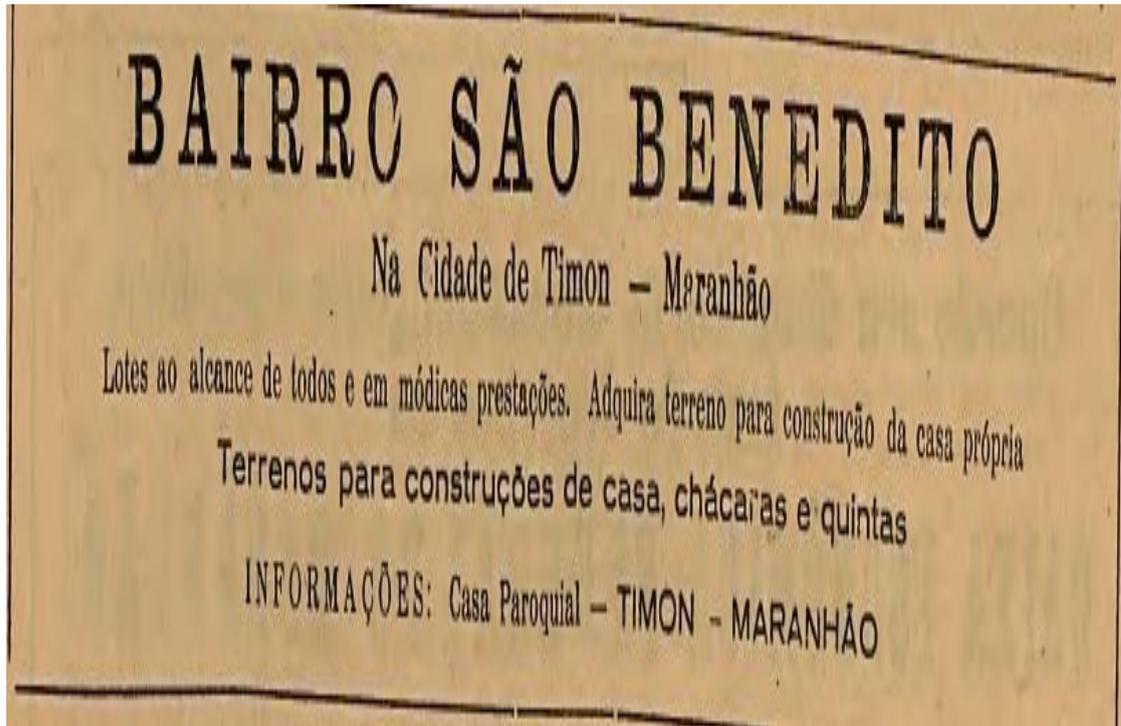


Fonte: BAIRRO..., Jornal Correio de Timon (1956, p. 4).

Nas propagandas, alguns fatos chamam a atenção: primeiro, o fato de que o Parque Piauí ainda não era um bairro, mas uma área rural próxima à cidade de Timon, diferentemente das outras duas áreas; como as propagandas deixam claro, Bairro Santo Antônio “perto da Igreja”<sup>19</sup> e Bairro São Benedito “na Cidade de Timon”, enfatizar tal ponto parece ser uma forma de atrair a população para a aquisição desses lotes.

<sup>19</sup> A Igreja em questão é a de Santo Antônio.

Figura 19 – Venda de lotes de terreno no bairro São Benedito



Fonte: BAIRRO..., Jornal Correio de Timon. Timon, 19 de julho de 1958, p. 5

O entrevistado A5 conta que veio de Pernambuco, conseguiu emprego no segundo agrupamento de engenharia em Pernambuco, Petrolina, onde trabalhou na construção da estrada de ferro. Como ela foi eliminada, eles foram trazidos para o 2º BEC de Teresina e depois instalaram-se em Timon, na chamada Vila do BEC que, igualmente, deu nome a outro bairro de Timon, o Vila do Bec.

Eu era chefe de turma, minha função era essa, tomar conta de turma, fazer as estradas. A gente trabalhava no segundo BEC, de lá eles designavam a gente. Supor...essa estrada bem aqui do Parque Alvorada que vai pra Presidente Dutra ou a BR 316 ou outra qualquer, aí eles mandavam a gente ir pra essas estradas e ia fazer o serviço. Eu tomava conta de turma, às vezes tinha 60, 65 pessoas trabalhando e eu administrando elas tudo. Fui bem aceito lá, tinha muitas coisas difíceis, eu ia lá desmanchava aquilo tudim e ia fazer tudo certim. Já vinha com ordem do comandante pra tudo que tivesse errado eu nem precisava perguntar, era desmontar e fazer de novo. Quando cheguei aqui comprei uma casa na rua em cima e depois comprei esse terreno aqui. Era uma casinha de taipa, aí depois fiz a casa. (informação verbal).<sup>20</sup>

A fala do colaborador denuncia os tipos de casa que prevaleciam aqui, de taipa. O entrevistado cedeu uma foto de um momento de construção de estradas em Timon, cujos

<sup>20</sup> A5. Entrevista. 2022.

trabalhos não aconteciam só em Timon, mas em todo o Maranhão. De acordo com ele, também foram direcionados para cidades como Bacabal, onde, inclusive, conheceu sua atual esposa, que também concedeu entrevista (A6) para os fins desta pesquisa.

Foto 1 – Homens trabalhando em estradas, sob o comando do 2º BEC



Fonte: arquivo pessoal do entrevistado A6

Na Foto 1, contempla-se que os trabalhadores dividiram espaço com máquinas pesadas, como tratores, por exemplo, e animais, que eram utilizados nos transportes de materiais. A entrevistada A6 conta que quando de sua vinda de Bacabal para morar em Timon, veio para a Vila do BEC, onde morou por cinco anos (de 1975 a 1985). Ela diz que não sabia bem se era zona urbana ou zona rural, pois para ela, na época, era tudo zona rural. Lá havia escola, hospital, e quando precisava comprar alimento, pegava um ônibus e ia a Teresina. A casa era de taipa e tinha seis cômodos. Ela lembra como eram distribuídas:

As pessoas que tinham bom comportamento, ficha limpa, aí ganhava. Eles faziam

sorteio com o nome das pessoas, aí aquela pessoa ganhava, aí eles davam a casa. Já tava construída, tinha energia elétrica, era chafariz. Não tinha calçamento, o hospital<sup>21</sup> era o hospital mesmo do BEC. Às vezes tinha missa, eles traziam o padre, que era o capelão lá do exército, vinha celebrava a missa, fazia batizado, era assim. De seis em seis meses eles vinham, era ao ar livre. Tinha umas vinte e seis casas, era assim tipo um conjunto, uma quadra tinha três casas. Quando o trabalhador saía da casa ela ia pra outro trabalhador. (informação verbal).<sup>22</sup>

Quando a entrevistada se refere ao centro do município, trata-o como Timon – é como se o local em que ela morava não fizesse parte de Timon. Ao falar sobre o período eleitoral, ela diz: “A gente ia votar em Timon, lá no Centro” (informação verbal).<sup>23</sup>

Deduz-se que a região do centro era considerada a zona nobre da cidade e, por isso, os moradores de outros locais identificavam como “Timon apenas ela e suas proximidades.

Tabela 9 – Transformação da zona urbana de Timon (1954- 1956)

Lei / Anteprojeto de Lei	Data	Sobre o que tratava
Anteprojeto de Lei n° 12/54 <sup>24</sup>	29/10/1954	Concede o prazo de 240 dias para retirada das casas localizadas no leito da rua Firmino Gonçalves Pereira.
Lei n° 195	24/11/1956	Fica declarado de utilidade pública, para o fim de ser desapropriado, uma faixa de terreno de propriedade de Maria Benedita da Silva Freitas, à Rua Magalhães de Almeida.
Lei n° 172	16/04/1956	Autoriza a prefeitura municipal de Timon a aceitar doações de terra para loteamento, ampliando a área urbana da cidade.

Fonte:TIMON (município). Leis de 1950 a 1960 da Câmara Municipal de Timon (2022)

Com o passar do tempo, transformações foram acontecendo em Timon; novas áreas sendo, ocupadas; novos bairros e conjuntos habitacionais surgiram, juntamente com projetos de pavimentações de ruas e outras intervenções urbanas, além de arborização, como se verifica na Figura 20 (TIMON, 1952).

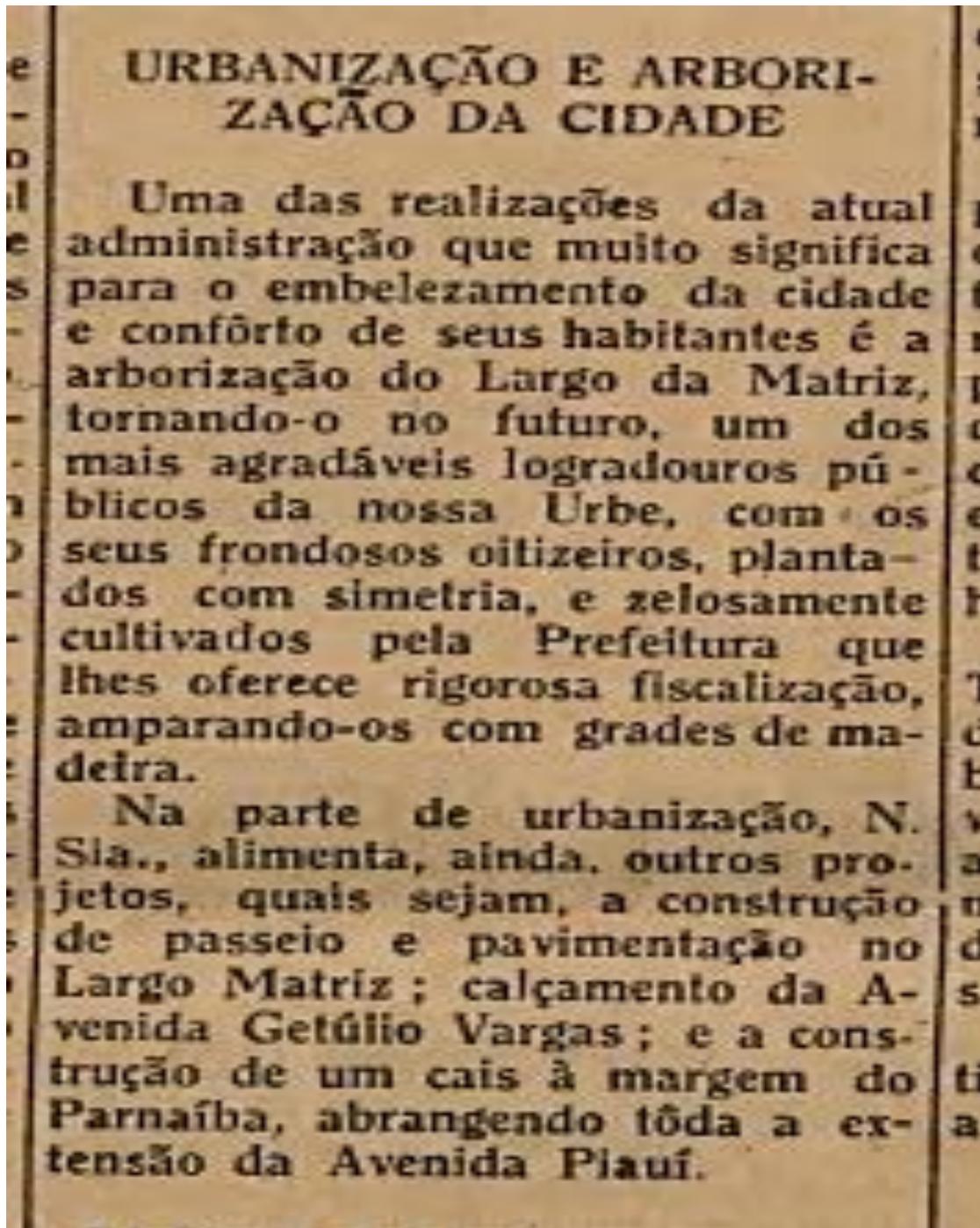
<sup>21</sup> Aqui, hospital é posto de saúde.

<sup>22</sup> A6. Entrevista. 2022.

<sup>23</sup> Ibid.

<sup>24</sup> A justificativa da prefeitura era que as casas haviam sido construídas no leito da rua Firmino Pedreira, sem qualquer autorização ou licença da prefeitura, e estavam atrapalhando o trânsito de veículos, fato que tornava imprescindível a remoção delas.

Figura 20 – Urbanização de Timon



Fonte:URBANIZAÇÃO..., Jornal Correio de Timon (1957, p. 16).

A Caixa do Pobre, por exemplo, considerada de utilidade pública pelo governo estadual, foi fundada em 19 de março de 1948, pelo padre Delfino da Silva Júnior<sup>25</sup>

<sup>25</sup>Além da Caixa do Pobre, o padre Delfino foi fundador das Igrejas São José e Santo Antônio, e do Jornal Correio de Timon.

(MARANHÃO, 1951). Em resumo, o Estatuto da Caixa do Pobre, dizia que

**OBRIGAÇÃO DOS SÓCIOS:** Pagamento de suas mensalidades (letras A, B, C e D) e também da quota de óbito (letras A e B).

**DIREITOS DOS SÓCIOS:** Assistência dentária (extrações e obturações); Assistência Médica (consultas, receitas, aplicações de injeções e remédios). Escolas para os filhos (matrícula nas escolas mantidas pela Caixa do Pobre); funeral, pago imediatamente depois do óbito, mediante apresentação de atestado, passado em Cartório, para os residentes fora de Timon, e atestado da autoridade policial para os residentes no interior deste município. Para os residentes na cidade, é bastante o testemunho de 22 pessoas idôneas, no ato do pagamento.

**CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:** Não ser menor de 5 nem maior de sessenta anos de idade, ter bons costumes; não pertencer a sociedade que se contrapõe às leis, às instituições públicas e à segurança do País. No ato da inscrição, assinar o requerimento, apresentar 3 fotografias de tamanho 3x4 e atestado de saúde fornecido pelo médico desta sociedade.

**EXTINÇÃO DE DIREITOS:** Perde o sócio os direitos na Caixa do Pobre: a) se envolvido em sociedades antidemocráticas e anticristãs; b) se, a juízo do Conselho administrativo, seu comportamento na sociedade se tornar condenável; c) se deixar atrasar 24 mensalidades.

**DIREITOS SUSPENSOS:** Sempre que atrasar de qualquer maneira, no pagamento de suas mensalidades. **NOTA:** O funeral será dado sempre que estiver paga a mensalidade imediatamente anterior ao mês que se deu o óbito.

**REABILITAÇÃO:** O sócio, atrasado em mais de 24 mensalidades, pode reabilitar se, fazendo nova inscrição, e pagando a importância correspondente a 24 meses por quanto ficou debitado; o sócio atrasado em 6 mensalidades, pode reabilitar-se mediante apresentação de 2 fotografias (sócios inscritos antes e 1954), atestado de saúde, a requerimento do Diretor.

**CONTRIBUIÇÕES:** Atualmente, a Caixa do Pobre só aceita inscrições na letra C, com joia de Cr\$ 5,00 e mensalidade de Cr\$ 5,00. Os funerais são pagos desta maneira: decorridos 3 meses da inscrição, o sócio falecido tem direito a um funeral de Cr\$ 300,00; decorrido um ano Cr\$ 500,00; e, daí por diante, mais Cr\$ 50,00 por semestre vencido. (RESUMO DOS ESTATUTOS, 1956, p. 2).

Pelo estatuto, é possível ter uma ideia dos diversos serviços prestados à população timonense, além de proporcionar aos sócios auxílio médico, dentário, funeral, tinha como objetivos secundários prestar socorro farmacêutico, auxílio aos mendigos, alfabetização, esporte, cinema, imprensa, biblioteca, assistência jurídica<sup>26</sup>(MARANHÃO, 1951). Por conseguinte, trouxe opções de lazer, como o Cine Paroquial, além da realização e participação em campeonatos, com a presença do time Caixa do Pobre Esporte Clube.

---

<sup>26</sup> Tudo isso, segundo o Estatuto da Caixa do Pobre. Publicado no Diário Oficial do Estado em setembro de 1961. Fonte: Leis da Câmara Municipal de Timon de 1953.

Figura 21 – Participação do Caixa do Pobre Futebol Clube em torneio municipal

# TORNEIO INTERMUNICIPAL DE FUTEBOL

A «Caixa do Pobre» mandou, também, os seus atletas, a São Luiz do Maranhão, em disputa do título máximo de Campeão de 1956, pelo torneio Intermunicipal de Futebol, que se realizou na Capital do Estado.

Foram convocados pela Liga Esportiva Timonense, para integrarem o selecionado de nosso Município, os seguintes elementos: Marcos André Viana Ferrelra, José Raimundo Brasil, José Monteiro da Silva, José Tomaz de Oliveira, Joaquim Vasconcelos Gomes, José Maria de Moraes, Wilson Cunha, Daniel Santos, Ismael Ferreira Lima, José Ribamar Gomes, Francisco Antônio de Sousa, José Luiz de Moraes Filho, Aluzio Tavares, Antônio Nunes Ramalho do ESPORTE CLUBE BRASILEIRO; Walter Viana Ferreira e Antônio Holanda de Jesus, do CAIXA DO POBRE FUTEBOL CLUBE, ambos os clubes pertencentes ao quadro esportivo de que dispõe o Estatuto da «Caixa do Pobre», sociedade mutualista que tem como Diretor-Fundador o Revm. Sr. Padre Delfino da Silva Junior, incansável batalhador em prol das causas nobres.

## A DELEGAÇÃO

Pelo trem do dia 12 do corrente mês, a Delegação esportiva viajou com destino à Capital, sob a Presidência honrosa do Sr. Joaquim Martins Ferrelra, Prefeito Municipal de Timon, Presidente do Esporte Clube Brasileiro e da Liga Esportiva Timonense, a fim de realizar o seu primeiro jogo marcado pela F. M. D. para a tarde do dia 15, domingo, no Estádio Santa Isabel, da Capital Maranhense.

## O JOGO

O jogo foi muito ao contrário do que se esperava. A disputa foi de verdadeira expectativa. O selecionado timonense, apesar de contar com o seu quadro bem treinado apto a enfrentar qualquer adversário, encontrou, no selecionado de Vitória de Mearim, um adversário dos mais ferrenhos. A luta teve início, exatamente, às 15,50 horas, permanecendo o placard de 0 x 0 até aos vinte e dois minutos e meio de jogo, quando Wilson abriu o escore, modificando o placard para 1 x 0 para o selecionado timonense, assim continuando até o fim da primeira etapa.

Iniciada a etapa complementar o escore continuou de 2 x 0 até que Vitória do Mearim conseguiu empatar o jogo com um goal de penalti. Exatamente aos quarenta e dois minutos de jogo da última etapa, surgiu o goal da vitória, feito pelo crack Esmael, mudando o placard para 2 x 1. Com este escore terminou a partida, trazendo os nossos atletas a vitória almejada, sobre o selecionado de Vitória do Mearim.

Os nossos atletas representaram dignamente o esporte de nossa terra, merecendo os melhores aplausos de «Correio de Timon», que lhes manda através deste comentário.

A representação no torneio Intermunicipal de Futebol recebe, com carinho, o valeroso patrocínio da Prefeitura Municipal de Timon, graças ao espírito esportivo e alta compreensão do seu Prefeito Joaquim Martins Ferrelra.

Fonte: TORNEIO..., Jornal Correio de Timon (1956, p. 6).

Os sócios da Caixa dos Pobres não eram só pessoas de Timon, mas de outros municípios, como Matões, Caxias – tanto da zona urbana quanto da rural. Apesar de os benefícios oferecidos serem voltados para sócios, não sócios também podiam se valer dos serviços oferecidos. Chega-se a essa conclusão ao analisar os boletins da Caixa do Pobre, que eram divulgados no Jornal Correio de Timon. Ao divulgar, por exemplo, o número de beneficiados por atendimentos de saúde, era publicada a quantidade de sócios e não sócios separadamente.

Vislumbra-se como a igreja realiza um controle sobre o comportamento das pessoas, visto que dentre as condições para se inscrever na Caixa dos Pobres e garantir os direitos ativos, elencavam-se: ter bons costumes; não pertencer à sociedade que se contrapõe às leis, às instituições públicas e à segurança do País; não ser envolvido em sociedades antidemocráticas e anticristãs; bom comportamento na sociedade.

Figura 22 – Cinema promovido pela Caixa do Pobre



Fonte: CINE..., Jornal Correio de Timon (1956, p. 3).

Algumas sessões de cinema eram realizadas em dias de eventos especiais, mas também havia aquelas que ocorriam continuamente, em dias específicos da semana (Figura 22). Nelas, eram exibidos não só filmes de cunho religioso, mas contratadas películas da Ideal Filme, de Belo Horizonte, e exibidos filmes como O último dos moicanos; Os irmãos corsos; A cilada de Cassidy; O conde de Monte Cristo; Tarzan e a deusa verde; A história do Papa (CINE PAROQUIAL..., 1956, p. 5).

O cinema, a partir do fim do século XIX, passou a ser sinônimo de lazer, provocando mudanças na atividade comercial e industrial, e reações diferentes entre escritores que se posicionavam a favor ou contra as transformações implicadas por essa nova forma de diversão (QUEIROZ, 1998).

Joaquim Francisco Vasconcelos Gomes em entrevista concedida a José Élcio Coelho

Sousa afirma que no Cine Paroquial “o filme que passasse em Teresina no Theatro 4 de Setembro ou no Cine Rex, ele passava aqui, por um preço muito baratinho, ou seja, com este preço você deixava de assistir em Teresina para assistir em Timon (SOUSA, 2015, p. 169). Assim, pois, o Cine Paroquial era um espaço de lazer na cidade de Timon.

A maioria da população timonense era católica, apesar de haver adeptos de outras religiões, como apontam dados do IBGE.<sup>27</sup> A religião estava presente no ambiente familiar, no lazer e na escola, onde muitas crianças e adolescentes tinham catecismo e realizavam a primeira comunhão, por exemplo. As catequistas eram as próprias professoras ou senhoras da comunidade, que voluntariamente se dispunham a catequizar os alunos.

Em várias escolas do Município, alunos fazem a 1ª. Comunhão Com o auxílio valioso das respectivas professoras e catequistas, o vigário deu a 1ª Comunhão a 41 crianças, assim entendidas na localidade Cabeceira da Bacaba, 8 alunos da Escola Municipal, dirigida pela professora Enêdina Soares Ribeiro, na localidade São Gonçalo 18 meninos da Escola Municipal, dirigida pela professora Maria Inês de Sousa; na Matriz de São José, 15 alunos preparados pelas catequistas Ana Dionisio e Lavina Portela. (EM VÁRIAS ESCOLAS..., 1956, p.6)

O alto-falante voz de São José, que na época (1949), dispunha de 510 gravações dos mais variados gêneros musicais, também movimentava Timon: divulgava crônicas e conselhos do Departamento Nacional de Educação e Saúde; propagava notícias nacionais, datas de aniversário, nascimentos, permitindo o estreitamento de laços sociais; difundia ensinamentos bíblicos, trechos do evangelho; mas também desagradou o prefeito Jayme Rios, com as críticas políticas, tanto que ele vetou o projeto que considerava o alto-falante utilidade pública. Para Rios, o verdadeiro propósito não era levar entretenimento ao povo timonense, mas a exploração econômica e política, fato que causava repulsa ao espírito católico (TIMON, 1949).

No que diz respeito ao lazer, as opções mais acessíveis de diversão resumiam-se em passeios na praça São José, festejos, conversas na porta de casa.

Sobre isso, A3 conta que

Na época eu ainda era muito criança, meu [...] uns 9 anos, 10 anos, mas eu lembro muito bem que a minha irmã já era moça e ela frequentava lá as formas assim de brincadeira era os festejos de São José, que era na praça e nas casas. Nos finais de semana, nas casas de família, faziam rádio baile, um rádio baile, tá entendendo? Então aquelas pessoas assim só da família, família, os conhecidos eram convidados. E inclusive eu lembro uma das famílias que gostava muito de patrocinar isso aí era a

---

<sup>27</sup>De acordo com a Sinopse Estatística do IBGE de 1939-1940, estimava-se que um total de 43.498 pessoas participavam de cultos católicos no estado do Maranhão, e 6.669 de cultos protestantes. Em Timon, no ano de 1950, 27.815 eram católicos romanos, 698 protestantes e 1 espírita; em 1960, 20.499 eram católicos romanos, 583 protestantes e 34 espíritas.

casa do seu Gedeon, o pai do Jamil, que foi vereador de Timon, eles gostavam muito de patrocinar essas festas, eram os chamados rádio bailes e faziam também piqueniques aos domingos, onde aquele quintal tinha uma [...] era assim bem arborizado, então faziam os piqueniques. Pra quem gostava de futebol os garotos já se manifestavam para jogar bola, é isso [...] As festas mais importantes que eu te falo eram as da Igreja São José mesmo e os bailes, aqueles bailes de debutantes, tá entendendo? As famílias naquela época eram muito reservadas, as pessoas faziam suas festas muito restritas a família e à medida que os anos foram passando foram criando novas opções né? Aí criaram o clube Alvorada Clube, que era ali no centro de Timon mesmo, depois fizeram o baguaçu e aí a cidade já estava bem mais evoluída.

Para quem tinha maior poder aquisitivo, havia os clubes: Alvorada Clube Recreativo e Cultural e Baguaçu *Country Club*. No primeiro – criado em 1961 – “aconteceram grandes bailes, festas típicas e eventos culturais” (SOUSA, 2005, p. 59). O segundo foi idealizado por Antônio Wagner Setúbal (LULA, 1991, p. 18).

Para que fosse construída a sede do clube, a prefeitura doou um terreno que ficava localizado na Rua Coronel Falcão, s/n, entre o prédio da prefeitura e a residência do fundador do clube. Para o Alvorada, foi doada uma quantia de Cr\$ 30.000,00 cruzeiros para que suas instalações fossem ampliadas, em 1964, foi isento do tributo de luz (TIMON, 1962). Na zona rural, as festas religiosas também eram a principal forma de lazer. A entrevistada A2 testemunha que as missas eram celebradas na escola do povoado padre Delfino da Silva Júnior, que segundo ele: “dizia missa em Matões e em todas as regiões próximas”.

#### FESTA DE SANTO ANTONIO

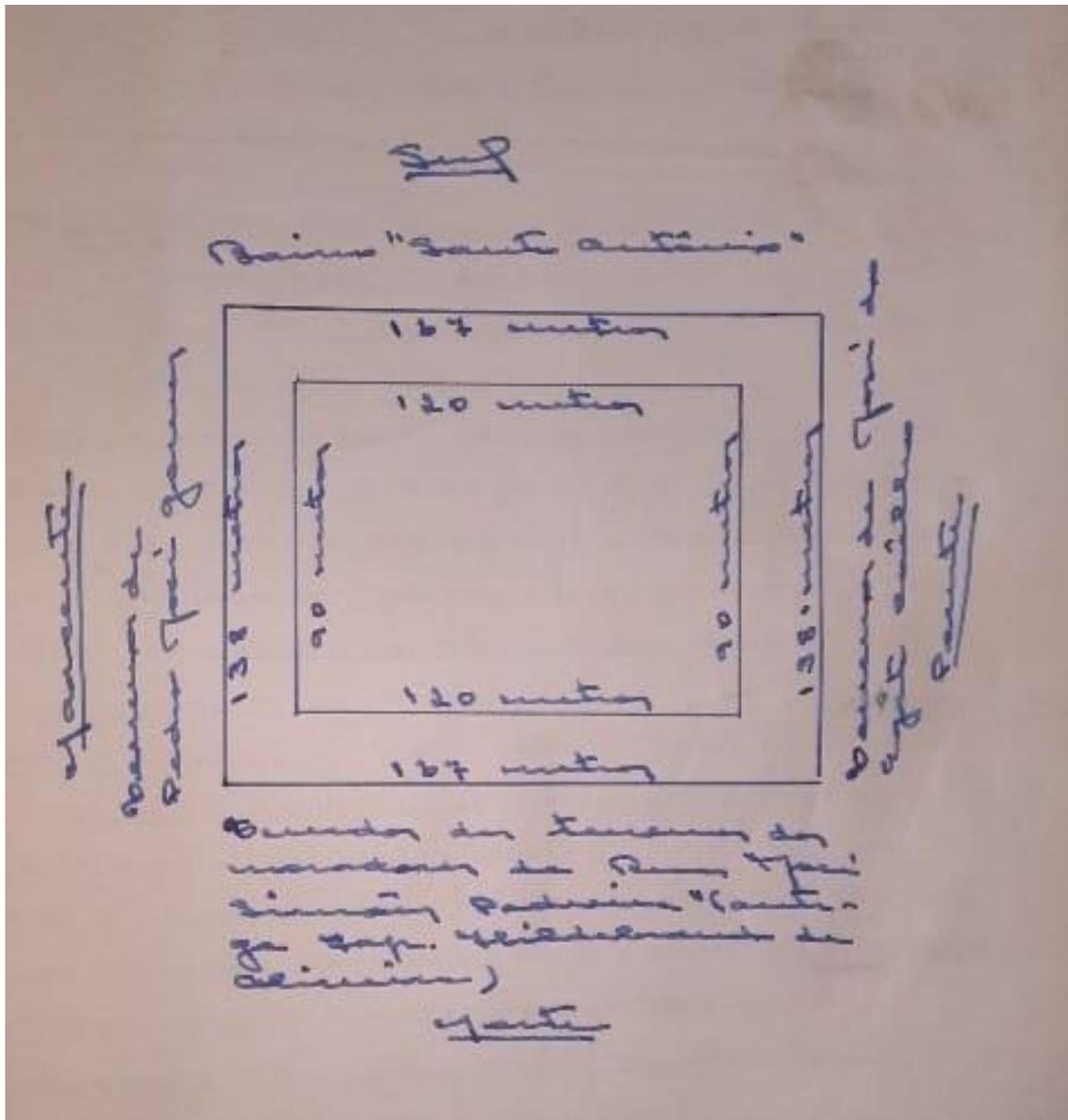
Após 2 ou 3 anos sem arraial, vai realizar-se, afinal, a trezena de Santo Antônio, com o regozijo e entusiasmo anteriores. Haverá barracas, leilões e todos os divertimentos lícitos consagrados pela tradição. Podemos afirmar com segurança que, entre os dirigentes das 13 noites de novena, reina a melhor disposição de expender a totalidade dos seus esforços no sentido de que a festividade tenha os frutos materiais desejados. A título de curiosidade, adiantamos que, pela primeira vez entre nós, se fará a Noite dos Vaqueiros com a participação de todos os vaqueiros e criadores do Município. É desejo do vigário iniciar com o produto desta trezena a construção de uma capela em honra do Taumaturgo de Fádua, no centro do futuro Bairro Santo Antônio, assim tenha o consentimento da autoridade Diocesana. Será, por certo, motivo mais que suficiente para que os devotos do grande servo de Deus redobrem sua decidida cooperação para que a trezena tenha o êxito almejado. (FESTA DE SANTO ANTONIO, 1956, p. 1)

Na zona rural, as festas religiosas também eram a principal forma de lazer. A entrevistada A2 testemunha que as missas eram celebradas na escola do povoado padre Delfino da Silva Júnior, que segundo ele: “dizia missa em Matões e em todas as regiões próximas”.

Em 1965, a vereadora Maria Luisa de Oliveira Moura propôs a criação do Estádio Miguel Lima. A ideia era desapropriar um dos terrenos do padre Delfino e dar início ao empreendimento, mas o prefeito José Nilton Nunes (1961-1966) vetou o projeto, que voltou

à discussão em 1967, quando a construção foi autorizada pela Lei nº 349, de 26 de outubro de 1967.

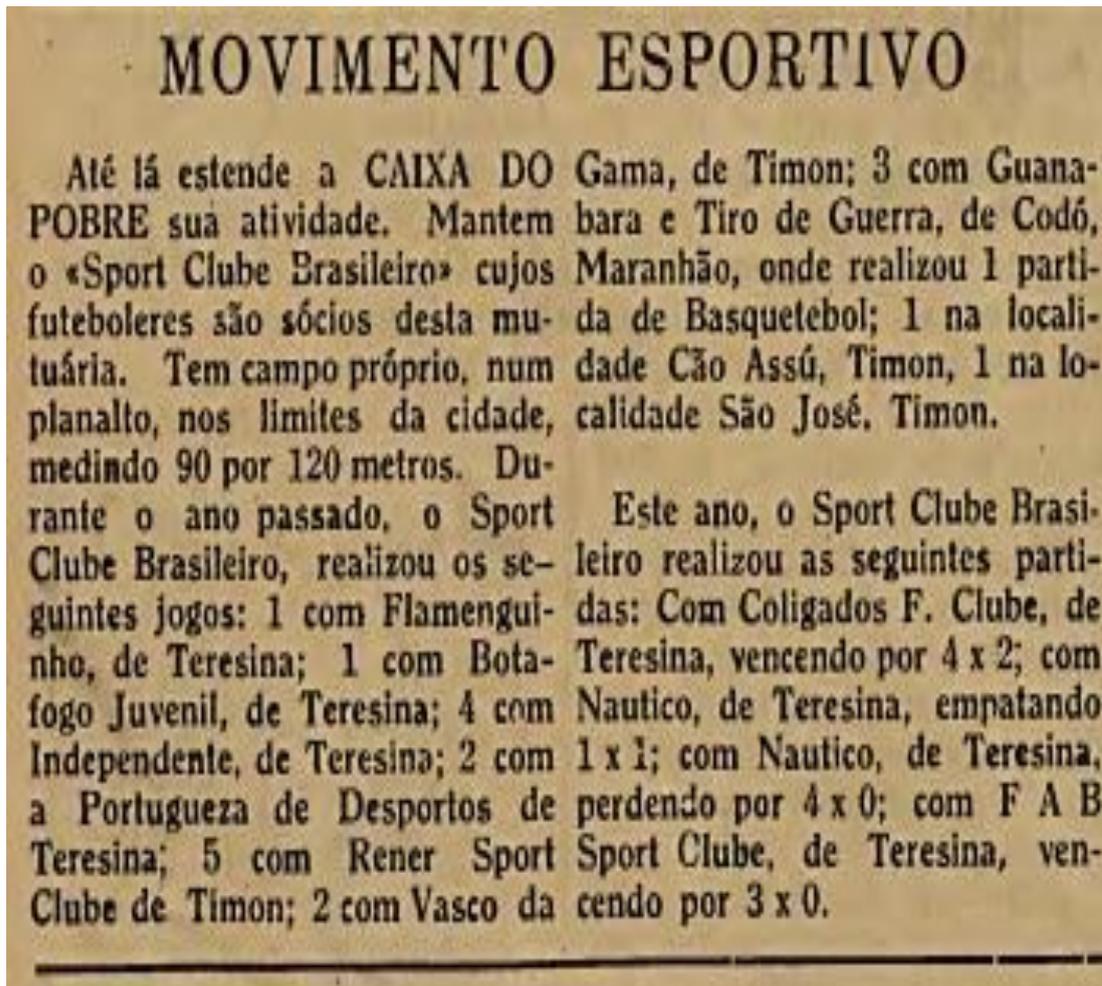
Figura 23 – Planta do Estádio Miguel Lima



Fonte: Timon (1965).

Timon contava com times, como o Flores Atlético Clube, Olímpico Esporte Clube. O time da Caixa do Pobre também participava de competições esportivas.

Figura 24 – Movimento esportivo do time da Caixa do Pobre



Fonte: MOVIMENTO..., Jornal Correio de Timon (1952, p. 2).

Além do futebol, praticava-se o basquetebol e o voleibol em quadras improvisadas. Em 1950, elas foram consertadas pela prefeitura até que a situação financeira do município estivesse “em condições de doar futuramente ao ‘Esporte Timonense’ um terreno apropriado para tal finalidade” (TIMON, 1950, n. p.).

Na justificativa do anteprojeto de lei, de autoria do vereador Antonio Setúbal, constava:

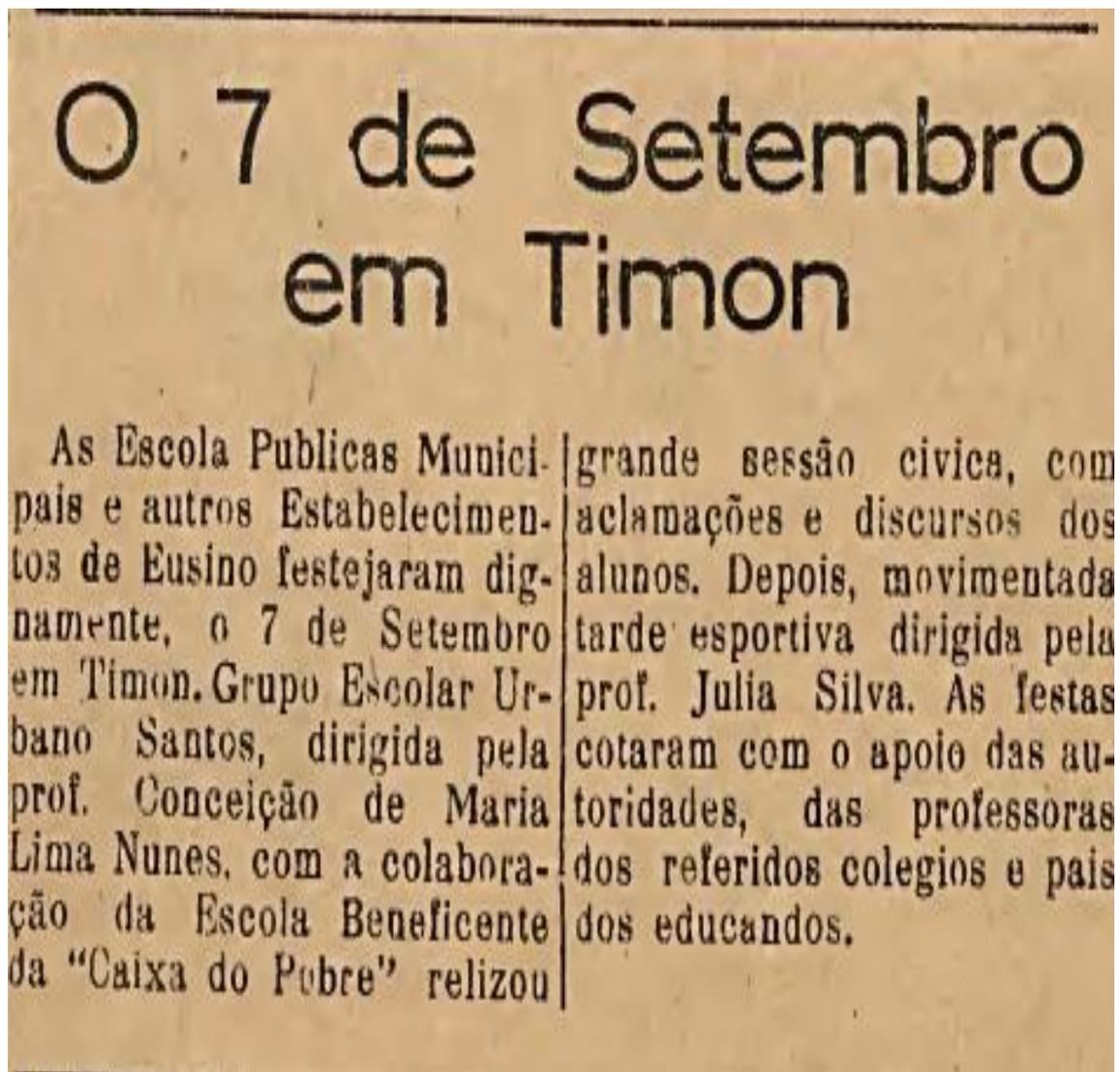
A mocidade Timonense, desde 1938, sempre procurou manter as melhores relações esportivas, interestaduais, fomentando assim, a amizade entre os dois povos. Como sabemos, o esporte já fez parte integrante na vida associativa, e também é um fator preponderante a Eugenia da Raça. Portanto, tanta força sem resistência empregam esses moços; e assim, pois parece de todo justo, que proponhamos ao Poder Executivo de Timon, o encaminhamento da lei supra, já que a situação financeira do Município, não comporta maiores despesas, em benefício de uma mocidade sadia e progressista. Contudo, tenhamos fé nos futuros empreendimentos e, por esta rápida justificação, como também por já se achar nesta casa, um memorial dos representantes do esporte local, julgamos a clara necessidade de aprovação deste projeto, que muito vira a melhorar singelamente o movimento esportivo nesta terra. (TIMON, 1950).

Assim como em todo o Brasil, o movimento eugenista encontrou adeptos em Timon,

como fica patente no argumento usado pelo vereador para tratar da importância do esporte para a juventude timonense. Por sinal, Stepan (2004) diz que a elite brasileira abraçou e incentivou os esportes, a higiene pessoal e o desenvolvimento individual.

Outro movimento responsável pelo desenvolvimento do clima patriótico eram as comemorações do sete de setembro, data importante para Timon, quando as pessoas se reuniam para prestigiar os desfiles cívicos, então, por todo o estado, era um dia bastante apreciado. “Dessa forma, as práticas de ‘natureza patriótica’ ou ‘cívico-militar’ revestiam os estudantes em ‘soldados da Pátria’, tanto pela disciplina imposta do enfileiramento ou pela continência às autoridades que ordenavam e moralizavam a educação (RIBEIRO, 2017, p. 103).

Figura 25 – O sete de setembro em Timon



Fonte: O 7 DE SETEMBRO..., Jornal Correio de Timon (1958, p. 6).

Escola e comunidade partilhavam desse momento, em que “os sujeitos envolvidos nesta prática educativa, vivenciavam aprendizagens de respeito e admiração aos vultos da política, local e nacional” (SILVA, 2014, p. 98).

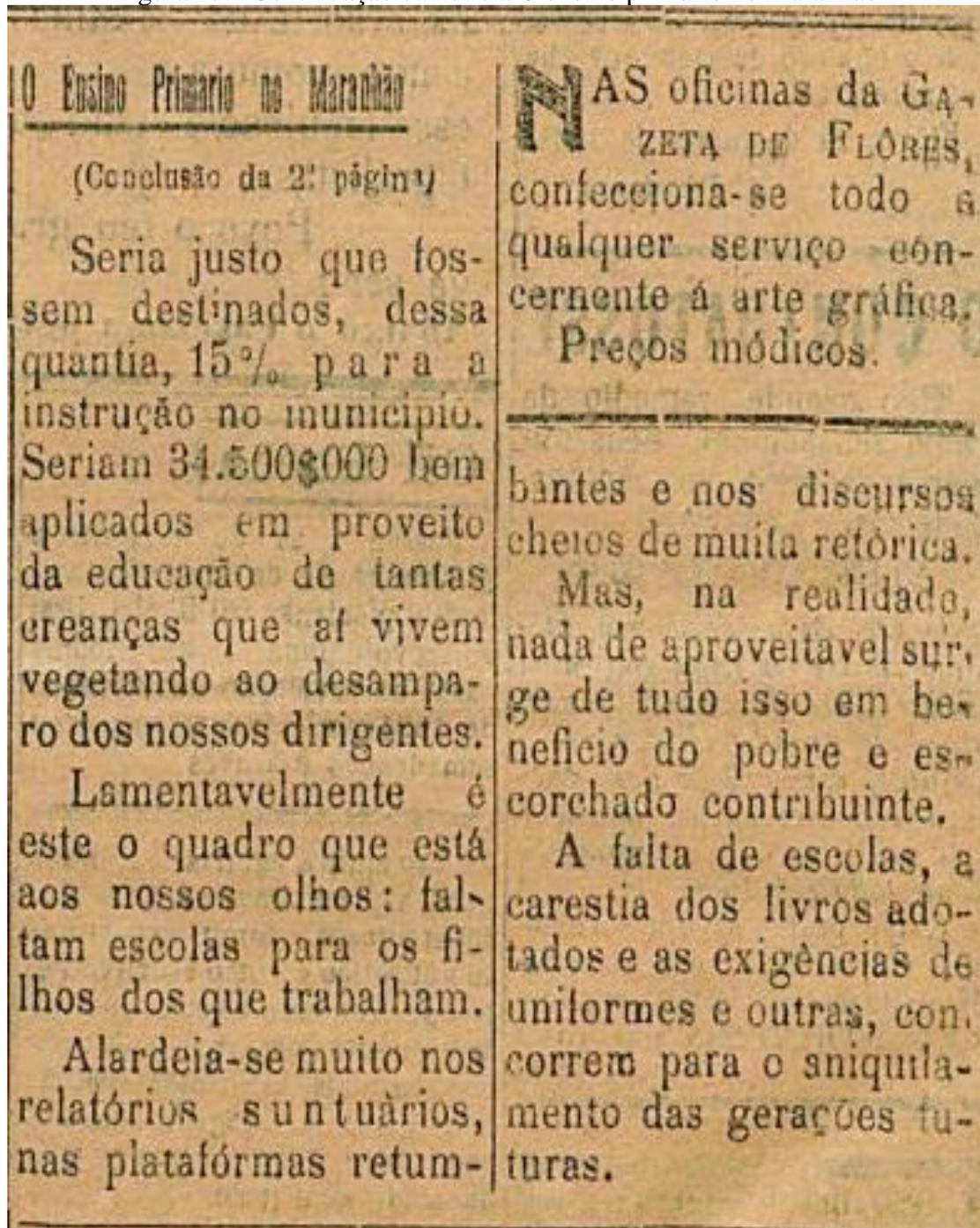
É relevante ressaltar a ênfase que dada às escolas municipais como relevado na Figura 29, pois a população cobrava dos poderes ações voltadas para o setor educacional. Em 1934, quando Timon ainda se chamava Flores, o jornal que circulava no município pedia que mais fosse feito em prol das crianças em idade escolar.

Figura 26 – O ensino primário no Maranhão



A notícia do Jornal Gazeta de Flores, intitulada *O ensino primário no Maranhão*, do ano de 1934, cobra escolas para a população florence, indicando o fato de os projetos governamentais serem burocráticos e dificultarem a difusão da instrução primária.

Figura 27 – Continuação da notícia O ensino primário no Maranhão



Fonte: O ENSINO PRIMÁRIO..., Jornal Gazeta de Flores (1934, p. 3).

Além disso, cobram que os impostos coletados pelo município, pelo estado e pela União sejam aplicados em escolas para as crianças, principalmente os filhos da classe trabalhadora, que sofriam com os altos preços dos livros, dos uniformes, entre outros itens escolares básicos. Conforme discutido neste capítulo, o município foi crescendo sem um planejamento adequado, embora esse crescimento tenha sido induzido pela criação de bairros, com incentivo do próprio poder municipal.

Não obstante, Timon tinha necessidades que precisavam ser supridas, como mais investimentos nas áreas da saúde, educação, lazer, e tantos outros aspectos importantes para o bom desenvolvimento de um município, pois continuava utilizando os serviços oferecidos pela capital do Piauí, Teresina.

### 3 “EDUCAR O POVO – EIS O DEVER DO ESTADO”

Neste capítulo, trataremos da educação em Timon. De forma contextualizada, abordaremos aspectos educacionais do Maranhão e do Brasil, no período estudado.

#### 3.1 O Ensino primário no Brasil, no Maranhão e em Timon

Para Souza (2019), na passagem do século XIX para o XX, buscou-se alavancar a educação.

No período de 30 a 60 do século XX, permanece a retórica valorativa da imprescindibilidade da educação para a construção da nacionalidade e para o progresso regional e nacional. No entanto os combates pela educação pública direcionaram-se para as urgências da obra de universalização do ensino elementar. (SOUZA, 2019, p. 32).

O jornal Gazeta de Flores, que circulou em Timon nos anos 1930, veiculava a ideia de que sem escolas não era possível existir um povo civilizado.

Sem escolas, sem um povo civilizado, não há forma de governo que preste. Os brasileiros são analfabetos! De todas as nações do mundo nenhuma há tido tanto descaso, tanto desleixo, como o Brasil pelo ensino, que foi decrescendo, foi se apagando até ficar extremamente extinta da alma de povo a idéia de aprender. As grandes verbas criadas pelos governos passados, eram logo consumidas por um qualquer sevandija que se gosava a se banquetear, e a idéia de Pátria desaparecia no calor da <champagne> e no crepitar dos licôres e dos vinhos saborosos e enquanto isso acontecia, as cadeias se enchiam de criminosos que trocavam o livro pelo punhal que nas horas caladas da noite era, às vezes, atirado ao peito de um cidadão útil à Pátria e à Família. E o Maranhão, especialissimamente, vai, sem sentirem os seus grandes filhos, ficando na retaguarda de outros estados, porque, em eras que se perdem na poeira do tempo, conquistou o título de Atenas brasileira. Hoje, os seus filhos, envaidecidos com isso, se esquecem do ensino, e vão vivendo somente das glórias do passado!.. O sertão, esta vasta região, cheia de homens, mulheres e crianças, grita para os homens da Nov República: Escola! para os nossos filhos !!! Monte o governo estabelecimentos de agricultura, que desafiamos o trabalho. Somos brasileiros e queremos experimentar a força do nosso braço no cabo de um arado. É vergonhoso dizer-se que a Ilha de Balsas, pedaços de terra maranhense, onde a criação de gado se eleva a mais de oito mil bezerros e a população mais de dez mil pessoas, nunca possuiu uma escola, a não ser a que é mantida, com grau de constrangimento, pela municipalidade de Loreto, nopovoado S. Felix de Balsas, que vai desaparecendo por falta de amor às letras e mesmo de veronha de alguns pais e famílias que querem fazer de um educador um juguete de paixões partidárias. A Ilha de Balsas, lugar saudavel pela natureza de seu ótimo clima formada pelos randes rios Parnaíba e Balsas, se distancia muito do comércio e ha lugaresde vinte léguas em que o ensino só pode ser ministrado se o indivíduo possui recursos. E os filhos dos vaqueiros? E do pobre e miserável agricultor? (AOS NOVOS..., 1932,p.2)

A notícia cita o caso de Balsas, que mesmo com um grande índice populacional, não dispunha de escolas suficientes para atender à população. Aqueles que queriam estudar deveriam procurar locais distantes, e isso não seria possível sem recursos financeiros, deixando os filhos das classes menos favorecidas desamparados no processo de

escolarização.

Em 14 de novembro de 1942, o Decreto-Lei nº 4.958 tratava do Convênio Nacional de Ensino Primário e instituía o Fundo Nacional do Ensino Primário, que seria oriundo dos tributos federais e se destinaria à ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o País, aplicados como auxílios aos estados, territórios e ao Distrito Federal, de acordo com as necessidades de cada um. O próprio decreto autorizava que o ministro da educação assinasse o convênio com os governadores dos estados (BRASIL, 1942).

Quadro 6 – Porcentagens determinadas pelo Convênio Nacional do Ensino Primário, a serem aplicadas no ensino primário por cada ente federativo

Estados	Municípios
Aplicar, no ano de 1944, pelo menos quinze por cento da renda proveniente de seus impostos, na manutenção, ampliação e aperfeiçoamento do seu sistema escolar primário. Esta percentagem mínima seria elevada a dezesseis, a dezessete, a dezoito, a dezenove a vinte por cento, respectivamente, nos anos de 1945, de 1946, de 1947, de 1948, a de 1949. Nos anos seguintes, seria mantida a percentagem mínima relativa ao ano de 1949.	No ano de 1944, pelo menos dez por cento da renda proveniente de seus impostos, no desenvolvimento do ensino primário, elevando-se esta percentagem mínima a onze, a doze, a treze, a quatorze e a quinze por cento, respectivamente, nos anos de 1945, de 1946 de 1947, de 1948 e de 1949. A percentagem mínima relativa ao ano de 1949 manter-se-á nos anos posteriores.

Fonte: Cury (2018).

Em 27 de agosto de 1943, o secretário geral do estado e os prefeitos dos municípios do interior maranhense, representados pelo diretor do Departamento das Municipalidades, celebraram o Convênio Estadual do Ensino Primário, fruto do Fundo Nacional do Ensino Primário e do Convênio Nacional de Ensino Primário (BRASIL, 1943), estabelecendo que:

**Cláusula primeira**

Os serviços do ensino primário dos municípios signatários do presente convênio, ficam integrados no sistema estadual de educação, cabendo ao Estado, por seu órgão próprio – a Diretoria Geral da Instrução Pública – dar-lhe orientação e fiscalização, a partir de janeiro de 1944

**Cláusula segunda**

Para que os municípios satisfaçam o compromisso de aplicar no desenvolvimento do ensino primário a percentagem determinada na cláusula do Convênio Nacional de Ensino Primário, o Estado lhes oferecerá cooperação financeira, mediante a concessão de auxílios.

**Cláusula terceira**

Aos municípios que não puderem dar cumprimento às taxas mínimas reservadas ao ensino primário e à que se refere a cláusula quinta do Convênio Nacional, a cooperação do Estado será sempre representada, no mínimo, por quantia que, juntada à dotação reservada pelo município à educação popular, possa completar aquelas taxas até atingir a de 15%, em 1949.

**Cláusula quarta**

Cada município, no seu orçamento, fará constar a verba destinada ao ensino primário, dotação que será anualmente recolhida aos cofres do Estado, sob forma a ser estabelecida.

## Cláusula quinta

O pessoal do serviço de ensino municipal fica sujeito a todas as obrigações de leis e regulamentos pertinentes ao ensino primário estadual.

## Cláusula sexta

O material escolar e os livros de escrituração existentes nas escolas municipais serão arrolados e entregues à Diretoria Geral da Instrução Pública

## Cláusula sétima

Os municípios continuarão com a incumbência de pôr à disposição das escolas estaduais, bem como das municipais incluídas no sistema educativo do Estado, prédios em condições para o funcionamento das mesmas, competindo ao órgão de educação do Estado opinar quanto a aceitação das casas cedidas ou alugadas pelos municípios, para instalação das unidades escolares.

## Cláusula oitava

Este convênio será ratificado, de uma parte, por decreto da Interventoria Federal, e, de outra- parte, por decretos das Prefeituras municipais. A ratificação prevista nesta última clausula consta do decreto n° 179, de 28 de agosto de 1943, expedido pelo chefe do poder Executivo Estadual. (MARANHÃO, 1944, p. 115).

O ensino primário dos municípios seria integrado ao sistema estadual, cabendo à Diretoria Geral de Instrução Pública a fiscalização e o direcionamento quanto ao cumprimento do acordo. Era dever do estado cooperar financeiramente com os municípios, ajudando-os a cumprir a porcentagem determinada pelo convênio nacional. Por sua vez, cabia aos municípios colocarem à disposição do estado seus prédios – sejam cedidos ou alugados – para que este pudesse instalar suas escolas. Ao estado competia a palavra final sobre aceitar ou não o local de funcionamento. Outrossim, ficava acertado que dos municípios, seria recolhida anualmente uma verba que iria para os cofres do estado e teria como destino o ensino primário.

O Decreto n° 179, de 28 de agosto de 1943, que consta na cláusula oitava e ratificou o Convênio Estadual do Ensino Primário, enumerava as cidades que firmaram tal acordo (MARANHÃO, 1943).

De acordo com Araújo (2005), de maneira geral, entre os anos de 1932 e 1940, já se notava significativa atuação dos estados na oferta do ensino primário. Quanto aos municípios, isso ocorreu principalmente nos anos de 1948 e 1949. Contudo, pela Tabela 11, é possível apreender que no estado do Maranhão, em 1943, as escolas municipais que ofereciam ensino primário superavam as estaduais.

Isso reforça o que revela Magalhães (2019, p. 12), ao ratificar que “a ação pedagógica dos municípios tendeu a ir além de preencher lacunas e debilidades da oferta escolar estatal ou de ser alternativa ao plano estatal”.

Tabela 10 – Ensino primário no Maranhão (1943)

	<b>Matrícula geral</b>	<b>Matrícula efetiva</b>	<b>Frequência relativa</b>
Estadual	15.515	13.347	10.220
Municipal	24.033	21.629	14.863

Fonte: Maranhão (1944).

O Decreto Federal nº 19.513, de 25 de agosto de 1945, regulamentava a concessão do auxílio federal para o ensino primário e dizia que ele seria concedido em conformidade com as maiores necessidades dos estados, dos territórios e do Distrito Federal. O cálculo seria feito levando em conta os números de crianças em idade escolar, não matriculadas, em nível nacional, e de cada unidade federativa.

Os artigos 3º e 4º pormenorizaram essa divisão:

- Art. 3º O cálculo de que trata o artigo anterior, será baseado nos seguintes critérios:
- 4- A população escolar primária corresponderá a 12,5% da população geral, tomando-se, para a apreciação em cada ano, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
  - 5- A matrícula do ensino primário será estimada segundo aos dados do último levantamento apurado pelo Serviço de Estatística da Educação e Saúde, do Ministério da Educação e Saúde.
- Art. 4º Os auxílios federais, provenientes do Fundo Nacional de Ensino Primário, serão aplicados nos termos seguintes:
1. A importância correspondente a 70% de cada auxílio federal destinar-se-á a construções escolares. Os projetos deverão ter aprovação prévia do Ministério da Educação e Saúde. As obras serão executadas pela autoridade administrativa de cada unidade federativa interessada, correndo as despesas, no todo ou em parte, por conta do auxílio federal concedido.
  2. A importância correspondente a 25% de cada auxílio federal será aplicada na educação primária de adolescentes e adultos analfabetos, observados os termos de um plano geral de ensino supletivo, aprovado pelo Ministério da Educação e Saúde.
  3. A importância correspondente a 5% de cada auxílio federal, converter-se-á em bolsas de estudo destinadas ao aperfeiçoamento técnico do pessoal dos serviços de inspeção e orientação do ensino primário a critério do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. (BRASIL, 1945, n. p.).

Adicionalmente, cada unidade federativa deveria comprovar que satisfizesse, no ano anterior, os compromissos assumidos com a União, devido ao Convênio Nacional do Ensino Primário (BRASIL, 1945).

Movido pela necessidade de melhoria educacional, entre os anos de 1942 e 1946, o ministro Gustavo Capanema realizou a reforma do ensino, expedindo Decretos-Leis (ao todo foram oito), conhecidos como Leis Orgânicas do Ensino, que entre outras providências, organizaram o ensino primário, secundário e ginasial, como se constata no Quadro 6.

Quadro 7 – Leis Orgânicas/ Reforma Gustavo Capanema

1942	Decreto-Lei n° 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que cria o serviço de Aprendizagem dos Industriários (SENAI).	Decreto-Lei n° 4.073, de 30 de janeiro de 1942, Lei Orgânica do Ensino Industrial;	Decreto-Lei n° 4.244, de 9 de abril de 1942, Lei Orgânica do Ensino Secundário, responsável por organizar o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos; e o colegial, com três anos.	
1943	Decreto-Lei n° 6.141, de 28 de dezembro de 1943, Lei Orgânica do Ensino Comercial.			
1946	Decreto-Lei n° 8.529, de 02 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Primário.	Decreto-Lei n° 8.530, de 02 de janeiro de 1946, Lei Orgânica do Ensino Normal;	Decretos-Lei n° 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece e deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores e sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, respectivamente.	Decreto-Lei n° 9.613 de 20 de agosto de 1946, Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Fonte: Dados da Pesquisa, com base no Portal da Câmara dos Deputados (2021).

No Art. 25 da Lei Orgânica do Ensino Primário – Decreto-Lei n° 8.529, de 2 de janeiro de 1946 – estabeleceu-se que os estados, os territórios e o Distrito Federal seriam os responsáveis pela organização de seus respectivos sistemas de ensino primário, os quais trabalhariam sob a orientação do governo federal.

Os Arts. 45 e 46 determinavam que os estados e o Distrito Federal reservariam para a manutenção e o desenvolvimento de seus serviços de ensino primário, a cada ano, a cota parte das rendas tributárias de impostos fixadas no convênio de que tratava o Decreto-Lei n° 4.958, de 14 de novembro de 1942, e que os recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário, estabelecidos pelo Decreto-Lei n° 4.958,<sup>28</sup> de 14 de novembro de 1942, seriam

<sup>28</sup> Este decreto instituiu o Fundo Nacional do Ensino Primário e dispunha sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário. Este seria formado pela renda proveniente dos tributos federais que para este fim viessem a ser

distribuídos pela União, atendidas as mais urgentes necessidades de cada região, verificadas de modo objetivo (BRASIL, 1946).

Caberia, a partir daquele momento, o trabalho em conjunto dos entes federativos, a fim de diminuir a quantidade de brasileiros analfabetos, pois

a responsabilidade sobre o ensino primário no Brasil, por um longo tempo, foi deixada a cargo de iniciativas locais, ou seja, o poder central não intervinha nem para estimular, nem para cooperar. Para Capanema, a ausência de uma organização advinda do governo central tornou a situação de analfabetos no Brasil crônica. (QUADROS, 2014, p. 2-3).

O ensino primário fundamental seria ministrado em dois cursos sucessivos, quais sejam o elementar e o complementar, articulados com outras modalidades de ensino. Aquele, com os cursos de artesanato, aprendizagem industrial e agrícola; este, com os cursos ginásial, industrial, agrícola e de formação de regentes. O primário supletivo teria um só curso, o supletivo, que se articularia com os de aprendizagem agrícola e industrial, e com os de artesanato, em geral (BRASIL, 1946).

Do ponto de vista da educação, o conjunto das reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vinculada estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e aos ofícios requeridos pela organização social. (SAVIANI, 2013, p. 270).

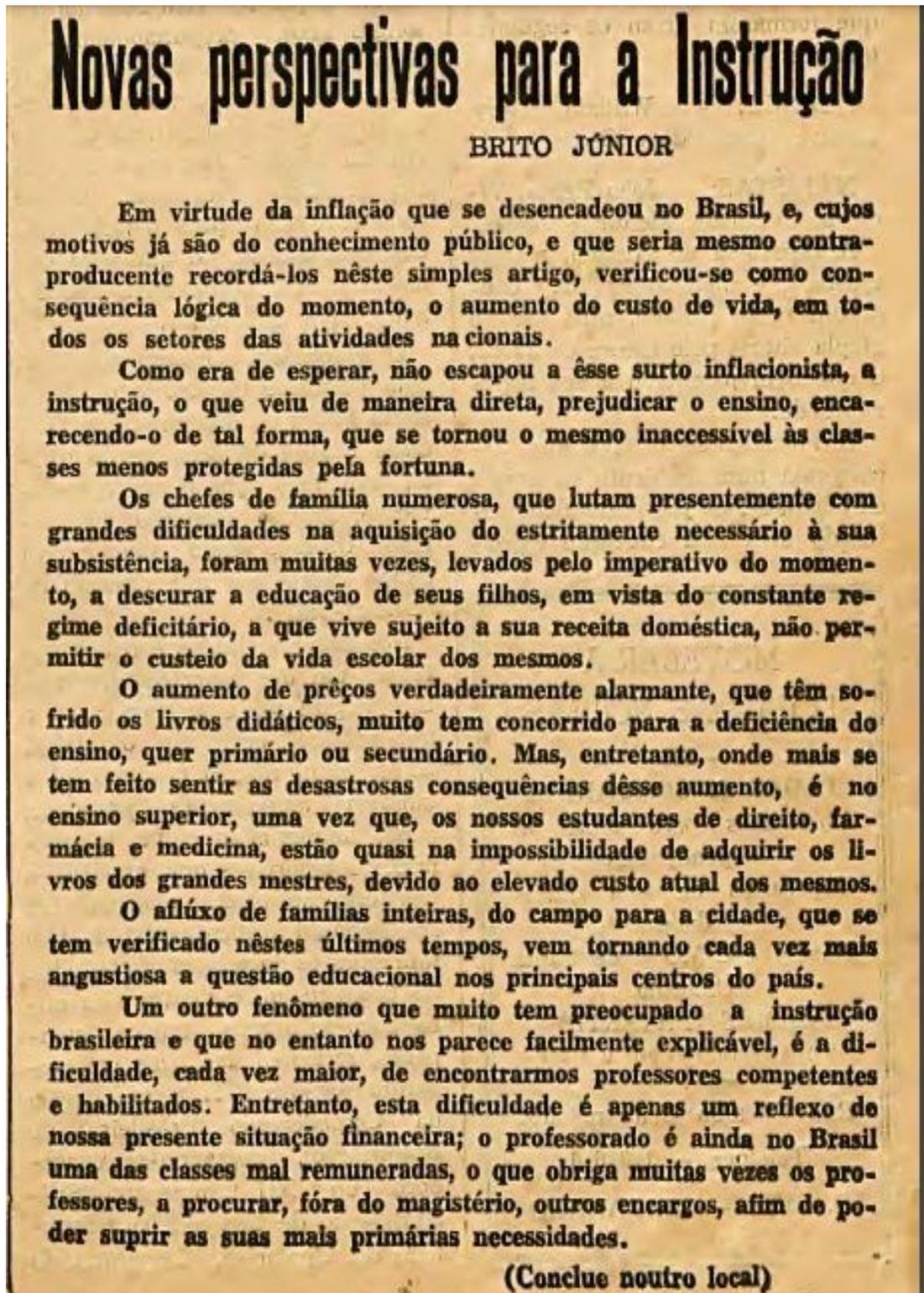
Em 1946,<sup>29</sup> no que diz respeito ao ensino primário fundamental comum, o Maranhão contava com 764 unidades escolares, das quais 185 eram estaduais, 492 municipais e 87 particulares. Quanto à matrícula efetiva, totalizavam 41.485, assim distribuídas: 13.667 matriculados na rede de ensino estadual; 21.764, na municipal; 6.054, na particular – o que denota a grande atuação dos municípios na oferta de escolas e, conseqüentemente, no número de matriculados. Mas ainda assim, a educação e os seus custos eram motivo de constante preocupação por parte dos maranhenses, como se identifica nas notícias de jornais maranhenses da época (BRASIL, 1950).

---

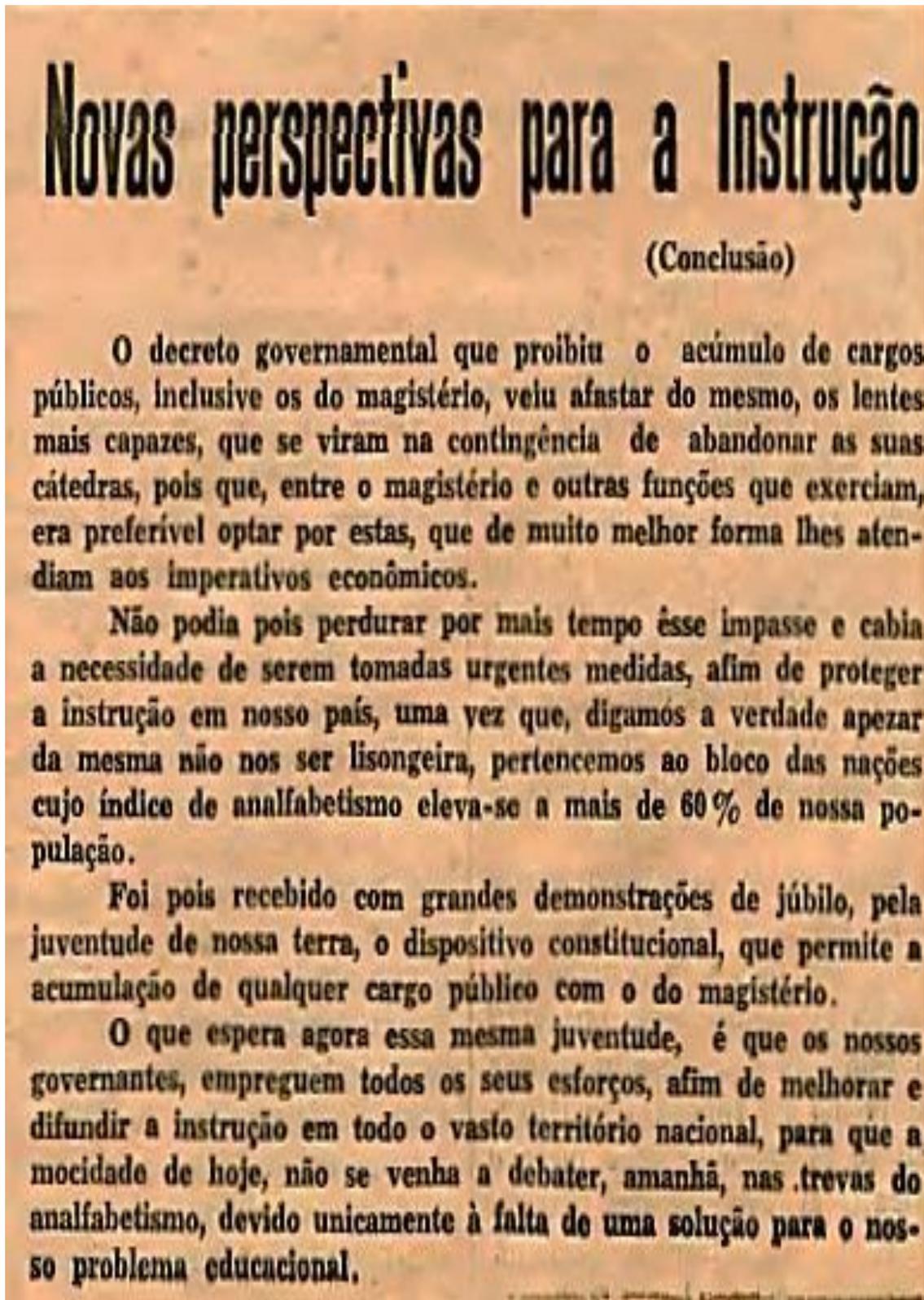
criados e se destinariam à ampliação e melhoria do sistema escolar primário em todo o País (BRASIL. Decreto-Lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942. Instituiu o Fundo Nacional do Ensino primário e seria usado para ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o país).

<sup>29</sup> De acordo com o Anuário Estatístico de 1950.

Figura 28 – Notícia sobre as dificuldades enfrentadas pelos pais para educarem os filhos



Fonte: NOVAS..., Jornal O Irapuru (1946, p. 1)

Figura 29 – Continuação da notícia *Novas perspectivas para a instrução*

Fonte: NOVAS..., Jornal O Irapuru (1946, p. 11).

Como é possível observar nas Figuras 27 e 28, todos os níveis de ensino inspiravam preocupação, em face da falta de material didático adequado e de professores com formação

apropriada para ministrar aulas.

Em 1946, o Maranhão contava com um Conselho Estadual de Educação Primária, que almejava uma divisão mais acurada das atribuições educacionais de cada ente, e definiu que caberia aos municípios a administração do ensino municipal primário e o custeio dele, dentro de suas respectivas dotações orçamentárias, respeitando a percentagem que havia sido fixada pelo Convênio Estadual do Ensino Primário. Designava, ainda, que não seriam mais recolhidas aos cofres do estado as verbas municipais de ensino primário. A partir de então, caberia ao município a organização e aplicação dos recursos, e ao estado, o auxílio econômico necessário.

Dessa forma, o pessoal do magistério integraria o quadro de servidores do município, o qual regulamentaria os direitos e deveres deles, por quem seriam admitidos, dispensados, movimentados ou promovidos, cessando a interferência estadual em tal matéria. O material escolar, os livros de escrituração das escolas municipais que ficavam a cargo da Diretoria Geral de Instrução Pública, daí em diante, passaria à responsabilidade de seus respectivos municípios (MARANHÃO, 1946).

O município de Timon, em 1948, estabeleceu um novo padrão de vencimentos para os professores, de acordo com o Projeto de Lei nº 12, de autoria do prefeito municipal Jaime Rios. À vista disso, o padrão em que se encaixava cada professor dependeria de seu tempo de serviço. Sem embargo, a lei não traz maiores informações sobre esse assunto, daí porque se subentende que professores mais antigos seriam inseridos no padrão A ou B, e os nomeados a partir da lei, no padrão C.

Tabela 11 – Padrão e vencimento dos professores

<b>Padrão</b>	<b>Vencimento Mensal (Cr\$)</b>
A	350,00
B	300,00
C	250,00

Fonte: Timon( município). Projeto de Lei nº12, de 6 de agosto de 1948. (2022)

O Projeto de Lei destacava, ainda, que tal vencimento seria o justo para professores novatos, que estavam no início da carreira. Ademais, levava em conta que era uma forma de o município contribuir com a expansão da educação por todo o território, e que levava em consideração os critérios de promoção do município (TIMON, 1949).

Em 1959, esse padrão foi substituído por classes. Assim, as professoras passaram a

ser promovidas por antiguidade, em 1ª, 2ª e 3ª classe (Tabela 12). Estipulou-se, então, que dez professoras ficaram na 1ª classe e quinze na 2ª; as novas nomeações seriam inseridas na 3ª classe; finalmente, à medida que as vagas fossem desocupadas nas duas primeiras classes, seriam preenchidas por antiguidade.

Tabela 12 – Classificação de professoras por classe (1959)

Classe	Vencimento (Cr\$)
1ª	1.000,00
2ª	800,00
3ª	650,00

Fonte: TIMON (município). Projeto de Lei nº 7/59. Classifica cargos. Câmara Municipal de Timon. (2022)

Segundo o presidente Eurico Gaspar Dutra, “os cinquenta e cinco por cento da população de maiores de 18 anos precisavam ser alfabetizados” (BRASIL, 1947, p. 67). Nessa direção, instituiu-se o Núcleo de Alfabetização do Povo, noticiada pelo Jornal A tarde:

Foi instalado, ontem, no Palácio da Educação, com início das primeiras aulas, o Núcleo de Alfabetização do Povo. Apoiando o Programa traçado pelo sr. Presidente Dutra, no que diz respeito à alfabetização dos adultos, várias senhoritas da nossa sociedade, destacando-se entre as mesmas as senhorinhas Maria de Lourdes Aroso Mendes, Carmem Pereira e Aricéia Moreira Lima, vêm trabalhando arduamente no sentido de que as urzes do analfabetismo sejam expurgadas da gleba ateniense. A nossa reportagem, que esteve palestrando, ontem, à noite, no Palácio da Educação com as principais voluntárias da Campanha de Alfabetização deste Estado, verificou que já se acham matriculados no referido núcleo de alfabetização 100 alunos. As senhorinhas Maria de Lurdes Aroso Mendes e Aricéia Moreira Lima nos declararam ainda que estão confiantes na boa vontade dos habitantes de S. Luiz, acrescentando que aceitam voluntários para os corpos discente e docente. Está de parabéns portanto o Maranhão, que encontrou, nessa plêiade de jovens, incansáveis batalhadoras por uma grande caus, as quais merecem todo o apoio do povo e das autoridades maranhenses. (NÚCLEO..., 1947, p. 1).

Ressaltamos que o ano de 1947 é considerado aquele em que se inicia a “fase mais significativa de expansão da escola primária maranhense, em consequência da política nacional de expansão do ensino primário” (CRUZ, 2015, p. 196). Nesse ano, foi servida a primeira merenda escolar.<sup>30</sup> O local escolhido para esse momento foi o Grupo Escolar “Alberto Pinheiro”.

<sup>30</sup> A categoria *merenda escolar* passou a aparecer efetivamente a partir da mensagem legislativa governamental de 1957, quando ganhou uma seção especial.

Figura 30 – Servida a primeira merenda

**Foi servida hoje a 1<sup>a</sup>.  
merenda escolar**

**A solenidade teve lugar no Grupo Escolar "Alberto Pinheiro"**

Realizou-se, hoje, às 10 horas, a solenidade da inauguração da "Merenda Escolar", instituída pela Prefeitura Municipal de São Luiz em colaboração com a L. B. A.

Trata-se, realmente, de uma iniciativa meritoria visando o desenvolvimento organico da Juventude escolar que tem, assim, o estímulo do poder publico no sentido do melhor aproveitamento intelectual.

O ato contou com a presença do exmo. sr. governador Archer da Silva, Prefeito A. Pires Ferreira, dr. Alfredo Dualibe, Secretário do Interior, Justiça e Segurança Publica, dr. Tacito Caldas, Procurador Fiscal do Municipio dr. Amaral de Matos, diretor do Departamento Estadual da Criança, dr. Costa Rodrigues, Secretario de Educação e Saude, dr. Pedro Braga Filho, médico da L. B. A., dr. Emiliano Macieira, diretor do D. E. R., Arnaldo Ferreira, presidente da L. B. A., dr. Almir Marques, diretor de Obras da Prefeitura, além de outras autoridades estaduais e municipais, representantes da imprensa e distintos elementos do magisterio publico e particular.

Inicialmente, usou da palavra a professora Mary Ewerton, competente e esforçada diretora do Departamento Municipal de Educação, que disse das elevadas finalidades da "merenda escolar".

Após, a ilustre diretora do Departamento de Educação do Estado, professora Almerinda Bayma, pronunciou brilhante discurso elogiando a iniciativa da Prefeitura que chamou de estímulo e incentivos a novos empreendimentos em benefício da Juventude escolar.

Ainda se dirigiu aos presentes o dr. Pedro Braga Filho, medico da L. B. A., que reiterou os propósitos daquela benemerita instituição.

O dr. Pires Ferreira pronunciou ligeiro improviso agradecendo as referencias elogiosas feitas naquele momento à sua administração, acrescentando que se sentia satisfeito em presenciar aquele ambiente de confraternização do professorado do Municipio e do Estado, todos colaborando na obra comum de engrandecimento da terra maranhense.

Encerrando a solenidade o governador Archer da Silva congratulou-se com o Prefeito de São Luis e com a L. B. A. pelo exito daquela iniciativa, dizendo dos propositos do seu governo em applicá-la tambem nas escolas primarias do Estado.

As palavras do Chefe do Executivo estadual foram bastante aplaudidas.

Aos presentes foi servida lantau mesa de doces e refrescos, tendo, sido antes, as autoridades obsequiadas com uma etapa da "merenda escolar".

Fonte: FOI SERVIDA..., Jornal A Tarde (1947, p. 1).

Em 1947, o discurso do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), durante a abertura da sessão legislativa, discutia um ensino mais democrático, com a promessa de tornar o ensino primário cada vez mais popular, por meio do Fundo Nacional de Educação, combatendo o analfabetismo e transformando "o sistema educativo num instrumento de esclarecimento do povo e de preparação para a prática da verdadeira democracia" (BRASIL, 1947, p. 67-68).

O governador Sebastião Archer da Silva (1947-1951), em mensagem governamental

de 1948, designava a falta de transportes, os escassos recursos financeiros, a falta de profissionais dispostos a atuar nas escolas de ensino primário como as principais dificuldades no combate ao analfabetismo. Para culminar, os alunos pobres não dispunham de meios para adquirir o material didático de que necessitavam (MARANHÃO, 1948, p. 84).

Figura 31 – Número de unidades escolares e matrícula geral nos estabelecimentos primários, estaduais, municipais e particulares (1947)

UNIDADES ESCOLARES									
	ESTADUAIS			MUNICIPAIS			PARTICULARES		
	Grupos Escolares	Escolas Reunidas	Escolas Isoladas	Grupos Escolares	Escolas Reunidas	Escolas Isoladas	Grupos Escolares	Escolas Reunidas	Escolas Isoladas
Capital	19	8	28	8	4	17	12	—	16
Interior	28	58	109	5	21	425	11	3	68
Maranhão	47	66	137	13	25	442	23	3	84

MATRICULA GERAL									
	ESTADUAIS			MUNICIPAIS			PARTICULARES		
	Grupos Escolares	Escolas Reunidas	Escolas Isoladas	Grupos Escolares	Escolas Reunidas	Escolas Isoladas	Grupos Escolares	Escolas Reunidas	Escolas Isoladas
Capital	4 457	650	1 639	1 778	455	573	1 328	—	575
Interior	4 781	6 476	4 551	711	1 901	19 660	1 449	149	2 703
Maranhão	9 238	7 126	6 190	2 489	2 356	20 233	3 277	149	3 281

Fonte: Maranhão (1948, p. 67).



em maior número no interior. Sobre o modelo de escola isolada,

enquanto herdeira das práticas de ensino vigentes no período colonial e imperial permaneceu, por todo o período de 1930 a 1960, como a parte mais atuante do sistema de ensino brasileiro, não apenas como um caso particular em um ou outro estado, funcionando como exceção em uma área mais carente do território. Era a escola que se ampliava em maior número no território das unidades enfocadas nesse estudo. Foi a escola mais barata, de menor tempo de estudo, de professores menos qualificados; a primeira a funcionar em áreas mais distantes da capital, e para a realidade dos povoados, quase sempre, o único modelo de escola conhecido nessa fase. Essa escola, que recebeu o acréscimo de muitos qualitativos, como Escola Mínima, Rudimentar, Rural, Urbana, Móvel ou ambulantes, Fixa e que também foi chamada de escola singular, era a escola de um só docente em todos os lugares, geralmente funcionando em um precário prédio e quase sempre contando com os esforços de um professor leigo, com alunos de diversas idades. No período de 1930 a 1960, a escola primária havia sido pensada como o mais importante meio para sanear a sociedade brasileira, que deveria funcionar como instrumento de combate ao analfabetismo, formadora de cidadãos ativos, trabalhadores tecnicamente preparados para os novos destinos da nação. Nação brasileira assentada na ordem capitalista, amante da ciência, do progresso, da ordem, enfim, da modernidade. (LIMA; ROCHA; CRUZ; DICK, 2015, p. 187).

As susoditas autoras relatam, ainda, que apesar de a escola isolada ter sido o modelo predominante, outros fizeram-se presentes em todo o Maranhão. Todavia, elas superavam os números, inicialmente, pelo baixo ou nenhum custo de manutenção. Para Garnica (2011), é inquestionável o fato de que as escolas isoladas foram necessárias, mas a política educacional em vigor não só privilegiava os núcleos urbanos, como condenava essas escolas a uma incessante escassez e precariedade.

Almejando diminuir o índice de analfabetos no País, foi lançada a Campanha de Alfabetização de Adultos,<sup>31</sup> uma iniciativa da União em colaboração com os estados. No Maranhão, segundo dados de 1947, dos 2.500 matriculados na capital, 1835 foram alfabetizados; e dos 22.863 matriculados nos municípios, 16.643. Em 1948, já eram 600 estabelecimentos oferecendo supletivo (MARANHÃO, 1948, n. p.).

De acordo com Beisiegel (1979, p. 87), a campanha visava a

levar a “educação de base” ou “educação fundamental” a todos os brasileiros iletrados, nas cidades e nas áreas rurais. Como a massa dos iletrados na população, aliada a exiguidade relativa dos recursos disponíveis, impossibilita o atendimento imediato de toda a “clientela potencial”, esse objetivo seria atingido mediante a instalação do maior número possível de cursos, a curto prazo, e a gradual extensão das oportunidades até o atendimento de todos, a médio e a longo prazos. Foi articulada uma ampla estrutura administrativa, apta a mobilizar para a educação de adultos os recursos materiais, humanos e administrativos das unidades da Federação. Cabiam às unidades federadas, nos respectivos territórios, as providências relativas à instalação das classes, ao funcionamento dos cursos, à supervisão das atividades e, principalmente, ao recrutamento do maior número

---

<sup>31</sup> Nos dados analisados na mensagem governamental, não foram encontrados números relacionados a Timon, o que demonstra que nem todos os municípios do estado maranhense foram agraciados por tal campanha.

possível de alunos.

Em 1949, para organizar o setor educacional, o governo estadual criou a Secretaria de Educação e Saúde Pública, cuja composição era a seguinte:

o Departamento de Educação: Seção de Controle e Rendimento Escolar, Seção de Canto Orfeônico; Seção de Trabalhos Manuais, Seção de Orientação e Fiscalização de Ensino Primário, Instituto de Educação, Colégio Estadual, Cinema Educativo, Serviço de Educação Física, Serviço Dentário, Instrução Primária e Estação Transmissora P.R.J - 9. A Biblioteca Pública também integra a estrutura dessa Secretaria.<sup>32</sup>

O governador Archer (1947-1951) acreditava que havia sido imposto anteriormente que os estados brasileiros cooperassem com os municípios, ajudando-os a suprir as necessidades locais, então a eles caberia agora ajudar os estados. Para o gestor, os constituintes defensores das municipalidades haviam ignorado completamente as dificuldades pelas quais o estado estava passando, e isso provocou grandes danos às receitas, que agora não eram suficientes para cobrirem as despesas.

No estudo da questão, não se deve desprezar segundo penso, a ideia de um sistema de cooperação em que o Estado e os municípios repartam entre si, certos encargos que, embora de natureza essencialmente local, são hoje indevidamente atribuídos apenas ao primeiro. A contribuição de melhoria, em boa hora instituída pela Carta Política de 1946, convém igualmente, seja utilizada, em todos os casos de obras públicas de que resulte valorização de propriedades particulares. (MARANHÃO, 1950, p. 7).

Outro fato preocupante era o crescente desinteresse pelo diploma de professor primário.<sup>33</sup> O número de alunos era bem maior que o de professores, e geralmente, as normalistas não se destinavam às escolas localizadas no espaço rural, onde predominavam os docentes leigos.

Buscando fortalecer o vínculo estado-município e criar medidas efetivas para combater o analfabetismo, realizaram-se nas cidades de Pinheiro, Caxias e Carolina os Congressos de Prefeitos, cuja principal meta era a de fazer progredir o ensino primário. Para isso, organizaram anteprojetos de orçamento para o ano de 1949, nos quais o ensino primário seria a prioridade (MARANHÃO, 1948, p. 84).

Dentre as cidades que participaram, estava Timon, onde o número de escolas primárias ainda era considerado insuficiente, e o número de professores, idem (TIMON,

---

<sup>32</sup> Perfil da Administração Pública – administração direta volume I. 2015, p. 95

<sup>33</sup> Em 1947, a Escola Normal, que preparava para dar aulas no ensino primário, foi frequentada por 56 alunas, das quais apenas quatro concluíram o curso. Dos 1.178 professores primários, 678 eram leigos, segundo dados de Archer, na mensagem governamental de 1948.

1948).

Tabela 13 – Dados sobre a educação primária maranhense e timonense (1950)

	Unidades escolares	Corpo docente	Matrícula geral	Matrícula efetiva	Frequência média	Aprovações em geral	Conclusões de curso
Maranhão	1.252	1951	71.434	64.752	45.217	26.314	5.172
Timon	10	16	642	602	489	284	29

Fonte: Maranhão (1950).

Os dados apresentados sobre Timon na Tabela 14 referem-se a escolas mantidas pelo Estado<sup>34</sup> e custeadas pelo município, dando indícios da relação estado-município na oferta escolar em Timon. Observa-se em Timon a disparidade entre os números: a quantidade de professores e de escolas era pequena perto da quantidade de matrículas; além disso, o número de alunos que chegava a concluir o ensino primário era desproporcional ao quantitativo que se matriculava – e não era algo que se restringia ao município, como se verifica na tabela quanto aos números relativos ao estado, que desvelam resultados semelhantes.

O participante A7 expõe que entre os anos de 1950 e 1960, era muito complicado para quem não tinha boas condições financeiras estudar:

eu fui daqui para Lima Campos, é cidade hoje, mas não era cidade, fui para Lima Campos, no município de Pedreiras, Pedreiras do Rio Mearim, aí pra lá fiquei, rapazinho, novinho. Aí fui trabalhar com meu pai, me botaram no colégio, quase que eu aprendia, porque aí eu estudava de noite e aí era calmo, não tinha negócio de dizer sai na rua não, lá era trancado. O professor trancava a porta e só saía dali na hora de ir embora. Aí eu quase aprendia, mas foi o tempo que meu pai me tirou pro serviço e aí tinha que trabalhar, aí não aprendi nada, só assinei o nome, mas depois perdi o resto do nome, não sei fazer, sei fazer o começo, mas não sei fazer o fim. Aí fiquei só no serviço, só no serviço e tô nessa idade só trabalhando mesmo. (informação verbal).<sup>35</sup>

O depoimento de A7 retrata a realidade de muitos jovens maranhenses que até chegavam a iniciar os estudos, mas não conseguiam concluí-los, porque necessitavam, desde cedo, contribuir para o sustento da família, o que explica os altos números de matrículas e baixíssimos índices de conclusão de curso – situação que se tornava pior na zona rural, segundo o entrevistado:

não tinha uma ajuda de nada. Hoje que tem ajuda em certas coisas. Não tinha nada. O que nós tinha era uma coisa: era quebrar coco, era tratar de um pedacinho de

<sup>34</sup> Pertenciam ao Estado 65 grupos escolares, 67 escolas reunidas e 151 isoladas (MARANHÃO, 1950, p. 90).

<sup>35</sup> A7. Entrevista. 2022.

roça, comer uma vez de noite, porque não tinha pra comer duas vezes e aí nos vivemos nossa vida aqui, trabalhando com meu pai, minha mãe, meus irmãos. Era assim, a dificuldade era demais, era terrível demais, mas aí deu pra gente vencer até chegar nessa idade agora. Eu tinha oito irmãos, morreu um, todo mundo trabalhava de roça. (informação verbal).<sup>36</sup>

Havia no estado um movimento para a construção de sedes para as escolas rurais, planejado pelo governo federal. Nessa direção, 26 casas destinadas a atender a esse propósito foram entregues, em 1946. Das programadas para 1947, encontravam-se em construção cinquenta e três, distribuídas entre os municípios de Alcântara; Alto Parnaíba; Araiões (2); Arari; Axixá; Bacabal (2); Balsas (2); Barão de Grajaú; Barreirinhas; Benedito Leite; Brejo; Buriti; Buriti Bravo; Chapadinha; Codó (2); Coelho Neto; Coroatá (2); Grajaú; Guimarães; Humberto de Campos; Icatu; Imperatriz; Ipixuna; Itapecuru-Mirim; Mirador; Monção; Morros; Nova Iorque; Presidente Dutra; Parnarama; Passagem Franca; Pastos Bons; Pedreiras; Penalva; Pindaré-Mirim; Pinheiro; Porto Franco; Primeira Cruz; Rosário; Santa Quitéria do Maranhão; São Francisco do Maranhão; Santa Helena; São Bernardo; São João dos Patos; Timbiras; Timon; Urbano Santos; e Viana. Para que tais obras fossem possíveis, havia contribuições do estado e do município, e o Ministério da Educação ficou responsável pelo pagamento do material e da mão de obra (MARANHÃO, 1949).

O estado tentou, por meio de cooperações intergovernamentais, resolver problemas de educação e saúde,

O atual Governo da União, principalmente no que tange aos problemas de educação e saúde, há concedido ao nosso Estado valiosa ajuda. Os preceitos constitucionais que autorizam essa colaboração estão sendo rigorosamente observados pelo íncito brasileiro que ora dirige, com superioridade de vistas e elevado espírito público, os destinos do país. Essa louvável atitude do Poder Central, atende, aliás, a uma das necessidades mais cruciantes da Administração maranhense. Realmente, apesar da alta percentagem dos recursos orçamentários despendidos, anualmente, com a manutenção dos serviços sanitários e educacionais, força é confessar, se ressentem eles de falhas que não poderemos suprir, sem auxílio da administração federal. Este, felizmente, não nos tem faltado. Assim é que de 1947 a esta parte, recebemos, por intermédio do Ministério competente, as seguintes importâncias: Cr\$ 1.400.00,00 para construção de 28 escolas rurais nos municípios de Alcântara, Alto Parnaíba, Anajatuba, Bacabal, Barreirinhas, Bequimão, Carolina, Caxias, Chapadinha, Codó, Colinas, Grajaú, Guimarães, Ipixuna, Itapecuru – mirim, Loreto, Passagem Franca, Pastos Bons, Pedreira, Parnarama, Primeira Cruz, Riachão, São Bernardo, São Vicente de Ferrer, Vargem Grande e Vitória do Mearim; Cr\$ .. 4.800.000,00, para construção de mais 80 escolas rurais em Alcântara, Alto Parnaíba, Anajatuba, Araiões (2), Arari, Axixa, Bacabal (2), Balsas (2), Barão de Grajau, Barra do Corda, Barreirinhas, Benedito Leite (2), Bequimão, Brejo, Buriti, Buriti Bravo, Cajapió, Carolina,

---

<sup>36</sup> A7. Entrevista. 2022.

Carutapera, Caxias (2), Chapadinha (2), Cajari, Codo (2), Coelho Neto, Colinas, Coroatá (2), Curuzu, Cururupu (2), Grajau, Guimaraes, Humberto de Campos, Icatu, Imperatriz, Ipixuna, Itapecuru, Loreto, Mirador, Moncao, Morros, Nova Iorque, Passagem Franca, Pastos Bons, Parnarama, Pedreiras, Penalva, Perimirim, Pindaré- mirim, Pinheiro, Porto Franco, Presidente Dutra, Primeira Cruz, Riachão (2), Ribamar, Rosario, Santa Helena, São Bento, São Bernardo, São Joao dos Patos, Sao Vicente de Ferrer, Santa Quitéria, São Francisco do Maranhão, Timbiras, Timon, Turiaçu, Tutoia, Urbano Santos, Vargem Grande, Viana e Vitória do Mearim (2); Cr\$ 800.000,00, para construção de 20 escolas rurais nas seguintes localidades da ilha de São Luís: Iguaíba, Maracana, Rio São João, Via do Pago do Lumiar, Vila Maranhão, Mata, São Jose dos Indios, Santa Barbara, Rio Grande, Maioba de Mocajutuba, Maioba do Genipapeiro, Tibiri, Jucutuba, São Miguel, Vinhais, Cururuca, Inhaiima, Pedrinhas, Forquilha e Tirirical; Cr\$ 5.000.000,00, para construção de 20 prédios para grupos escolares nos municípios de Alto Parnaíba, Balsas, Barra do Corda, Cajari, Carolina, Carutapera, Cururupu, Grajau, Imperatriz, Mongao, Penalva, Pindaré- Mirim, Pinheiro, Porto Franco, Presidente Dutra, Riachão, São Bento, São Vicente de Ferrer, Turiaçu e Viana; Cr\$ 666.664,00, por conta das despesas a serem realizadas com a construção de prédios para mais 4 grupos escolares, nas cidades de Barra do Corda, Parnarama, Pedreiras e Presidente Dutra; Cr\$ 3.000.000,00, para construção de 15 prédios para instalação de postos médicos, nas cidades de Alto Parnaíba, Balsas, Barra do Corda, Carolina, Carutapera, Grajaú, Imperatriz, Loreto, Monção, Pindaré- mirim, Pinheiro, Porto Franco, Riachão, Santa Helena e Turiaçu; Cr\$ 500.000,00, para início da construção de um edifício para servir de sede a uma escola normal rural na cidade de Codó; Cr\$ 1.100.000,00, para auxiliar a despesa com a ampliação das instalações da Faculdade de Direito de São Luís e da Faculdade de Farmácia e Odontologia. Das primeiras 28 escolas, somente três, as de Alcântara, Pedreiras e Vargem Grande, não foram ainda concluídas, apesar dos prefeitos interessados liberarem recebido, nas épocas próprias, o numerário destinado à execução das obras em referência. No momento em que é elaborado este trabalho está o Governo providenciando, junto às referidas autoridades, no sentido de se desobrigar delas do compromisso assumido. Dos oitenta prédios do segundo grupo, vinte já se acham prontos, nos municípios de Alto Parnaíba, Balsas (2), Barreirinhas, Buriti, Carolina, Chapadinha (2), Codo (2), Humberto de Campos, Icatu, Morros, Primeira Cruz, Rosário, São Bernardo, São Francisco do Maranhão, Santa Quitéria, Viana e Timbiras. As obras dos sessenta e cinco restantes, encontram-se, presentemente, na fase de acabamento. Concluídas já se acham, também, as escolas de Iguaíba, Maracaná, Rio São João, Paço do Lumiar e vila Maranhão, na ilha de São Luís. A construção das de Tibiri, Mata e São Miguel, deverá ser iniciada dentro em breves dias, já se tendo, para isso, adquirido o material indispensável. No que toca aos postos médicos, foram já concluídos os de Alto Parnaíba, Balsas, Barra do Corda, Turiaçu e Carolina. As obras dos prédios destinados aos demais, deverão ser terminadas, dentro em curto prazo. (MARANHÃO, 1950, p. 11-12).

Em 1950, em Timon, 3.241 pessoas sabiam ler e escrever, enquanto 14. 538 não sabiam ler nem escrever; em 1960, cerca de 23.729<sup>37</sup> sabiam ler e escrever, e 3.077 eram estudantes.<sup>38</sup> Concebe-se, pois, que em um intervalo de dez anos, a população que sabia ler

---

<sup>37</sup> IBGE (1950, 1960).

<sup>38</sup> No Censo de 1960, deixa de existir a categoria “não sabe ler e escrever”, e passa a existir a categoria “estudante”.

e escrever de Timon cresceu. Uma das principais causas desse aumento deve-se ao fato de que o estado pressionava para que seus municípios assumissem cada vez mais responsabilidades no que diz respeito a oferecer principalmente educação primária à população. No entanto,

a escola primária brasileira, pensada no mais alto padrão de qualidade, foi executada no seu mínimo, antes deixando de funcionar como equalizadora contribuiu para a consagração de desigualdades, concretizando-se, ao invés de como foi teorizada, como escola única, como um sistema de escolas múltiplas, diferenciadas e direcionados a setores diferenciados da sociedade. (LIMA; ROCHA; CRUZ; DICK, 2015, p. 189).

A escola primária propagou desigualdades, mas não só ela. Chama-se a atenção novamente para a dificuldade da maior parte da população em dar prosseguimento aos estudos, deixando o ensino primário, repercutindo no ensino secundário, ou seja, “a organização do ensino secundário com forte caráter elitista e um acentuado afunilamento das matrículas a cada série escolar representou forte exclusão dos que chegavam a ser matriculados na escola brasileira” (GIL, 2022, p. 158).

Ainda em 1951, o vereador Hélio Barbosa Albuquerque, por meio do Projeto de Lei nº 85, solicitou a criação de uma escola em São Lourenço e no canto da Gameleira, pois segundo ele, não havia escolas nas proximidades e em vários outros povoados, como Santo Antonio, Vista Alegre, Paiol, Alfavaca, também havia crianças em idade escolar que seriam beneficiadas com uma possível instituição nesses locais (TIMON, 1951).

Tencionando endossar sua solicitação, o vereador anexou ao Projeto de Lei uma lista de todas as crianças e adolescentes em idade escolar do Canto da Gameleira. Somente nesse local, de acordo com o mapeamento de Hélio Albuquerque, sessenta e oito pessoas necessitavam urgentemente da criação de uma escola. No povoado São Lourenço, como referido outrora, também havia muitas crianças que necessitavam de escola, como descrito na Tabela 14.

Tabela 14 – Relação de alunos do lugar São Lourenço, do município de Timon, em idade escolar

Nome	Idade (anos)
Nair Neto Carlos da Silva	7
José Francisco da Silva	7
Maria da Costa Muniz	7
Valdemar Cardoso de Melo	7
João de Moura Gueiroz	7
Maria José Pereira da Silva	7
Mario Campos de Oliveira	7
José Francisco da Silva	7

Isaias Pereira	7
Lidinalva Viana	7
Roseno Rodrigues da Silva	8
Francisco de Moura Gueiroz	8
José de Oliveira Costa	8
Milton Carlos da Silva	8
Raimundo Rodrigues da Silva	8
Elicê de Oliveira Costa	8
José Rodrigues da Silva	8
Anita Ermenegildo da Costa	9
Francisca Campos de Oliveira	9
Maria Soares	10
Isabel Rodrigues da Silva	10
Manoel de Oliveira Costa	10
Raimunda Francisca da Silva	10
Jeraldo Cardoso de Melo	11
Alzira de Oliveira Costa	11
Manoel Rodrigues dos Santos	11
? Pereira da Silva	11
José Vicente da Costa	11
Elza de Oliveira Costa	11
Manoel Rodrigues da Silva	11
Vicença Pereira	11
Antonia Cardoso de Melo	12
José Vidal de Sousa	12
Maria Luisa Ferreira de Santana	12
Eva de Oliveira Costa	12
João Viana	12
Lusia Carlos da Silva	13
Lígia Gonçalves da Costa	13
Naide ? Pereira da Silva	13
Sebastiana de Oliveira Costa	13
Patrocínio Campos de Oliveira	13
Iltom Neto Carlos da Silva	14
Maria de Lurdes Carlos da Silva	14
Juarez Cardoso de Melo	14
Noema de Oliveira Costa	14
Joana Roseno de Lima	14
Maria Rodrigues dos Santos	14
José Gonçalves da Costa	14
Raimunda Vidal de Sousa	14
Maria Vidal de Sousa	14
Raimundo Campos de Oliveira	14
José Rodrigues da Silva	15
José Rodrigues dos Santos	15
Raimundo Vidal de Sousa	15
Eremita de Oliveira Costa	15
Mamedio Neto Carlos da Silva	16
Cícero Rodrigues dos Santos	16
Laura Pereira da Silva	16
José Campos de Oliveira Costa	16
Maria Rodrigues da Silva	17
Maria de Oliveira Costa	17
Ana Rosa Neto Carlos da Silva	18
Maria Viana	18
José de Oliveira Costa	19

Fonte: Timon. Projeto de Lei nº 85/51. Leis de 1950 e 1960 da Câmara Municipal de Timon. (2022)

O vereador Salomão Xavier Gonçalves também criou um Projeto de Lei pedindo novas escolas para Timon. Embora não se tenha encontrado tal solicitação, sabe-se de sua existência, porque em meio à documentação analisada, encontrou-se um parecer que data de 21 de agosto de 1951, em que o prefeito Joaquim Martins Ferreira nega o pedido de Xavier Gonçalves, justificando que não teria como arcar com as despesas de construção ou manutenção de novas escolas, pois segundo ele, a dívida da prefeitura era de Cr\$ 43.000,00, e a maior parte dela dizia respeito ao vencimento dos professores, então a criação de novas escolas viria a repetir erros do passado e concorrer para o desequilíbrio financeiro da prefeitura. Outro fato era que o período letivo já se encontrava em fase final, portanto, acreditava ele, àquela altura, instituições novas não fariam tanta diferença para a instrução (TIMON, 1951).

A criação de escolas também atendeu ao interesse de manter as pessoas na zona rural. Isso posto, o governador do Maranhão, que na época era César Alexander Aboud (1951-1951), dizia:

Pesquisas Educacionais e Secções de Centro Orfeônico, Trabalhos Manuais e Orientação e Fiscalização do Ensino Primário. O Ensino Normal distribui-se no Instituto de Educação, Curso de Aperfeiçoamento, Escola Normal e Ginásio Feminino da Escola Normal. O Colégio Estadual é órgão de grande importância, também, no Departamento, assim como o Serviço de Educação Física. O Governo Federal custeia muitos Cursos de Alfabetização de Adultos, bem assim promove a construção de várias Escolas Rurais, no *hinterland* maranhense. Algumas destas últimas já estão sendo ultimadas, surgindo o sério problema de provê-las de equipamento e professoras especializadas. Atender a esse propósito é grande empenho do Estado, porque as Escolas Rurais constituem grande recurso para solucionar o problema de fixação do homem à gleba, premente necessidade maranhense. Providências estão articuladas no sentido de atrair professoras especializadas em ensino rural, para orientar nossas mestras primárias nos trabalhos rurais devidamente adaptados às necessidades de nossa gente. (MARANHÃO, 1951, p. 15).

O Projeto de Lei nº 85, que visava a criar uma escola no povoado Porto Alegre no município de Timon, tinha como justificativa (TIMON, 1951):

no lugar acima referido, apesar de existir grande número de crianças na idade de receber instrução, ainda existe em suas imediações vários outros povoados como sejam: Santo Antonio, Vista Alegre, Paiol, Alfavaca e outros que também teem dezenas de creanças em idade de frequentarem escolas. Outrossim: quero ainda expor ao Sr. Presidente e aos meus pares que o proprietário do lugar “Porto Alegre” é o sr. Joaquim Euzébio de Sousa, que terá prazer em cooperar com a municipalidade no sentido de construir uma casa para o funcionamento da referida Escola, receberá e hospedará bem o professor que para ali for designado e por fim colaborará com o mesmo pelo bem desenvolvimento das creanças. A requerimento do vereador Antonio Setubal Filho e com apoio unânime dos presentes o sr. Presidente autoriza a remessa do presente projeto ao prefeito Municipal para informar se existem Escolas Municipais em lugares vizinho ao povoado Porto Alegre.

Em resposta à solicitação do projeto sobre a existência de escolas em locais vizinhos ao Porto Alegre, foi publicado o Ofício nº 136/ 1951, em que o prefeito informava que “estavam funcionando nas vizinhanças do lugar Porto Alegre, deste município, duas escolas municipais, uma no Garapa e outra no lugar São Felipe” (TIMON, 1951, n. p.).

Como aconteceu em outros povoados, a escola era instalada em uma propriedade privada e o dono das terras se tornava responsável por abrigar o professor, e pela construção da casa onde seria a sala de aula.

Em 1952, uma nomenclatura começa a fazer-se presente nas mensagens legislativas. O então governador Eugênio Barros (1951-1956) passa a tratar do modelo de escola denominado *reunida*. Esta, apesar de não aparecer na legislação educacional maranhense, em 1932, já se encontrava em vigor em zonas interioranas. Tratava-se de uma forma intermediária entre escolas isoladas e grupos escolares, instituições diferenciadas, e

uma das principais características que a diferenciava de outras instituições com a mesma modalidade de ensino, era a construção de prédios próprios, com espaço reservado às salas de aulas, sala de professores, diretoria, secretaria, pátios, cantinas ou refeitórios, além de contar com um corpo docente especializado, de boa reputação moral e prestígio público. No caso dos professores, estes deveriam ser formados pelas escolas normais e receberiam melhores salários. A graduação do ensino em séries, fortalecia ainda mais a sua eficiência. Tais aspectos ressaltavam a superioridade educacional em relação às antigas instituições, conhecidas como isoladas, preliminares, domésticas ou unitárias, também existentes em Portugal. No Brasil, os Grupos Escolares ao serem apresentados como símbolo de modernidade no ensino público primário obtiveram rápida aceitação da sociedade, emergindo no bojo do discurso republicano. (SILVA, 2011, p. 63).

Nas nomenclaturas utilizadas sobre o modelo de escola, “o que se vê é o empenho para a imposição de uma representação legítima, já que, diante da triste descrição acerca das unidades isoladas, ficava difícil considerá-las mais do que uma versão precária” (GIL, 2011, p. 172).

Para o prefeito de Timon em 1954, Francisco Vitorino d’ Assunção, era necessário criar meios de zelar pela cultura do povo, pois apenas a criação de escolas não era suficiente para solucionar o complexo problema da educação brasileira. Fundar bibliotecas era uma alternativa, pois elas poderiam “atrair estudiosos, os sedentos de saber de todas as idades e sexo, de todas as classes sociais e sobretudo a juventude contribuindo poderosamente para a mentalidade consciente do povo” (TIMON, 1954, n. p.). Destarte, foi por intermédio da Lei nº 153, de 31 de dezembro de 1954, que foi criada a Biblioteca Pública Municipal de Timon.

Além disso, foi na gestão do prefeito que os vencimentos dos funcionários passaram por alterações, sob a justificativa de que

o funcionalismo municipal que já era parcamente remunerado não teve, nesse período, nenhuma melhora, (salvo o salário família) de vencimentos nada obstante o desejo que sempre nutriu o Executivo Municipal de melhorá-los por um ato de justiça social, freiado que se julgou por dispositivos da Constituição do estado, que impedem gravar em mais de 50 %, para essa finalidade, as rendas orçamentárias do Município. Preocupado com a angustiante situação do funcionalismo e sempre interessado em encontrar solução para o assunto, chegou o Executivo a conclusão de que, ao contrário do que supunha, estão incluídas como rendas orçamentárias as provenientes do disposto nos parágrafos 2º e 4º do artigo 15º da Constituição Federal em que se fundamenta m a Lei nº 17 de 1/11/47. (TIMON, 1954).

Nessa perspectiva, foram fixados os salários dos funcionários municipais pela Lei nº 140, de 30 de outubro de 1954. Constata-se que dentre os salários mais baixos, estavam o de professor, sendo o de professor contratado ainda mais desvalorizado (Tabela 15).

Tabela 15 – Salário dos funcionários municipais de Timon a partir de 1954

Cargo	Vencimento mensal (Cr\$)	Vencimento anual (Cr\$)
Secretário (comissão)	1.660,00	19.200,00
Tesoureiro	1.000,00	12.000,00
Porteiro da Prefeitura e Câmara	500,00	6.000,00
Fiscal de Posturas	750,00	9.000,00
<b>Professor</b>	<b>500,00</b>	<b>6.000,00</b>
Administrador do Mercado e Matadouro	600,00	7.200,00
<b>Professor Contratado</b>	<b>350,00</b>	<b>4.200,00</b>
Enc. do Transporte	400,00	4.800,00
Encarregado da Matança	350,00	4.200,00
Auxiliar de Matança	350,00	4.200,00
Zelador do Mercado	350,00	4.200,00
Administrador do Cemitério	250,00	3.000,00

Fonte: TIMON. Lei nº 140 de 30 de outubro de 1954. Eleva o vencimento do funcionalismo Público.

Em 1955, Eugênio Barros (1951-1956) volta a chamar atenção para as mesmas dificuldades reportadas por Aboud (1951-1951): as escolas necessitavam de manutenção; os Jardins de Infância precisavam ser restaurados; o material era insuficiente. Porém, demonstrava certo otimismo ao informar dos “novos contratos com o INEP para a construção de Grupos escolares e escolas”<sup>39</sup>; que mais professoras formadas haviam sido direcionadas para as escolas rurais; e o projeto de fixação do homem ao campo perseverava (MARANHÃO, 1955, p. 21).

<sup>39</sup> Aqui se atenta para o fato de que Grupo Escolar e escola parecem constituir categorias diferentes, isso porque “os grupos escolares, vistos como materialização da escola graduada no Brasil, foram concebidos como a variante mais bem-sucedida e mais articulada de um modelo escolar de socialização pautado nos princípios da racionalização do trabalho docente e da atividade pedagógica.” (SOUZA CHALOPA, 2019, p. 5- 6). SOUZA CHALOPA, Rosa Fátima de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 19, n. e063, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e063>

Mediante a criação da pequena propriedade rural e de condições ecológicas favoráveis; seleção e distribuição de sementes; mecanização da lavoura; assistência técnica, sanitária e educacional nos centros rurais, crédito agrícola; combate intensivo às pragas da lavoura, às endemias e epizootias; obras de açudagem para proteção dos rebanhos m face das intempéries- eis, em síntese, quanto justamente se reclama e quanto sabemos, não de hoje, ser de primordial importância para a desejada recuperação econômica do Maranhão. (BARROS, 1955, p. 10-11).

A igreja também teve importante participação na oferta de instrução em todo o Maranhão. Em Timon, por exemplo, três escolas eram mantidas pela Caixa do Pobre, programa assistencial que funcionou sob a coordenação do padre Delfino da Silva Júnior: uma funcionando no Grupo Escolar Urbano Santos, dirigida pela professora Nely de Mesquita Moraes; outra na localidade São José dos Perdidos, dirigida pela professora Diva Albuquerque; e a última na localidade Pinto, sob a direção do professor Antonio Avelino Oliveira (ALFABETIZAÇÃO, 1956, p. 3).

Mas desde 1949, as escolas da associação funcionavam em locais improvisados. Em 1956, os responsáveis pela Caixa do Pobre tomaram a iniciativa de buscar doações para que pudessem continuar a construção do prédio onde funcionariam: a Escola Beneficente; o consultório médico e dentário; a biblioteca; a enfermaria; a sala de administração; as aulas de datilografia, corte e costura; a escola de gráficos; o salão para conferência; e o cinema (À PROCURA..., 1956, p. 3).

Figura 33 – Notícia *À procura de um padrinho*

Fonte: A PROCURA..., Jornal Correio de Timon (1956, p. 1).

Até 1959, o prédio não havia sido finalizado e a procura por possíveis doadores continuava. A escola era frequentada por muitas crianças, e tal frequência era publicada no Jornal Correio de Timon, o que leva a crer que também era uma forma de demonstrar a importância disso para o município. O encerramento dos anos letivos na escola da Caixa do

Pobre contava com a presença de diversas personalidades políticas, patenteando a influência do padre Delfino na política local.

Figura 34 – Frequência na Escola Beneficente da Caixa do Pobre em julho de 1956

ESCOLA BENEFICENTE

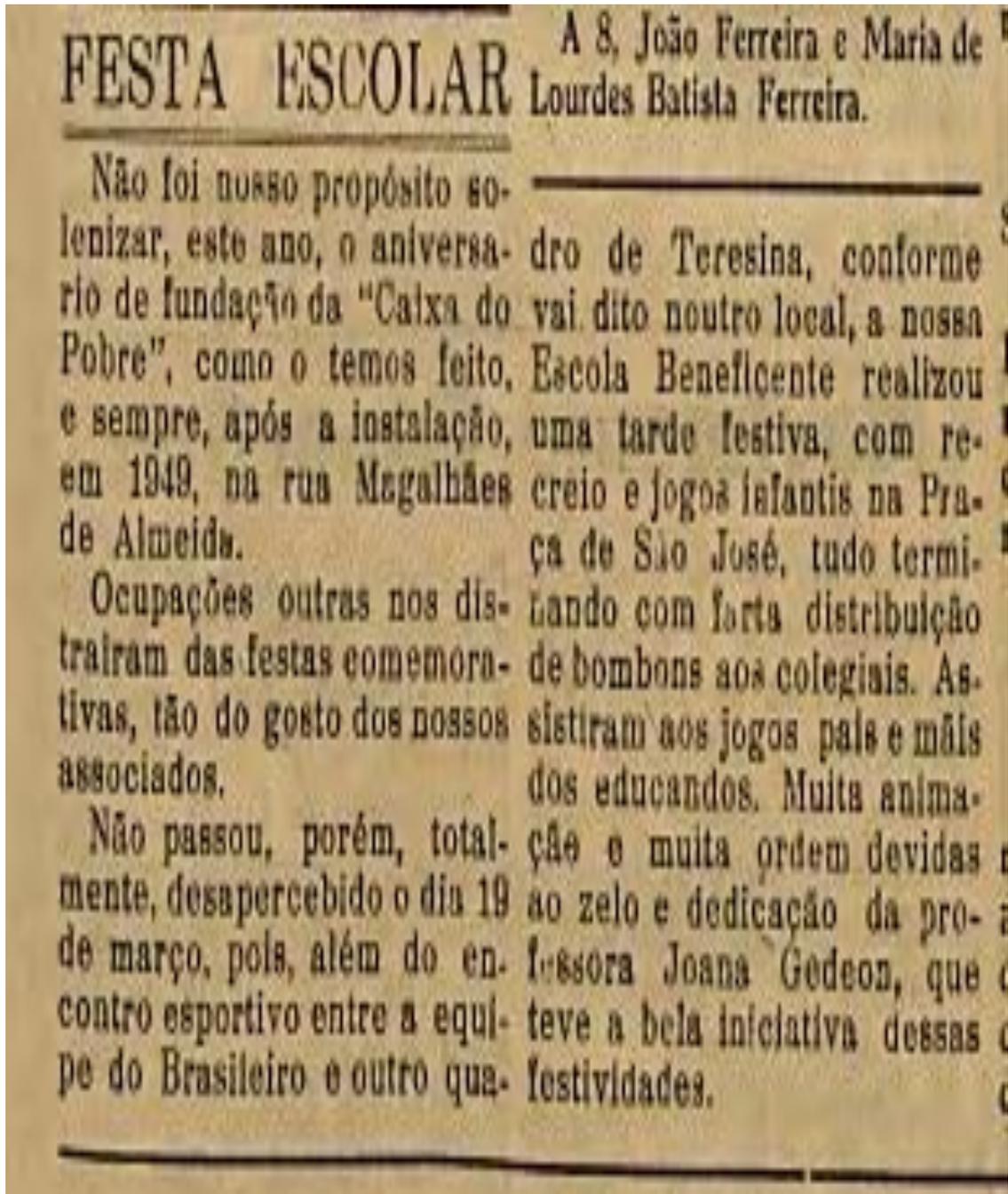
## FREQUENCIA DE ALUNOS

Classe	Sexo	Fev.	Março	Abril	Maió	Junho
1º. Ano A	— masculino	312	552	600	600	432
	feminino	408	391	425	425	306
1º. Ano B	— masculino	134	263	320	260	260
	feminino	297	588	653	287	540
2º. Ano	— masculino	143	263	275	275	198
	feminino	182	322	350	350	352
3º. Ano	— masculino	39	69	75	75	54
	feminino	104	184	440	440	144

Fonte: FREQUÊNCIA..., Jornal Correio de Timon (1956, p. 4).

A escola também promovia momentos de lazer e recreação para seus alunos, principalmente durante as comemorações do aniversário da Caixa do Pobre.

Figura 35 – Festa escolar



Fonte: FESTA..., Jornal Correio de Timon (1956, p. 3).

Em 1957, o governador Mattos de Carvalho visitou Timon, ocasião em que foi recebido por autoridades piauienses e timonenses (GOVERNADOR MATOS CARVALHO..., 1957, p. 7). Nessa oportunidade, declarou a construção de mais um grupo

escolar para a cidade, deixando claro que tal empreendimento só dependia da cessão de terreno por parte do município. Adicionalmente, ficou definido que o novo grupo escolar se chamaria Grupo Escolar Padre Delfino.

A propósito,

foi o segundo estabelecimento estadual de instrução pública a oferecer o ensino primário na cidade. Inicialmente, os grupos escolares eram escolas de ensino primário que, no decorrer de várias reformas educacionais instituídas ao longo das décadas, transformaram-se em escolas de ensino fundamental e médio. O grupo escolar era denominado, igualmente, de escola graduada, porque reunia os alunos em turmas seriadas, compostas por vários discentes, de acordo com a idade, e acompanhados por um professor. Não havia uma idade ideal de aprendizagem, nem se pressupunha uma paridade entre os vários saberes escolares. Apesar disso, a escola primária foi renovada, com novas finalidades e diferente concepção educacional e organização do ensino. [...]. Com o surgimento do grupo escolar, iniciou-se a produção de uma nova cultura no âmbito da escola, que foi responsável por uma nova organização do trabalho educativo e pela distribuição interna do poder dentro da instituição. Assim, exigia-se uma rígida disciplina dos alunos: assiduidade, higiene, ordem e obediência. (SILVA, 2018, p. 36).

Entre os anos de 1956 e 1958, destacaram-se algumas ações do poder público municipal de Timon na área educacional. Cabe atentar para a quantidade de leis voltadas para a criação de escolas na área rural, bem como reposicionamento das escolas já existentes, como listado na Tabela 16.

Tabela 16 – Leis municipais que tratavam da criação e transferência de escolas municipais em Timon

Lei	Data	Assunto
Lei nº 178	20/09/1956	Autoriza a criação de uma escola municipal no lugar Muquem deste município.
Lei nº 179	25/09/1956	Autoriza a criação de uma escola no lugar Castelo deste município.
Lei nº 180	25/09/1956	Autoriza a criação de uma escola no lugar Cumbre deste município.
Lei nº 181	26/09/1956	Autoriza a criação de uma escola municipal no lugar Canôa deste município.
Lei nº 186	10/10/ 1956	Autoriza a criação da escola no lugar São Miguel
Lei nº 204	09/11/1957	Autoriza o poder Executivo a criar uma escola municipal no lugar Buritizinho.
Lei nº 182	26/09/1956	Autoriza a Criação de duas escolas municipais nos lugares Fazenda Nova e Cam Açú.
Lei nº 185	10/10/1956	Transferência de escolas: Tapera para Bonitinho; Tiúbas para Santana da Gameleira; Barra das Pombas para São Gonçalo; Lagôa Seca para Flores do Campo; do lugar Malhada de Cima para o lugar Iracema; do lugar Mundo Novo para a Palestina.
Lei nº 223	30/11/1958	Cría uma escola municipal na localidade mundo novo.

Fonte: TIMON (município).Leis dos Anos 1950. Câmara Municipal de Timon. (2022)

A reorganização de escolas municipais timonenses, que ocorreu principalmente em 1956, também aconteceu em escolas estaduais de outras localidades do Maranhão, por falta de recursos, favores políticos ou alunado insuficiente. Por conseguinte, muitas vezes, uma escola era fechada em um local e instalada em outro. Outro fato digno de menção é que “ao

longo da criação dos projetos de lei é possível compreender que a arquitetura das escolas estabelecida pela legislação foi a princípio em casas de sapê” (SILA; SILVA; COSTA, 2020, p. 37).

José Mattos de Carvalho (1957-1961) dizia-se ciente de todas as dificuldades enfrentadas pelo ensino primário no estado:

O ensino primário, que constitui o fator básico da instrução pública, apresenta, ainda, inúmeras lacunas no quadro orgânico de nossas instituições educacionais. Conforme consta do próprio relato do senhor Secretário de Educação e Cultura, “sentimos que ainda existem deficiências graves, notadamente na execução dos trabalhos escolares, onde o Governo terá que dispender maiores recursos para reaparelhar seus grupos, suas escolas e melhorar cada vez mais as condições físicas, intelectuais e morais de docentes e discentes. Continua ainda o Estado do Maranhão a exigir maior número de professores a fim de atender aos serviços públicos”. (MARANHÃO, 1958, p. 68).

Como medida para combater os obstáculos, a Secretaria de Educação e Cultura criou um programa que previa:

- a) assinatura de convênio com Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, promovendo ajuda do Governo Federal através do Fundo Nacional do Ensino Primário para construções e reaparelhamentos dos Grupos Escolares e outras Escolas;
- b) aumento crescente do quadro de professoras até que se complete um número razoável que possa atender à população infantil em área escolar; c) cursos, seminário bolsas para desenvolvimento pessoal; d) plano pra aumento contínuo de professores de alfabetização a fim de que se diminua o índice de analfabetismo do Estado que é de mais de 70%. (MARANHÃO, 1958, p. 68- 69).

Ouvir pessoas que estiveram envolvidas no processo de constituição da rede escolar municipal de Timon entre os anos de 1943 e 1967 foi fundamental para entender melhor esse processo. São professores e alunos que ajudaram, por meio de entrevistas, a captar como se deu a sistematização da rede escolar municipal.

Por certo, isso

exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo enfim. É essa visão que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados. Ela é individual, particular àquele depoente, mas constitui também elemento indispensável para a compreensão da história de seu grupo social, sua geração, seu país e da humanidade como um todo, se considerarmos que há universais nas diferenças. Assim, se trabalhamos com visões particulares e muitas vezes idiossincráticas para ampliar nosso conhecimento acerca da história, é porque de alguma forma acreditamos que a história é um nome genérico para designar as histórias vividas e concebidas, diferentes ou parecidas, criadas por pessoas em contato com o mundo. (ALBERTI, 2013, p. 33).

As leituras, as discussões, o aprofundamento no que tange ao objeto de pesquisa

deram direcionamentos importantes para a escolha dos entrevistados. Nessa direção, durante a realização das entrevistas, intentou-se assimilar as experiências vividas por cada uma dessas pessoas, estabelecendo ligações com o que esta pesquisa propõe.

Analisando a documentação, foi possível perceber as dificuldades enfrentadas na implementação e expansão da rede escolar municipal de Timon no período estudado (1943-1967). Nesse sentido, as falas dos participantes ratificaram muitos dos dados encontrados, como o depoimento de A1, ex-professora leiga aposentada, moradora do povoado Enxú. A escola em que ela trabalhava era multisseriada, funcionava em um local improvisado. Ela explica em seu relato as dificuldades:

Muitas, primeiro que naquela época a gente trabalhava nem o diário escolar a gente não tinha, a chamada a gente não tinha, a gente tinha que fazer aquilo tudo na mão, puxava a régua, fazia o nome do aluno, série, fazia as provas finais e tal, tal, tal, mas a gente trabalhava né? Era difícil... e outra que não tinha um prédio, não tinha carteira, as vezes eu cortava assim umas palmeiras mais os meninos pra fazer os bancos, outras vezes era no chão mesmo, era muito difícil. (informação verbal)<sup>40</sup>

Ainda de acordo com a colaboradora, os salários eram recebidos, na maioria das vezes, com atraso. A escola funcionava no turno da manhã e não havia fardamento. Muito mais do que conhecer aspectos sobre a escola, a conversa com a ex-professora permitiu entender sobre a cidade de Timon e os principais problemas enfrentados – não só na área educacional, mas também econômica, política, social.

Sobre o funcionamento da escola, ela conta

[...] Nós trabalhava e não tinha merenda, o prédio da escola, como eu falei, era uma casinha, meu genro fez pra botar arroz, tirou um quarto e deixou um salão, naquela casa ele deixou um salão pra lecionar, outras vezes era dentro da minha casa mesmo. Não tinha... a escola não tinha prédio. Olha, pelo menos para fazer as provas finais das crianças eu usava papel almaço, a gente não tinha...como acabei de dizer, nem o diário escolar. Quadro tinha. As vezes tinha as festas das mães, as mães contribuía, mas nem todas, as vezes eu tirava do meu bolso pra fazer a festa. (informação verbal).<sup>41</sup>

Por sua vez, A2, morador do povoado Garapa, descreve que em 1970, sua esposa foi professora leiga da Unidade Escolar Filomena Cunha, localizada nesse mesmo povoado. Enquanto ele trabalhava na roça, ela ia e voltava da escola com os filhos nos braços, e além disso, quebrava coco para complementar a renda da casa: “se por acaso ela juntasse um coco ela quebrava, na ocasião que tinha oportunidade ela ajuntava coco pra quebrar e fazer azeite” (informação verbal).<sup>42</sup>

---

<sup>40</sup> A1. Entrevista. 2022.

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> A2. Entrevista. 2022.

Essa fala demonstra que quem exercia o magistério na zona rural se deparava com “precárias condições, historicamente vividas na região dos cocais maranhense, caracterizado dentre outros aspectos por: poucos recursos didáticos; escasso mobiliário; salários não atraentes”. (SILVA, 2014, p. 30).

Sobre as dificuldades dos alunos que moravam na zona urbana e se dirigiam para Teresina em busca de estudos, A3 relata que

os estudantes de Timon que estudavam em Teresina. Nós tínhamos, era... o transporte feito através das canoas no rio Parnaíba, elas eram... umas eram a motor, outras à vara, viu? Remando ...a travessia era assim com muita dificuldade. Aquelas pessoas antigas, hoje tem muito pouco, eu acho, pessoas que trabalharam naquele período da travessia de Timon para Teresina, empurrando a canoa na vara e no remo. Depois eles iam tendo condições compravam um motorzinho e atravessavam no motorzinho, a canoa a motor, pra lá e pra cá. (informação verbal).<sup>43</sup>

Entre 1956 e 1958, o poder público municipal criou, pelo menos, nove novas escolas na zona rural, a maioria das quais no modelo de escola isolada. Funcionavam em condições precárias, em casas de barro, cobertas de palha, com salas multisseriadas, não havia merenda escolar e as professoras geralmente eram leigas.

A entrevistada A4 conta que a escola em que estudou na zona rural do município de Timon

só tinha uma parede inteira, as outras eram peitoril, os bancos, a maioria era de talo de coco, porque era muito aluno nesse colégio, então a dindinha<sup>44</sup> botava pro tio Antônio fazer aqueles bancos de talo de coco pra gente sentar, pois é. Comecei com cinco anos, não lembro qual era o ano. O nome da escola era Escola Municipal João Lisboa número 7. (informação verbal).<sup>45</sup>

Ela revela que quem quisesse estudar, tinha de ler: “o primeiro livro, segundo livro, terceiro livro, quarto livro, quinto livro. Tinha mais livro pra quem quisesse estudar: tinha paleógrafo, tinha manuscrito, era mais avançado, mas ali era pra quem tinha boa inteligência” (informação verbal).<sup>46</sup>

A entrevistada A4 lembra que conseguiu terminar o quinto livro por causa da insistência da professora, de quem recorda com carinho não só pelo incentivo para estudar, mas também pelo fato de que mesmo com os poucos recursos, ela tentava fazer da escola um local memorável: “Muito maravilhosas! Minha professora era uma maravilha. Aí tinha brincadeira.

---

<sup>43</sup> A2. Entrevista. 2022.

<sup>44</sup> A entrevistada tratava a professora carinhosamente como *madrinha* e apelidava de *dindinha*.

<sup>45</sup> A4. Entrevista. 2022.

<sup>46</sup> Ibid.

Todo feriado que tinha de colégio ela botava pra gente se preparar pra dizer verso” (informação verbal).<sup>47</sup>

A única sala da escola ficava dividida “uma parte homem, outra mulher, aí ela [professora] ficava lá na mesa, atrás a lousa, nas laterais era os bancos pra nós sentar, era uma só professora, era muito aluno” (informação verbal).<sup>48</sup>

Nos arquivos da Câmara Municipal de Timon, constatam-se as ações da prefeitura na educação entre os anos de 1958 e 1960 (Tabela 17).

Tabela 17 – Leis voltadas para a educação em Timon (1958-1967)

Lei	Data	Assunto
Lei n° 221	30/11/1958	A prefeitura cede terreno à Paróquia São José de Timon para a construção de uma escola.
Lei n° 223	30/11/1958	Cria uma Escola Municipal na localidade Mundo Novo
Lei n° 224	30/11/1958	Autoriza o prefeito a concluir a construção do Grupo Escolar que está sendo construído no Bairro Novo.
Lei n° 247	20/10/ 1961	As escolas de sede do município passarão a funcionar num só grupo sob a denominação de Escolas Reunidas Municipais.
Lei n° 295	02/03/1966	Considera de utilidade pública a Escola Assembleia de Deus.
Lei n° 313	15/10/1966	Aquisição de dois terrenos para a construção de dois grupos escolares.
Lei n° 317	05/12/1966	Cria o Ginásio Industrial
Lei n° 323	30/12/1966	Suplementa verbas (educação)
Lei n° 340 <sup>49</sup>	03/08/1967	Cria 16 escolas <sup>50</sup> no interior do município.

Fonte: TIMON( município). Leis Anos 50 e 60. Câmara Municipal de Timon. (2022)

Em 1961, de acordo com documentos oficiais, a situação da região do Médio Parnaíba pode ser representada pelos dados dispostos na Tabela 18.

Tabela 18 – Situação educacional dos municípios do Médio Parnaíba

Médio Parnaíba	Unidades Escolares	Escolas Particulares	Total de Escolas	Número de Professores
Barão do Grajaú	4	1	5	12
Matões	4	0	4	5
Parnarama	8	0	8	9
S. Francisco do Maranhão	6	0	6	8
S. João dos Patos	5	0	5	10
Timon	7	1	8	15

Fonte: TIMON(município). Mensagem Legislativa de 1961

<sup>47</sup> A4. Entrevista. 2022.

<sup>48</sup> Ibid

<sup>49</sup> A justificativa para a criação dessas escolas pelo prefeito Napoleão Guimarães era: “sabemos perfeitamente da deficiência da instrução primária de nosso Estado, principalmente nos municípios mais pobres, e como já de conhecimento dos nobres vereadores, que logo depois de assumir as rédeas deste município, procurei ampliar o número de professores municipais, bem como número de escolas.” (MUNICÍPIO, 1967).

<sup>50</sup>Foram criadas nos seguintes locais do município de Timon: Carnaubinha, Malha de Cima; Pé de Ladeira; Saquinho, Morros, São José, Lagôa Seca, São Benedito, Fátima, Barra de São José, Brejo do Pascoal, Santa Fé, Vertente, Santa Maria, Formiga e Tapera.

Como se percebe, dentre os municípios do Médio Parnaíba, Timon era um dos que contava com o maior número de escolas e o de professores. O discurso de que *sem educação não havia progresso* era constante nas mensagens legislativas governamentais. Considerava o governador Newton Bello “educação e economia como dois setores de profundas interações sociais. Aquela como condição intelectual e esta como base física do progresso”(MARANHÃO 1963).

Concebendo esse discurso como a base de seu governo, propôs em sua gestão a reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura, que segundo ele, encontrava-se com uma estrutura primitiva e não satisfatória, de forma que já não atendia à crescente demanda exigida pelos serviços educacionais. Visando à eficiência, a Lei n°2335, de 13 de dezembro de 1963, reestruturou o órgão, ficando assim organizada:

- a) Gabinete;
- b) Assessoria Técnica;
- c) Assessoria Jurídica;
- d) Departamento de Educação;
- e) Departamento de Administração;
- f) Departamento de Cultura, funcionando como órgãos vinculados à mesma o Conselho Estadual de Educação e o Fundo Estadual do Ensino Primário. (MARANHÃO, 1964).

Outrossim, em 1963, foram criadas as Inspetorias Regionais de Ensino, com vistas ao controle e à fiscalização escolar, auscultando de perto as necessidades do complexo educacional de cada região escolar em que está dividido o estado, fornecendo aos órgãos responsáveis, a partir da experiência colhida *in loco*, as sugestões necessárias ao aperfeiçoamento geral do sistema (MARANHÃO, 1964).

Já o Serviço de Supervisão, que também foi criado em 1963, realizou o trabalho de supervisionar 90 escolas, 4.621 alunos e 192 professoras em uma área que abrangia os municípios de Axixá, Icatu, Morros, Paço do Lumiar, Ribamar, São Luís, Vargem Grande, Nina Rodrigues, Santa Quitéria, Magalhães de Almeida, São Bernardo, Matinha, Viana, Cururupu, Bacuri, Bacabal, Chapadinha, Urbano Santos e Mata Roma (MARANHÃO, 1964).

Observa-se nessa divisão a criação do Conselho Estadual de Educação, pela Lei n° 2.235, de 28 de dezembro de 1962, almejando “a redação final do Sistema Educacional de Ensino e a elaboração do currículo do Ensino Médio” (MARANHÃO, 1964, p. 48).

Sublinha-se, ainda, a criação da Comissão Executiva do Planejamento Educacional do Maranhão (CEPLEMA), por força do Decreto n° 2.490, de 27 de agosto de 1963, a quem incumbia orientar e coordenar a execução dos programas de formação, treinamento e

aperfeiçoamento de professoras primárias; executar programas de construção de salas de aula e de prédios para as unidades escolares; promover a aquisição e distribuição de material necessário à instalação e ao reequipamento das unidades escolares; e promover a alfabetização e educação de base a adolescentes e adultos (MARANHÃO, 1964).

Em 1963, iniciou-se a execução do Plano Trienal de Educação. Assim, foi recebida no exercício anterior a quantia de Cr\$ 115.692.769,00, que foi aplicada em empreendimentos como: construção de escolas integradas nos municípios de São João dos Patos, São Bento, Ribamar e São Luís (bairro do Sacavém e Angelim, interior da ilha); construção de grupos escolares em Lago do Junco e Mirinzal; e conservação, ampliação e equipamento de grupos escolares nos municípios de São Luís (escola integrada Eugênio Barros), Pirapemas, Caxias, Codó, Timon, Pinheiro Cururupu, Itapecuru Mirim, Turiaçu e São Benedito do Rio Preto (MARANHÃO, 1963).

O Fundo Estadual do Ensino Primário continuava a ser mantido, atendendo a demandas como: ajuda a material escolar livros didáticos; e prestação de auxílios a entidades privadas (MARANHÃO, 1964). O ensino primário, segundo o governador Newton Bello, recebia uma atenção especial, tendo em vista a importância que ele implicava, buscando, a partir do acordo MEC/ USAID e do Fundo do Ensino Primário, impulsioná-lo (MARANHÃO, 1964).

Não obstante, em 1966, o governador José Sarney definiu os índices do setor educacional como algo “constrangedor” (MARANHÃO, 1966, p. 39). Para ele,

No ensino primário, 58,1% das crianças de 7 a 14 anos deixam de ser atendidas. Enquanto nas zonas urbanas e suburbanas a taxa de escolarização é da ordem de 82, 1%, nas zonas rurais se reduz a 30, 9 %. Se for considerado que a população infantil da zona rural representa 78,4 % da população nesta faixa de idade, verificar-se-á um desproporcionado desequilíbrio no atendimento às necessidades de escolarização entre as zonas urbanas e rurais do Maranhão. (MARANHÃO, 1966, p. 39).

A falta de professores e a evasão escolar eram, para o governador, os maiores problemas. Além disso, o acordo entre estado do Maranhão e a USAID não havia provocado um grande desenvolvimento educacional. Em consonância com o governador José Sarney, “tal acordo, se cumprido, representaria extraordinário reforço no setor educacional do estado, entretanto, dele apenas resíduos podem ser apresentados” (MARANHÃO, 1966, p. 39). À vista disso, o Maranhão, de acordo com ele, havia perdido a oportunidade de resolver o problema educacional do estado com recursos externos.

Na acepção de Bombarda (2019), em seu artigo *A influência das agências internacionais no Brasil: os acordos MEC/USAID no contexto da ditadura militar de 1964*,

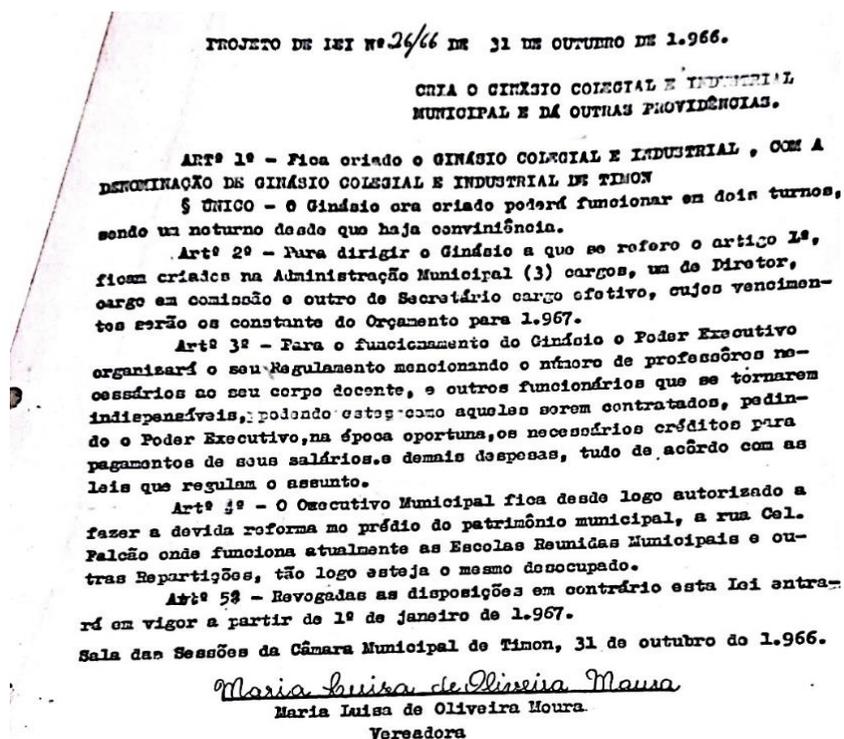
os acordos MEC/USAID tinham o objetivo de custear uma sucessão de transformações no setor educacional. Tais pactos acabaram por propiciar um cenário em que predominavam tendências privatizantes.

Nessa situação,

surgiram movimentos de resistência a esse processo de precarização da educação e do trabalho docente. Além da importante expressão sindical representada pelos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus, a categoria também se destacou pela sua importante participação no processo de democratização da sociedade brasileira que, desde 1964, vivia sob uma ditadura militar. (BOMBARDA, 2019, p. 249).

Pela análise da Tabela 18, percebe-se a tentativa de implantação município em Timon da oferta de ensino secundário, mediante um Ginásio Industrial, embora não se tenha encontrado documentação que comprove que ele chegou a ser instalado. Os indícios apontam para a não atuação do município como mantenedor desse nível de escolaridade, tendo esse um papel de coadjuvante. Contudo, encontramos o projeto de lei de número 26, de autoria da vereadora Maria Luisa de Oliveira Moura, datado de 31 de outubro de 1966 que criava e especificava as condições de organização geral desta escola, conforme podemos ver na figura 35.

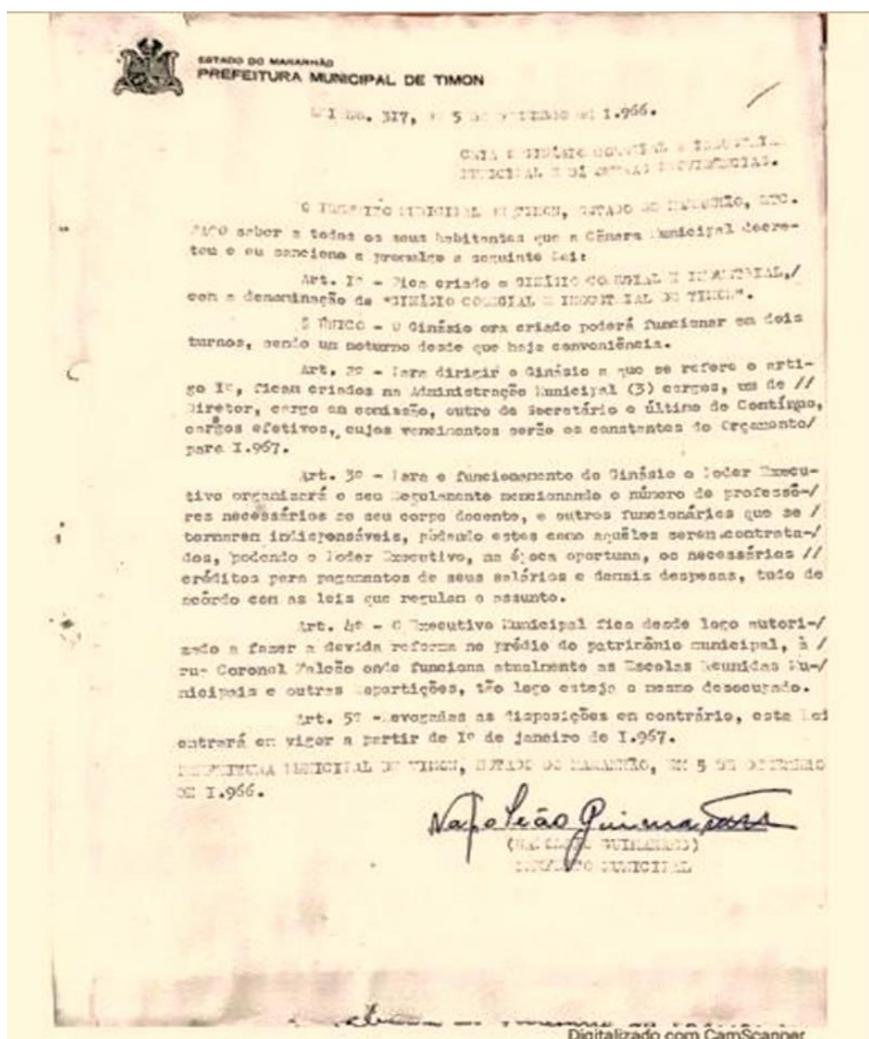
Figura 36 – Criação do Ginásio Colegial e industrial



Fonte: Timon(município). Projeto de Lei nº 26/66 de 31 de outubro de 1966. Trata da Criação do Ginásio Colegial e Industrial. Câmara Municipal de Timon

Maria Luiza de Oliveira Moura, autora do projeto que propõe a criação do Ginásio Industrial e Colegial, segundo Sousa (2005), concluiu o ensino primário na Escola Modelo, em Teresina. Em 1937, tornou-se professora na Escola Pés Descalços. Foi professora e diretora da Escola Urbano Martins, e em 1966, diretora da Escola Municipal Joé Sarney. Em 1965, foi eleita a primeira mulher vereadora de Timon, destacando-se por projetos como a construção do Estádio Miguel Lima e do Ginásio Colegial e Industrial. Também elaborou projetos voltados para a assistência da população mais carente de Timon. O projeto de lei foi aprovado por unanimidade e virou lei, como podemos ver na figura 36. Contudo, para além do projeto de lei e da lei, não encontramos indícios da instalação e funcionamento dessa escola a ser mantida pelo poder público municipal. Fica, porém, como em diversas outras municipalidades que inclusive chegaram a instalar suas escolas.

Figura 37 - Lei que cria o Ginásio Industrial



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Timon.

Como dito inicialmente, em alguns momentos, é necessário recuar ou mesmo ir além do recorte temporal escolhido (1943-1967) para perceber o papel desempenhado pela prefeitura de Timon na oferta de educação à população. Um fato que chamou a atenção foi que além de ceder terrenos ao estado para a construção de novos grupos escolares, foram ofertados prédios prontos.

Em entrevista concedida a José Élcio Coêlho de Sousa (2015), Napoleão Guimarães recordou que quando assumiu o primeiro mandato da prefeitura, em 1966, só havia oito salas de aula funcionando na zona urbana, em um único turno. Além disso, o número de professores era muito pequeno, o que fez com que ele inaugurasse mais oito salas – totalizando 16 –, funcionando pela manhã e tarde. Para o ex-prefeito, as coisas só melhoraram na cidade com o governo de José Sarney, principalmente devido ao fundo de participação dos municípios.

Verificou-se que em 1970, a prefeitura emprestou os Grupos Escolares de Duque de Caxias e Enoque Moura – situados, respectivamente, nos bairros Parque Piauí e São Benedito –, pertencentes ao patrimônio municipal, os quais ficaram sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura do Maranhão. Neles funcionariam dois novos grupos escolares estaduais (TIMON, 1970). A justificativa para isso estava no anteprojeto da Lei, que

justifica o presente projeto de lei, o equipamento para os grupos escolares acima referidos sair dos cofres do estado, como também a possibilidade do Executivo conseguir novos contratos ou admissões de professoras, oferecendo dessa maneira empregos para senhores e senhoritas que necessitam trabalhar e que sejam portadoras de Diplomas de Curso Normal. (TIMON, 1970).

No mesmo ano, o Grupo Escolar Senador Clodomir Millet, que era do município, também foi cedido ao estado (TIMON, 1970). O anteprojeto da Lei fundamentava essa ação dizendo

Senhores vereadores, a necessidade desta Lei, é dado o crescimento do bairro Parque Piauí surgirem novas crianças em período de idade para receberem alfabetização. Com a aprovação da lei já referida, conseguiremos contratos para novas professoras, como Sr. Secretário de Educação Cultura, conforme entendimentos anteriores que mantivessem com a citada autoridade; e que certo da colaboração dos ilustres vereadores, os meus agradecimentos antecipados. (TIMON, 1970).

O Ginásio Bandeirante também funcionou em local oferecido pela prefeitura (TIMON, 1968). A ideia era que essas escolas funcionassem nesses locais até que o estado

providenciasse a construção de seus prédios,<sup>51</sup> e que essas cessões trouxessem benefícios ao município, a exemplo de resolver o problema da falta de professores que se dispusessem a trabalhar nas escolas municipais. Então,

O Ginásio Bandeirante de Timon inicia suas atividades de modo intenso, proporcionando formação à juventude timonense e com padrões de exigências, não antes experimentados pelos alunos, como a racionalização cada vez maior do tempo escolar, onde para cada Disciplina apresentada na proposta curricular, é designada uma quantidade específica de hora aula. (SILVA, 2014, p. 92).

Nos orçamentos da Prefeitura de Timon, encontram-se gastos com a educação pública. Nota-se que com o passar dos anos, o que era investido em educação pública ia aumentando, embora em alguns anos, como visto no orçamento previsto para 1956, tenha sofrido algumas quedas. Ainda assim, em comparação com anos anteriores, o aumento era visível.

Tabela 19 – Gastos da Prefeitura de Timon com a educação pública

Ano	Instrução Primária
1949	52.000,00 previstos para 1950
1950	-
1951	57.000,00 previstos para 1952
1952	60.000,00 previstos para 1954
1953	80.00,400 previstos para 1954
1954	135.000 previstos para 1955
1955	115.500,00 previstos pra 1956
1956	192.600,00 previstos para 1957
1957	-
1958	289.000,00 previstos para 1959
1959	359.000,00 previstos para 1960
1960	-
1961	-
1962	-
1963	-
1964	-
1965	-
1966	2.248.000,00 previstos para 1967
1967	-

Fonte: TIMON (município). Leis da Câmara Municipal de Timon (2022)

Importante frisar que não se encontraram informações sobre todos os anos, e nesses orçamentos, os gastos com educação secundária aparecem timidamente a partir de 1970, o

<sup>51</sup> De acordo com o Art. 1º do Projeto de Lei nº 361, de 8 de março de 1968, “fica o poder executivo autorizado a ceder o prédio da antiga Prefeitura, pertencente ao patrimônio municipal, para funcionar um novo grupo escolar estadual, até que seja construído o seu prédio próprio.” MUNICÍPIO. **Projeto de lei nº 361, de 8 de março de 1968.** Autoriza o poder executivo a ceder o prédio da atual prefeitura para funcionar novo Grupo Escolar.

que comprova a dificuldade do município em oferecer aos seus habitantes esse nível de ensino, que será objeto do próximo tópico.

### 3.2 O ensino secundário e as dificuldades de prosseguir os estudos

Havia dificuldade de continuidade dos estudos por parte dos alunos, tanto que se apreendeu uma queda do número de matrículas para o número de conclusões, bem como do número de estudantes do ensino primário para o secundário.

Com o fim do Estado Novo, denotou-se o crescimento também do ensino secundário. É interessante que embora os números indiquem um aumento, não houve continuidade de um ensino para o outro. Além disso, no ensino superior, por exemplo, os números de matriculados chegaram até mesmo a decair entre 1937 e 1943,<sup>52</sup> consoante Beisiegel (1994, p. 313):

Esta organização do sistema escolar instituía duas barreiras, uma no plano vertical, na passagem do primário para o primeiro ciclo do nível médio, quando o exame de admissão surgia como um obstáculo real no acesso ao ensino secundário, e outra no plano horizontal, caracterizada pela separação entre os diferentes ramos do ensino de nível médio. Mantinha-se, pois o que já havia sido designado por Anísio Teixeira como o padrão dualista brasileiro. A legislação em vigor nas décadas de 40 e 50 preservava a antiga organização dualista do ensino, caracterizada pela coexistência de algo como dois sistemas paralelos de educação, um para o povo em geral e outro para as elites, o primeiro iniciado na escola primária e continuado depois nas escassas escolas profissionais de nível médio então existentes, e o segundo, igualmente iniciado na escola primária e continuado depois na escola secundária, organizada com a intenção de encaminhar sua clientela para as escolas superiores e para as posições mais privilegiadas na sociedade.

Em 1948, a Associação dos Alunos Secundários no Maranhão iniciou campanhas populares contra o aumento das taxas escolares nos colégios particulares. Chegaram até mesmo a redigir um memorial destinado ao ministro da educação, declarando que o ensino não era mera mercadoria. Os donos de colégio, por sua vez, argumentavam que esses

---

<sup>52</sup> De acordo com dados do relatório de Paulo Ramos, encaminhado ao Presidente da República, em 1943, os números indicavam o seguinte: o ensino primário contava com 11 grupos escolares, 51 escolas de curso elementar, 20 de curso complementar, na capital. No interior, eram 23 grupos, 151 escolas de curso elementar, 40 de curso complementar. Custeados pelo município: 7 grupos escolares, 7 escolas isoladas, 6 agrupadas na capital, 6 grupos escolares e 568 escolas de curso elementar, no interior. Exerciam atividades nesses estabelecimentos de ensino: 458 professores estaduais, 645 municipais. A matrícula geral estadual era de: 15.515, municipal: 24.033. A matrícula efetiva estadual: 13.347, municipal: 21.629. A frequência média nas escolas estaduais era de 10.220 e na municipal de 14.863. Havia um total de 39.548 alunos matriculados na rede pública de ensino, destes, 34.976 frequentavam regularmente. Nas escolas particulares, 6985 alunos estavam inscritos. Na escola de professor primário, estavam matriculadas 28 alunas (9 na 1ª série e 19 na 2ª série), para ingresso, era exigido certificado de curso ginásial. No Colégio Estadual, estavam matriculados 398 alunos.

aumentos se davam por conta do aumento dos salários dos professores, mas o Sindicato dos Professores emitiu uma declaração desistindo dos possíveis aumentos, se isso implicasse redução das taxas escolares para os alunos (O ENSINO..., 1948, p. 7).

Contribuindo com essa discussão, Pinto (1982, p. 96) declara que até 1965, todos os governadores maranhenses estavam sob a autoridade de Vitorino Freire, e por conta disso, “seria difícil separar na análise do panorama educacional maranhense, a ação de cada um dos governantes, a partir de 1945, já que até a ascensão de Sarney em 1956, a liderança política do Estado fora comandada pelo Velho Cacique.”

Predominava uma política clientelista em todos os campos, e com a educação não foi diferente: “a construção de escolas, a nomeação de pessoas para cargos do magistério, a liberação de verbas para o poder local, dependem da força política dos controladores do poder” (PINTO, 1982, p. 98).

Ainda de acordo com a supracitada autora, “as modificações havidas e inovações introduzidas decorriam das diretrizes advindas dos Projetos do Ministério de Educação e Cultura e traçadas para todo o país” (PINTO, 1982, p. 97).

Como exemplo disso, tem-se o Decreto n° 395, de 26 de agosto de 1946, e o Decreto n° 397, de 30 de agosto de 1946. Ambos davam nova estrutura ao sistema de ensino primário e ao sistema de ensino normal, respectivamente. Este passaria a funcionar de acordo com orientações do Decreto-Lei Federal n° 8.530, de 21 de janeiro de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Normal).

Para aqueles que, em Timon, quisessem continuar os estudos pós-primário, as opções eram Caxias, Teresina ou outros estados. Pela proximidade com a capital do Piauí, muitos alunos acabavam dirigindo-se às escolas lá existentes. Contudo, o ensino secundário não crescia na mesma proporção que o ensino primário.

Na acepção de Costa (2012, p. 102),

o ensino secundário, desde a sua gênese não esteve destinado a atender às classes populares, mas aos filhos da elite, sendo o responsável por encaminhá-los para as profissões liberais mais valorizadas da sociedade; somente ele dava acesso à universidade, tornando este nível de ensino elitista, pois nele imperavam privilégios e princípios bastante discriminatórios. Tais princípios norteadores estiveram evidenciados na própria legislação educacional, desde a Reforma de Francisco Campos (1931), sendo reforçada pela Reforma Capanema, mediante o Decreto-Lei n° 4.244, de 9 de abril de 1942 [...]

O ensino secundário no Maranhão divide-se em duas fases:

a primeira tem como marco inicial o ano de 1838, quando da criação do Liceu, até 1889, quando da Proclamação da República. A segunda fase tem início quando da aprovação do Decreto-Lei n.º 4244, de 9 de abril de 1942, e marco final o ano de

1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (CASTRO, CASTELLANOS, p.92, 2021)

Em 1948, dois estabelecimentos de ensino eram mantidos pelo estado: o Colégio Estadual (antigo Liceu Maranhense) e o Ginásio Feminino (MARANHÃO, 1948). Além dos estabelecimentos oficiais, funcionavam na capital os seguintes institutos de ensino secundário: Colégio São Luís; Ginásio Rosa Castro; Ateneu Teixeira Mendes;<sup>53</sup> Colégio Santa Tereza; Ginásio Maranhense.

No interior, funcionavam o Ginásio Caxiense e o Ginásio Carolinense (MARANHÃO, 1948). O único estabelecimento que oferecia ensino profissional era a Escola Normal. Em 1947, 56 alunas haviam frequentado esse estabelecimento e apenas quatro, concluído o curso, o que, segundo o governador Sebastião Archer, deixava claro o desinteresse pelo diploma de professor primário, já que a profissão não oferecia muitas vantagens e porque na época havia a imposição legal de iniciar a carreira de normalista nas escolas do interior (MARANHÃO, 1948).

Em 1949, o Colégio Estadual funcionava como estabelecimento misto, de curso ginásial clássico e científico. No mesmo prédio, funcionava um Ginásio Noturno (MARANHÃO, 1949): “até 1956, o Ensino Secundário (ginásial e colegial) em todo o Estado era ministrado através de 198 cursos, a maior parte dos quais de âmbito particular (132), distribuídos em 107 Cursos Ginásiais, 23 Ginásiais/Colegiais e 34 somente Colegiais” (CASTRO; CASTELLANOS, 2021, p. 95).

José Mattos de Carvalho ressaltava que

---

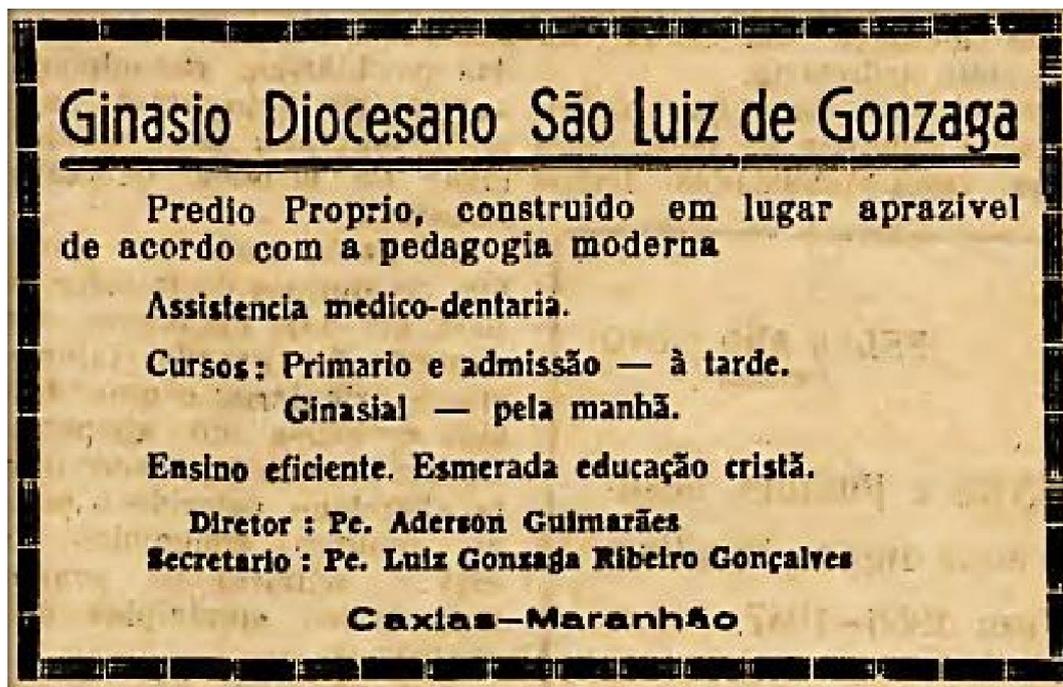
<sup>53</sup> Sobre a criação e o funcionamento do Ginásio Ateneu Teixeira Mendes, o Jornal O Irapuru dá algumas pistas: “A 25 de outubro de 1931, os professores Francisco Solano de Oliveira Rodrigues, Lauro Pastor de Almeida e Milton Paraiso, viram concretizado o seu sonho de intelectuais vontadosos, dispostos a por os seus serviços em prol da mocidade: fundação de um estabelecimento de ensino primário e secundário que recebeu a denominação de Ateneu “Teixeira Mendes”. Em 4 de novembro do mesmo ano, foi o Ateneu definitivamente instalado, funcionando no prédio 190, da Rua Rio Branco. Em o ano seguinte, os seus diretores conseguiram-lhe inspeção preliminar, sendo o seu primeiro inspetor federal o Dr. Lafayette Mendonça, hoje diretor do Ginásio Caxiense. Visando sempre a educação moral e cívica dos seus alunos, o Ateneu, nas pessoas dos seus diretores, não mediu sacrifícios para se apresentar de modo a satisfazer às exigências do ensino moderno, por isso que, podemos afirmar ser o único estabelecimento particular de ensino, no Maranhão, que possui ótimos gabinetes de Física, Química, História, Natural, Estrologia, Radiologia, Geografia, bem como a melhor Biblioteca, dos quais apresentamos algumas fotografias, além de vistas geris do estabelecimento. De tal modo desenvolveu-se a boa reputação do Ateneu, que mais tarde os seus diretores tiveram que criar um internato, dado o número de pais residentes no interior que vinham confiar os seus filhos aos orientadores da mocidade. Da tenacidade e perseverança da diretoria, consciente dos seus deveres para com a mocidade estudiosa, são provas inofismáveis às turmas de alunos que tem enviado às Academias Superiores do País, onde tem sabido resultar o nome glorioso do Ateneu [...]” (GINÁSIO Teixeira Mendes. São Luiz, Maranhão, 4 nov. 1946, ano I, n. 3, p.1, 7).

um dos problemas de capital importância no setor de ensino médio, e o da insuficiência de estabelecimentos de ensino para atender ao avultado e sempre crescente número de alunos que ocorrem, anualmente, a matrícula no curso secundário, não encontrando, muitos deles, vagas nos colégios, com graves prejuízos para os seus estudos. Desejoso de dar maiores possibilidades ao estudante maranhense, meu Governo vem atacando tenazmente esse momentoso problema, para cuja solução, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos tem prestado valioso auxílio. (MARANHÃO, 1958, p.72).

Dentre as investidas para solucionar o problema relacionado à oferta de vagas no ensino secundário, estava a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, por meio da qual se firmou um convênio com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, que era responsável por proporcionar assistência técnica aos municípios de todo o País e visava a instalar um ginásio em cada município brasileiro de forma gratuita – desde a matrícula até o diploma, fortalecendo o desenvolvimento do ensino e da cultura da juventude brasileira, impulsionando o ensino secundário (CAMPANHA..., 1957, p. 10).

Nos jornais que circulavam em Timon, observam-se propagandas de escolas caxienses e teresinenses, principalmente o Colégio e Escola Técnica de Comércio São Francisco de Sales, e o Ginásio Desembargador Antônio Costa, que faziam grande divulgação.

Figura 38 – Propaganda do Ginásio Desembargador Luís Gonzaga, em Caxias



Fonte:GINÁSIO..., Jornal Correio de Timon (1956, p. 21).

O Ginásio Desembargador Antônio Costa chegou a ser objeto de projeto na Câmara

Municipal de Timon, tendo em vista os serviços prestados aos jovens que lá estudavam. O projeto de autoria do vereador Lauriano Rodrigues Matos propunha, por ofício, que fosse enviada uma monção de apreço e reconhecimento do povo timonense pelo meritório e dedicado trabalho de Melo e Domicio Magalhães, fundadores e diretores do Ginásio Desembargador Antonio Costa (TIMON, 1958).

Figura 39 – Propaganda do Colégio e Escola Técnica de Comércio São Francisco de Sales

**Colégio e Escola Técnica de Comércio  
«São Francisco de Sales»**

**Matricule seu filho**

**- N O -**

**Colégio São Francisco de Sales**

**1906 — 1956**

De propriedade da Arquidiocese de Teresina para Educação Cristã da Mocidade Masculina, é o Colégio particular mais antigo na Capital e com nome firmado em todo o Brasil.

Inspecção Federal permanente pelo Decreto-Lei 18.295 de 5 de Abril de 1945.

**Internato — Semi-internato — Externato**

Com disciplina, ordem, e vontade de bem servir, eis como a Diretoria abre as portas do **Colégio São Francisco de Sales** para todos os Pais de Família que desejarem instrução e Educação de seus Filhos.

**CURSOS:** 1. **Primário** — à tarde (matrícula aberta durante o ano)  
2. **Admissão ao Ginásio** -- à tarde e à noite  
3. **Ginasial** — pela manhã e à noite  
4. **Científico** — à noite  
5. **Comercial** — à noite

**DIRETOR** — *Pe. Deusdedit Craveiro de Melo.*  
**VICE-DIRETOR** — *Pe. Francisco das Chagas Carvalho*  
**PROFESORES** — Escolhidos e registrados no Departamento Nacional de Educação  
**INSPETORES FEDERAIS:** *Profs. — James da Costa Azevedo e Leônidas Amaral de Seixas.*  
**MÉDICO** — *Dr. Durvalino Couto*  
**INFORMAÇÕES** — Praça Saraiva 363-S  
**TELEFONE** 544  
**ENDEREÇO TELEGRÁFICO** — «*Diocesano*»

**TERESINA — PIAUÍ — BRASIL**

Fonte: COLÉGIO....Jornal Correio de Timon (1956).

Em 1956, um sopro de esperança surgiu para as famílias timonenses: a notícia da inauguração de uma sede do Ginásio Desembargador Antonio Costa em Timon. A ideia era

manter todos os cursos, desde o pré-primário até a última série. A notícia, de última mão, trazida pelo Correio de Timon, foi recebida de forma positiva. O ensino secundário de Timon era inexistente, daí porque Melo Magalhães manifestou em entrevista:

Efetivamente temos a ideia de fundar, ainda este ano um ginásio na vizinha cidade de Timon, a fim de melhor servir-se aquela população quanto à instrução e educação de moços. Neste particular já temos uma área de 1.600 metros quadrados, aproximadamente, situado em uma das principais artérias da cidade, a Rua Magalhães Almeida. Precisamente 19 de junho próximo daremos início à construção do prédio, com o lançamento da pedra fundamental do suntuoso edifício que faremos construir. A planta do mesmo foi traçada por competente engenheiro e obedece às exigências regulamentares da Pedagogia Moderna. “É bem interessante para nós e bem significativa – continua falando o Dr. Melo Magalhães, essa data: DEZENOVE DE JUNHO.

- Tal esclarecimento nos foi dado em atenção à nossa curiosidade pelo motivo da escolha dessa Data. Julgávamos de início tratar-se de alguma efemeríade municipal, porém, tal impressão se desfez em face do que nos expoz o Dr. Melo Magalhães. Com o advento da Revolução de 1930, nossos horizontes se abriram ao progresso do país. [...]. (ALVIRAÇAS. , 1956, p. 4).

Os irmãos Magalhães desejavam fundar um ginásio em Timon, e tinham razões para isso, pois mantinham estreita ligação com o município. A família Magalhães Filho morava na cidade de Piracuruca. O patriarca, advogado Dr. Joaquim Rodrigues Magalhães Filho, ocupou o cargo de Tabelião Público por treze anos, mas por conta de desavenças políticas, foi demitido do cargo, fato que o deixou bastante abalado. Por isso, abandonou sua terra natal e foi morar em Timon, com a esposa e dois filhos. Estes foram matriculados em educandários da cidade e concluíram os estudos na capital, São Luís, onde estudaram Ciências Jurídicas e Sociais (ALVIRAÇAS À MOCIDADE. , 1956, p. 4).

Voltando a Timon, fundaram, em Teresina, o Ginásio Desembargador Antônio Costa. Desejaram abrir uma sede em Timon, mas não foi encontrado qualquer documento que permita afirmar que esse desejo se concretizou.

Figura 40 – Propaganda Ginásio Desembargador Antônio Costa

**GINÁSIO «DES. ANTÔNIO COSTA»**  
 (Reconhecido pelo governo Federal)  
 Rua Felix Pacheco' (antiga S. José), 1589 — Prédio Próprio  
**TERESINA — PIAUÍ**  
 Diretores — Profs. Drs. Melo Magalhães e Domicio Magalhães  
 Secretário — Prof. R. Magalhães Filho

---

**CURSOS:** — GINASIAL, ADMISSÃO ao Ginásio e à Escola Industrial, e PRIMÁRIO

Todos os cursos funcionam nos turnos da manhã e da tarde. Ensino eficiente, já comprovado com a ESTATÍSTICA de aprovação nos exames realizados no Colégio Estadual, Escola Normal e Escola Industrial, onde os alunos do **GINÁSIO «DES. ANTONIO COSTA»** sempre conseguiram colcar-se em todos os primeiros lugares -- na classificação das notas e constituem NOVENTA POR CENTO DOS ALUNOS APROVADOS NAQUELAS CASAS DE ENSINO

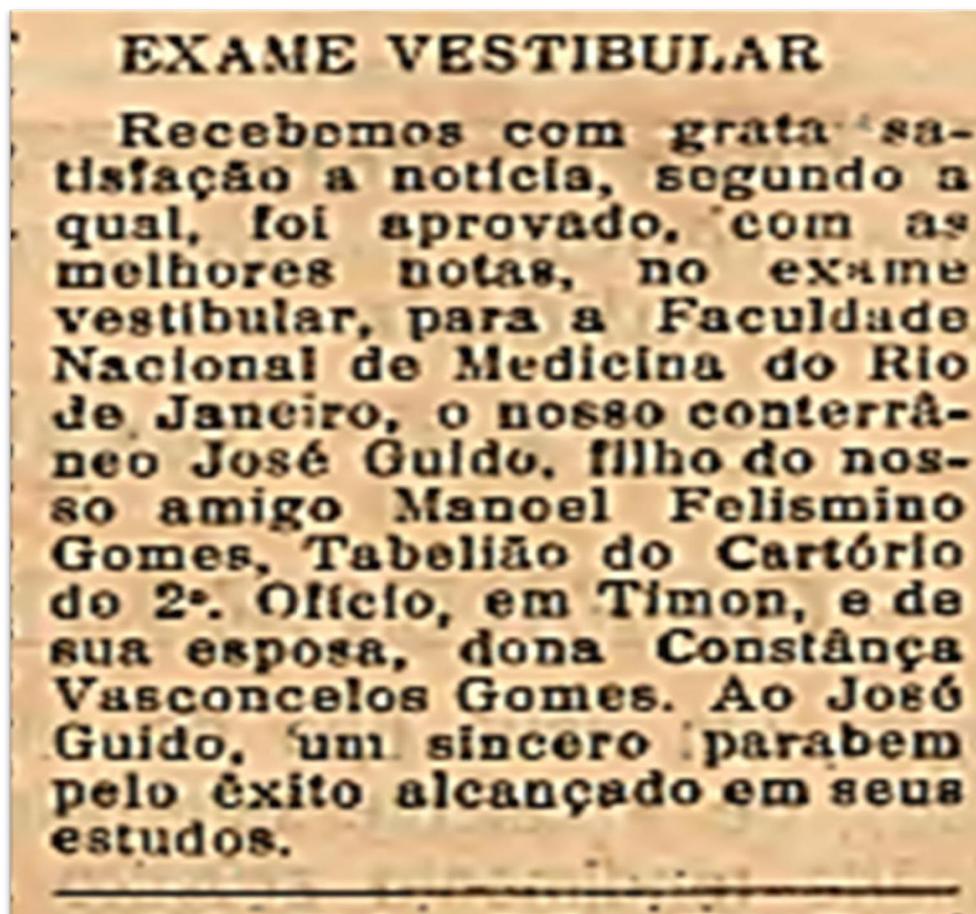
**GINÁSIO «DES. ANTONIO COSTA»** é o estabelecimento que ensina o moço a amar a Deus, ao Trabalho e à Cultura, através do exemplo edificante dos seus Diretores.

**ACEITAM-SE TRANSFERÊNCIAS**

Fonte: GINÁSIO..., Jornal Correio de Timon (1956, p. 3).

Para admissão em colégios oficiais, muitos alunos se preparavam no Ginásio Desembargador Antônio Costa. A maioria dos candidatos que lá faziam cursos preparatórios acabavam aprovados em escolas como Colégio Estadual, Escola Normal e Escola Industrial. Em 1948, das duzentas alunas que se submeteram ao exame de admissão da Escola Normal Antonino Freire, apenas cinquenta e uma conseguiram ser aprovadas; destas, trinta e duas eram alunas do Ginásio. Em 1952, os quatro únicos candidatos aprovados no Colégio Estadual eram do Ginásio Desembargador Antônio Costa (Ginásio DES..., O DIA, 1952, p. 3).

Figura 41 – Aprovado em medicina



Fonte: EXAME..., Jornal Correio de Timon (1956, p. 1).

As famílias que contavam com melhores condições financeiras mandavam os filhos para estudar fora. As aprovações em exames de faculdades e escolas de outros estados eram comemoradas e divulgadas.

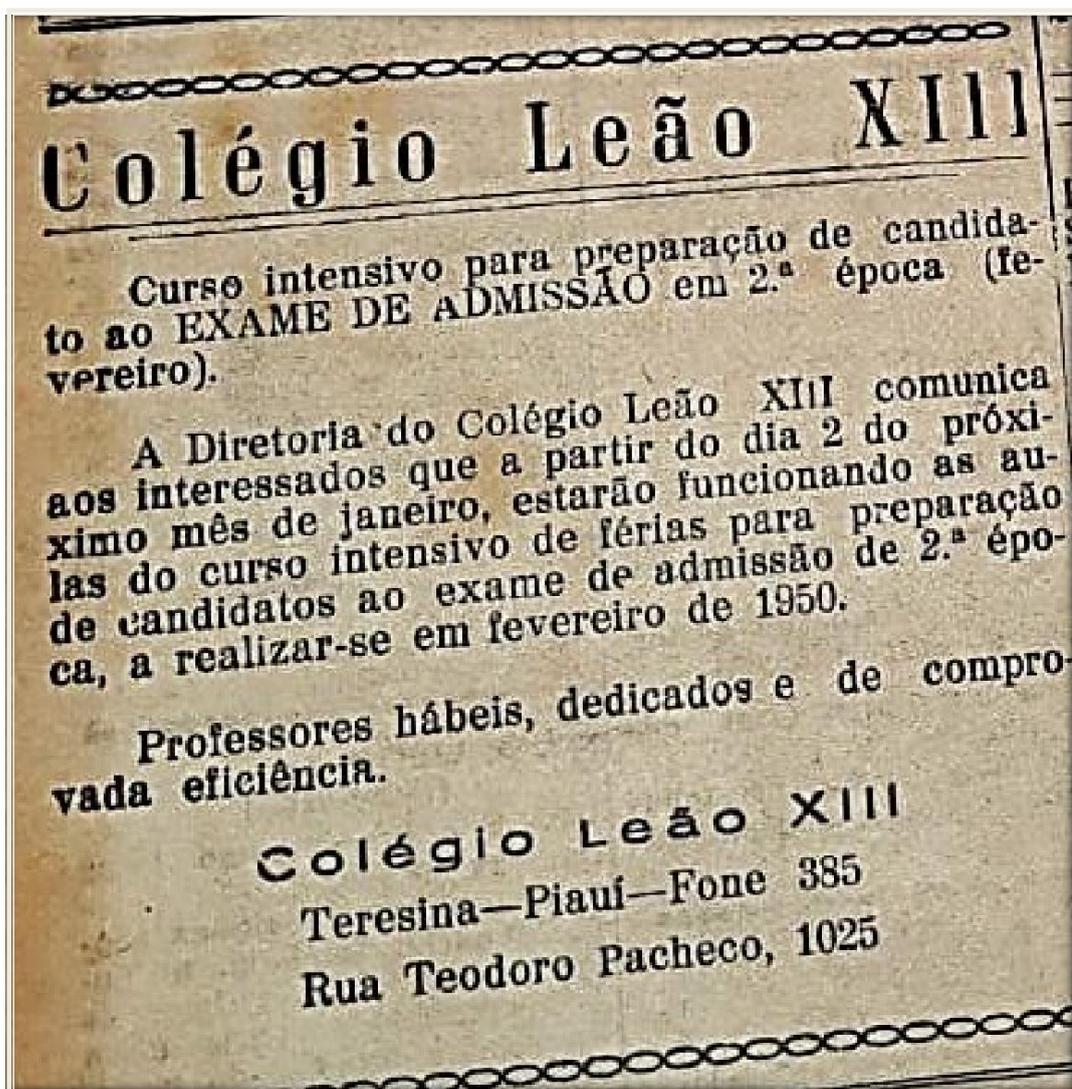
A propósito, A3 conta que

estudava naquela época quem tinha condição também, porque os pais quando os \ terminavam o curso médio não ficava em Timon, eles iam pra Fortaleza, iam pra Recife, outros pra o Rio de Janeiro. Eles não ficavam em Timon. Terminou o segundo grau, iam pra fora, iam fazer vestibular pra lá, estudar, quem tinha condição e quem não tinha não fazia nada, tá entendendo? Ficava [...] a única coisa boa que tinha pra quem não era [...] pra quem não tinha condição era estudar na Escola Norma, que era a escola que nos dava o curso pedagógico, tá entendendo? Que facilitava também quando terminava e através da política você conseguia uma colocação. Era a Escola Normal de Teresina, tudo era em Teresina, nada de Timon. Em Timon só tinha mesmo os colégios, era o Urbano Santos, depois tivemos o Padre Delfino, depois tivemos Sarney, aí depois veio o Aluizio de Azevedo, aí foi aumentando. Eu frequentei o Urbano Santos de 1957, 1958, 1959 e 1960 eu fui pra Teresina fazer o exame de admissão. Nessa época a gente fazia, tinha quinto ano, aí fui estudar pra fazer o exame de admissão no Ginásio Leão Treze, que era uma escola particular, saí da escola pública e fui para o Ginásio Leão Treze, fui fazer a

primeira série, em 1960. (informação verbal).<sup>54</sup>

Alguns colégios faziam preparatórios para exames de admissão – o Colégio Leão XIII, citado pela entrevistada A3 era um deles.

Figura 42 – Ginásio Leão XIII



Fonte: COLÉGIO..., Jornal Resistência (1950).

Tais aulas não eram gratuitas, então, para aqueles que não tinham como pagar os cursinhos preparatórios, era uma realidade distante. Em 1960, o estado havia instalado dez ginásios, em colaboração com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Além disso, agraciava anualmente os colégios particulares com verba pública (MARANHÃO, 1960).

<sup>54</sup> A2. Entrevista. 2022.

Insatisfeitos com os problemas enfrentados para cursar o ensino secundário, estudantes mobilizaram-se e deram início ao movimento grevista dos estudantes do ensino secundário. Tratava-se de um movimento nacional que visava à redução das taxas de matrículas e anuidades escolares para o ano letivo de 1960, tendo em vista a existência de reajuste sem autorização do Ministério da Educação. No Maranhão, o movimento foi liderado pela União Maranhense de Estudantes Secundários, que recebia orientações da União Brasileira de Estudantes Secundários. A União Maranhense chegou a solicitar apoio de outras classes sindicais, e faziam públicas suas exigências por meio dos jornais (VEEMENTE PROTESTO ESTUDANTIL..., 1960, p. 7).

Acreditava-se que os aumentos se deviam ao fato de que como eram poucos os estabelecimentos que ofereciam ensino secundário de forma gratuita, muitas pessoas tinham de procurar o ensino privado. Aproveitando-se de tal situação as mensalidades sofriam aumentos exorbitantes, tornando o ensino elitista, disponível apenas para uma minoria.

Com o apoio de diversos setores sociais, os estudantes acabaram logrando êxito em seus protestos, levando os donos de escolas particulares a manterem as mensalidades de 1959 sem o reajuste proposto para 1960 (A GREVE SOMENTE..., 1960, p. 5).

Em 1967, o governador Sarney dizia em mensagem legislativa que “o Estado, mediante convênios com Ginásios particulares e do CNEG, estendeu a gratuidade do ensino médio a 11 municípios, assumindo a responsabilidade total das despesas” (MARANHÃO, 1967, p. 37). E previa, mediante investimentos do governo, um salto no número de matrículas no ensino médio, em comparativo com os dois anos anteriores.

Figura 43 – Matrículas do ensino médio em 1965 e 1966, e previsão de matrícula para 1967

MATRÍCULAS NOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO (Oficial)					
1965 — 1966					
1.º CICLO			2.º C I C L O		
ANO	TOTAL				
		Ginasial	TOTAL	Normal	Científico
1965	4.867	2.597	1.784	486	1.298
1966	8.049	6.352	1.697	737	960
1967 *	15.200	13.000	2.200	900	1.300

\* Previsão

Fonte: MARANHÃO (estado). Mensagem Legislativa (1967).

Figura 44 – Caxias pede Ginásio

JORNAL DO MARANHÃO • 3/4/66 • Página

# Caxias Pede Ginásio

## Apêlo da Mocidade ao Governador

ANTONIO M. S. CABRAL

Caxias, a Princesa do Serro, está crescendo. Há em todos os setores, uma sensível transformação. É o progresso que chega, representado pela mão de um homem, enérgico e honesto — o prefeito Atulsio Lôbo.

As moças e os rapazes de Caxias, têm seus olhos voltados para o futuro. Eles sabem que precisam ajudar. Mas, ajudar como?

Sim, ajudar como, se não há em Caxias sequer um ginásio estadual? Como colaborar, se apesar do amor aos livros e afecção aos problemas de sua cidade, seus pais não possuem condição econômica para suportarem os altos preços dos ginásios particulares?

Senhor Governador! A juventude de Caxias, precisa estudar, pois é somente através do estudo, do aperfeiçoamento da cultura, da formação de um caráter íntegro, é que se pode ser útil à Nação. Somente estudando, é que se pode ser um dia, um Governador honrado e sensível aos problemas de todos, assim como o senhor Governador, que teve a felicidade de poder estudar!

Dê um ginásio para Caxias, e verá, senhor Governador, que efêmera não será a gratidão que brotará de milhares de peitos jovens!

JM

Liturgia

## Domingo de Ramos

A SEMANA SANTA

Começamos a Semana Santa, durante a qual a Igreja celebra os santos Mistérios de nossa Redenção. É ela...

Fonte: CAXIAS...,Jornal do Maranhão (1966, p. 5).

Como se visualiza na Figura 43, havia um clamor para que mais fosse feito em prol da educação, de modo que mais pessoas pudessem ser alcançadas pelos benefícios de uma instrução pública e de qualidade, pois apesar das medidas adotadas, elas não pareciam alcançar os mais humildes, que acabaram, em muitos casos, desistindo de estudar.

Contudo, a população buscava seus direitos. Observa-se que muitas vezes, governadores e prefeitos encontraram-se pressionados por uma sociedade que ansiava por instrução gratuita, de qualidade; por pessoas que queriam que a promessa de mais educação e a ideia de progresso por meio de instrução fosse muito mais que discursos políticos.

No período estudado, o poder público municipal de Timon concentrou-se no oferecimento do ensino primário e na cooperação com o estado para ampliar o número de escolas no município, sem investimentos no ensino secundário.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender como ocorreu a constituição da rede escolar mantida pelo poder público municipal de Timon, município localizado no estado do Maranhão, do período de 1943, para tanto, primeiramente apresentamos um histórico a cidade de Timon entre os anos de 1943 a 1967.

As fontes e leituras envidadas para os fins desta pesquisa permitiram entender mais sobre a educação timonense. Mais que isso: foi possível perceber como fatores econômicos, sociais, culturais, políticos impactaram-na direta ou indiretamente. A entrevistas com moradores, professoras, alunos que vivenciaram esse período também foram importantes, mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, entre elas o fato dos entrevistados serem idosos, conseguimos realizá-las, seguindo todas as orientações do Ministério da Saúde, como uso de máscara, distanciamento, uso do álcool, ainda assim foi muito difícil, pois muitos dos colaboradores estavam a muito tempo em isolamento, queriam uma maior proximidade e até mesmo não entendiam o porquê da distância no momento da entrevista. Mas não deixaram de ser momento enriquecedores, onde pudemos perceber como as lembranças de infância, da escola, do trabalho continuavam vivas na memória dessas pessoas.

No capítulo 2 apresentamos dados sobre Timon atualmente, seus aspectos fisiológicos, as pontes que a ligam a Teresina, mudança de nome de Flores para Timon, sua posição no estado do Maranhão, as divisas, a zona em que se encontrava, população, saúde, economia, administração, surgimento dos primeiros bairros e organização da área urbana e rural, a religiosidade do povo timonense, bem como seu lazer.

Se até hoje Timon possui dependência dos serviços oferecidos por Teresina, antes isso ainda era mais gritante, porquanto o município esteve ligado à Teresina desde que ela passou a ser capital do Piauí.

Esta investigação desvelou que Timon não estava alheio ao que acontecia no Maranhão e no Brasil, e tentava acompanhar as tendências predominantes. Entrementes, por muitas vezes, os interesses políticos de grupos dominantes foram colocados à frente das necessidades da população, que carecia de saneamento básico, moradia adequada e educação de qualidade. Amíúde, os projetos que visavam a atender a tais demandas foram descartados, sob a justificativa de que faltavam verbas ou que não era algo interessante para o município naquele momento.

Apesar dos projetos sociais desenvolvidos pela Igreja Católica, representada pela

figura do Padre Delfino, não era suficiente para todas as necessidades exigidas por uma população que crescia, e que a cada ano, saía cada vez mais do campo para buscar melhores condições de vida na zona urbana.

Observou-se ao longo período estabelecido como recorte temporal deste estudo, a ampliação da oferta do ensino primário e maior atuação municipal para a expansão desse ensino, fato que não ocorreu com o ensino secundário, por exemplo.

No capítulo 3 verificamos que a educação entre os anos de 1943 e 1967, em Timon, também foi vista como instrumento de transformação e modernização, mas encontrava limitações em virtude da falta de investimento e de ações efetivas pra que os filhos da classe trabalhadora prosseguissem nos estudos.

Por sinal, tratava-se de uma educação excludente e elitista que beneficiava poucos, pois havia aqueles que iniciavam o trabalho muito cedo, mas estado e município ainda não dispunham de meios suficientes para fazer essas crianças permanecerem na escola sem ter de se preocupar com a manutenção de casa. Nessa conjuntura, muitos dos incentivos que eram oferecidos nas leis não saíram do papel, ou seja, não foram colocados em prática.

Pelas falas dos entrevistados e pelos documentos analisados, as dificuldades não estavam só no âmbito da infraestrutura e da saúde, mas também na esfera educacional, ou seja, todos os setores careciam de recurso.

Em nome de uma disputa política, muitas vezes, os números mascaravam a verdadeira realidade. Estado e município pareciam, frequentemente, travar uma briga silenciosa atinente às suas atribuições, o que acabava prejudicando a população, que pelas notícias de jornais, não sabia a quem recorrer no pedido por melhores condições de vida.

Ainda assim não podemos deixar de ressaltar como a ação municipal foi significativa no processo de expansão da rede escolar, no combate ao analfabetismo. Na busca por uma população educada, que resultasse em um país moderno os municípios foram fundamentais. Observamos como o município de Timon expandiu sua rede escolar, pela zona urbana, pela zona rural, embora constituindo escolas precárias na sua materiedade, representou uma oportunidade de escolarização para a população.

Foi possível evidenciar pela documentação examinada, que algumas nomenclaturas surgiam ou desapareciam, dependendo da época ou mesmo do grupo que estava no poder. Às vezes, a estrutura da escola permanecia a mesma, mas deixava de ser chamada *isolada* e passava a se denominar *agrupada* ou mesmo *reunida*, porque passava a ideia de modernidade.

Para além disso, vislumbrou-se o descaso com a memória e com as fontes documentais, além da burocracia em alguns órgãos públicos do município de Timon, que tornaram a construção desta pesquisa desafiadora.

Pessoalmente a realização deste trabalho foi algo muito significativo. Filha de trabalhadores rurais, sempre vi nos estudos, na educação o meio de realizar meus sonhos. Meus pais, que infelizmente não puderam chegar ao ensino superior, puderam ver quatro, de seus cinco filhos, ingressar em universidades públicas e nelas permanecerem graças a programas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), que foi criado em 2007 pelo Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de “inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, oportunizando espaços para criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes” (STENZLER, 2017, p. 4)

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ARAÚJO, Gilda Cardoso dos Santos. **Município, federação e educação: história das instituições e das idéias políticas no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BARBOSA, Everton Vieira. Entre métodos e práticas: as fontes históricas aplicadas à moda como objeto de pesquisa. **Ensinarmode**, v. 3, n. 3, p. 27-43, Florianópolis, out. 2019/jan. 2020. Disponível em:  
<https://www.revistas.udesc.br/index.php/ensinarmode/article/download/15917/10561/55630>.
- BARROS, José D' Assunção. A Escola dos Annales: considerações sobre a História do Movimento. **Revista História em Reflexão**, Dourados: UFGD, v. 4, n. 8, jul./dez. 2010. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Jose-Barros28/publication/321016828\\_Escola\\_dos\\_Anales\\_consideracoes\\_sobre\\_a\\_Historia\\_do\\_Movimento\\_1/links/5a07ecffaca272ed279e6bdd/Escola-dos-Annales-consideracoes-sobre-a-Historia-do-Movimento-1.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Jose-Barros28/publication/321016828_Escola_dos_Anales_consideracoes_sobre_a_Historia_do_Movimento_1/links/5a07ecffaca272ed279e6bdd/Escola-dos-Annales-consideracoes-sobre-a-Historia-do-Movimento-1.pdf).
- BARROS, José D' Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005. Disponível em: ([usp.br](http://usp.br))
- BARROS, José D' Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
- BARROS, José D' Assunção. História política: da expansão conceitual às novas conexões intradisciplinares. **OPIS**, Catalão, v. 12, n. 1, p. 29-55, jan./jun. 2012. Disponível em: História política: da expansão conceitual às novas conexões intradisciplinares DOI 10.5216/o.v12i1.17338 | OPIS ([ufcat.edu.br](http://ufcat.edu.br))
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Cultura do povo e educação popular. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 5, n. 1, 2, p. 77-92, 1979. Disponível em: Cultura do povo e educação popular ([fcc.org.br](http://fcc.org.br))
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e sociedade no Brasil após 1930. *In*: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano**. Economia e Cultura (1930- 1964). 2. ed. São Paulo: Betrand Brasil, [1994]. v. 4., t. 3.
- BOMBARDA, Alex Ricardo. A influência das agências internacionais no Brasil: os acordos MEC/USAID no contexto da ditadura militar de 1964. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 12, n. 3, set./dez. 2019. Disponível em:  
<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/12411/6868>.
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista brasileira de história da educação**, n. 10, jul./dez. 2005.

Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38652/20183>.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidades e urbanismo. Uma possível análise historiográfica. **Hist. e Soc.**, Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p. 21-50, 2009.

CABRAL, Gustavo César Machado. Federalismo, autoridade e desenvolvimento no Estado Novo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 48, n. 189, jan./mar. 2011.

Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242865/000910797.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

CARVALHO, Eder Aparecido de. PSD, UDN E PTB, os três grandes partidos da Terceira República. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano. 1, ed. 1, fev. 2007. Disponível em: PSD, UDN e PTB, os três grandes partidos da Ter... (tse.jus.br)

CASTRO, César Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luís Velázquez. O ensino secundário no estado do Maranhão (1940 -1968). *In*: PESSANHA, Eurize Caldas; SILVA, Fabiany de Cássia Tavares (org.). **Implantação e expansão regional do ensino secundário brasileiro**. Campo Grande, MS: Ed. Oeste, 2021. v. 1.

CAVALCANTE, Ilane Ferreira. A vida feminina nos anos de chumbo: representações femininas no Brasil nos anos 60 e 70. **Revista Científica das Escolas de Comunicação e Artes e Educação**, ano 1, n. 1, dez. 2011/maio 2012. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/268081851.pdf>.

CELLAD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean- Pierre; GROULX, Lionel- H; LAPERRIÉRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. **A pesquisa qualitativa- enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COSTA, Aryana. História local. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; DE OLIVEIRA, Margarida Dias (coord.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

CRUZ, Mariléia dos Santos. História da expansão escolar no território de IMPERATRIZ (1864- 1970). **Revista Outros Tempos: Pesquisa em Foco - História**, v. 1, n. 15, 2013. <https://doi.org/10.18817/ot.v10i15.253>

CURY, Carlos Roberto Jamil. Financiamento da educação brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 1217-1252, out./dez. 2018. Disponível em: SciELO - Brasil - Financiamento da Educação Brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB Financiamento da Educação Brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB

DEL-MASSO, Maria Candida Soares; COTTA, Maria Amélia de Castro; SANTOS, Marisa Aparecida Pereira. **Ética em pesquisa científica: conceitos e finalidades**. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155306/1/unesp-nead\\_reei1\\_ei\\_d04\\_texto2.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155306/1/unesp-nead_reei1_ei_d04_texto2.pdf).

DEL PRIORE, Mary. Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 03, n. 01. jan./jun. 2002. Disponível em: Fazer história, interrogar documentos e fundar a memória: a importância dos arquivos no cotidiano do historiador\* (upf.br)

DOURADO, José Ribamar. **A indústria do Maranhão: um novo ciclo**. Brasília: IEL, 2008.

FILHO, José Maria Marques de Melo. Ride – grande Teresina: a conformação de um arranjo urbano não metropolitano. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA*, 1. **Anais [...]**. Espírito Santo, Ufes, 2019, p. 3924- 3939.

FONSECA, Thais Nivea de Lima. História da Educação e História Cultural. *In: FONSECA, Thais Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive. **História e historiografia da educação no Brasil***. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral - Possibilidades e procedimentos**. 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Território plural: a pesquisa em história da educação**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a capital sonhada do Brasil oitocentista. **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 90-113, jan./jun. 2011. ISSN 1980-4369. Disponível em: SciELO - Brasil - Teresina: a capital sonhada do Brasil oitocentista Teresina: a capital sonhada do Brasil oitocentista

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. Memórias de uma escola isolada rural: estudos de um livro de visitas (1928 – 1948). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 69-86, jan./mar. 2011. Disponível em <https://www.cedes.unicamp.br/>.

GATTI, Décio Júnior. **História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas**. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4469>.

GIL, Natália. Exclusão na escola brasileira: características históricas da escolarização em uma sociedade desigual (1930-1971). **Educação em Foco**, Belo Horizonte, MG, ano 25, n. 46, abr./ago. 2022. ISSN 2317-0093.

GRAZZIOTTI, Luciane Sgarbi; KLAUS, Viviane; PEREIRA, Ana Paula Marques. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 33, n. e20200141, 2022. Disponível em: [www.scielo.br/j/pp/a/GJCbBcY4rdVdvQY56T9qLRQ/?format=pdf&lang=pt](http://www.scielo.br/j/pp/a/GJCbBcY4rdVdvQY56T9qLRQ/?format=pdf&lang=pt).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HISTÓRIA de Timon. **Visite o Brasil: Maranhão**. Disponível em: <https://www.visiteobrasil.com.br/nordeste/maranhao/polo-cocais/historia/timon>. Acesso em 06/08/2022.

KREUTZ, Arno. **O projeto João de Barro – uma experiência oficial de educação popular no Maranhão**. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Filosofia da Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982.

KUHN, Priscila Koester. **O uso dos arquivos por historiadores: um estudo de caso da pesquisa em história.** 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.

LEANDRO, José Augusto. A hanseníase no Maranhão na década de 1930: rumo à Colônia do Bonfim. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 433-447, abr./jun. 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/sWjzK3XMHhzGGwPP3xVrd9y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18/02/2023

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução: Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. Campinas: Unicamp, 1996.

LIMA, Elizabeth; ROCHA, Lucia Maria da Franca; CRUZ, Mariléia dos Santos; DICK, Martha Sara. Histórias cruzadas da escola primária no Maranhão, Acre, Bahia (1930 a 1960): algumas aproximações. *In*: SOUZA, Roza Fátima de; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). **História da escola primária no Brasil – investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional.** Aracaju: Edise, 2015.

LIMA JÚNIOR, Eduardo Brandão; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>.

LULA, Venâncio. **Vila de flores.** São Luís; Brasília: SIOGE-MA, 1991.

MAGALHÃES, Justino. Atlas-repertório dos municípios na educação e na cultura em Portugal (1820-1986). Perspectiva histórica. *In*: MAGALHÃES, Justino; ADÃO Áurea (org.). **História dos municípios na educação e na cultura: incertezas de ontem, desafios de hoje.** Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2013.

MAGALHÃES, Justino. Município e história da educação. **Cadernos de história da educação**, v. 18, n. 1, p. 9-20, jan./abr. 2019. Disponível em: [https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/38950/3/Municipios\\_e\\_Historia\\_da\\_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf](https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/38950/3/Municipios_e_Historia_da_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf).

MARTINS, Dalton Lopes; DIAS, Calíope Vítor Spíndola de Miranda Dias. Acervos digitais - Perspectivas, desafios e oportunidades para as instituições de memória no Brasil. **CETIC. BR.**, ano XI, n. 3, set. 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pt/publicacao/ano-xin-3-acervos-digitais/>.

MENDES, Rafael Brandão; CAMPOS, Nina Vieira. O conjunto habitacional IAPC: origens do modernismo em Teresina. *In*: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 13. **Anais [...]**. Salvador, Bahia, out. 2019. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2020/04/110950.pdf>.

MORAES, Violeta Cristina Soares. **História do Colégio Anchieta do Maranhão da**

**cidade de Pinheiro (1970-1973)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

NASCIMENTO, Elizânia Sousa do. **Desbravando inteligências para o desenvolvimento: o projeto bandeirante e a expansão do secundário maranhense na gestão Sarney (1966-1971)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2013.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina**. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

NETO, Wenceslau Gonçalves; CARVALHO, Carlos Henrique de (org.). **Ação municipal educação na Primeira República no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2015.

PACHECO JÚNIOR, José Mário. Território Paralelo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PINA, José Hermano Almeida; LIMA, Osmar Almeida de; SILVA, Vicente de Paulo da. Município e distrito: um estudo teórico. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 3, n. 6, p. 125-142, ago. 2008. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work>

PINTO, G. J. **Do sonho à realidade: Córrego Fundo – MG, fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte**. 2003. 248f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IG-UFU, Uberlândia, 2003.

PINTO, Maria Núbia Bonfim. Do velho ao novo: política e educação no Maranhão. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, 1982.

PIRES, Maria Coeli Simões. Autonomia municipal no Estado brasileiro. **Revista de informação legislativa**, v. 36, n. 142, p. 143-165, abr./jun. 1999. Disponível em: Sem título-1 (stj.jus.br)

QUADROS, Raquel dos Santos. **Ensino primário, expressão de um plano de educação no período de 1934 a 1945**. In: ANPED SUL, 10. Florianópolis, out. 2014. Disponível em: [http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/1294-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1294-0.pdf).

QUEIROZ, Teresinha. Cinema, invenção do diabo? In: QUEIROZ, Teresinha. **História, literatura, sociabilidades**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

RIBEIRO, Genes Duarte. **A professora da nação: as festas cívicas e as escolas na Paraíba**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9899>.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **História, memória e identidade na cidade de Timon na década de 1980**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007.

SANTOS, Raimundo Nonato Lima dos. **Timon, uma Flor de Cajazeira: do povoamento à vila**. Grafeti, Timon, 2007.

SÊGA, Rafael. História e política. **História: questões & debates**, Curitiba: UFPR, n. 37,

p. 183-195, 2002.

SILVA, Ana Nádia Conceição. **Falas de decadência, moralidade e ordem: a “história do Maranhão” de Mário Martins Meireles**. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Cristiano de Assis. **A constituição da rede escolar de Timon-MA: do Grupo Escolar ao Ginásio Bandeirante (1942-1971)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2014.

SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão (1903- 1920)**. 2011. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011.

SILVA, Tiago Rodrigues da; COSTA, Odaléia Alves da. **História do ensino primário e secundário de Timon (1950-1986): instituições e práticas educativas**. Juiz de Fora, MG: Garcia, 2020.

SOBRINHO, Aliomar Baleeiro Barbosa Lima. **Constituições Brasileiras**. 3. ed. Brasília: Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. v. 1946.

SOUSA, José Élcio Cêlho de. **Padre Delfino e Timon: vida, missão e história**. Teresina: Edufpi, 2015.

SOUSA, Raimunda de Carvalho. **Timon: sua história, sua gente**. Timon: Halley S. A., 2005.

SOUSA, Teresinha de Jesus dos Santos. **O município de Timon (MA) dos anos 1980 a 2013: sociedade e espaços rurais em transformação**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SOUZA CHALOPA, Rosa Fátima de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, n. e063, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e063>

SOUZA, José Edimar de; GIACOMONI, Cristian. Análise documental como ferramenta metodológica em história da educação: um olhar para pesquisas locais. **Cadernos CERU**, série 2, v. 32, n. 1, p. 139-146, jun. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/189278/174832>.

SOUZA, Rosa Fátima de. A escola pública primária no estado de São Paulo: políticas de expansão e de renovação pedagógica (1930- 1961). In: FURTADO, Alessandra Cristina; SCHELBAUER, Analete Regina; CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. **Itinerários e singularidades da institucionalização e expansão da escola primária no Brasil**. Maringá: Eduem, 2019.

STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (org.). **Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 330-391. (História e Saúde collection). ISBN 978- 85-7541-311-1.

STENTZLER, Márcia Marlene. **Experiências multidisciplinares na iniciação à docência na UNESPAR**. Porto União, SC. Kaygangue Ltda, 2017.

SWCHUMACHER, Maria da Graça Sais Borges; ZOTTI, Solange Aparecida. Levantamento e catalogação de fontes primárias e secundárias da história da educação no município de Concórdia. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 27, p. 243-255, set. 2007. Disponível em: [https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5015/art20\\_27.pdf](https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5015/art20_27.pdf).

TEIXEIRA, Anísio. Sobre o problema de como financiar a educação do povo brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 52, p. 27-42, 1953. Disponível em: [SÔBRE O PROBLEMA DE COMO FINANCIAR \(ufba.br\)](#)

VIANA, Jossé Ítalo Bezerra. **História local**. Sobral: INTA - Instituto Superior de Teologia Aplicada, 2016.

VILAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp: Lincoln Institute, 2001.

## FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.958, de 14 de novembro de 1942. Institui o Fundo Nacional do Ensino Primário e o Convênio Nacional do Ensino Primário. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 16657, 1942. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados ([camara.leg.br](http://camara.leg.br))

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil de 1950**. Rio de Janeiro, 1950. 583 p. Disponível em: IBGE | Biblioteca | Detalhes | Anuário estatístico do Brasil

BRASIL. **Censo demográfico do Maranhão de 1950**. Rio de Janeiro, 1950. 142 p. Disponível em: IBGE | Biblioteca | Detalhes | Censo demográfico : 1950 : seleção dos principais dados

BRASIL. **Censo demográfico do Maranhão – Piauí de 1960**. Rio de Janeiro, 1960. 268.p. Disponível em: IBGE | Biblioteca | Detalhes | Censo demográfico : 1950 : seleção dos principais dados

BRASIL. **Censo demográfico do Maranhão de 1970**. Maranhão, 1970. 72 p. Disponível em: IBGE | Biblioteca | Detalhes | Censo demográfico : 1970

BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1946. Disponível em: [Constituição46 \(planalto.gov.br\)](http://Constituição46.planalto.gov.br)

BRASIL. Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Cria o serviço de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Portal Câmara dos Deputados. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 1231, 1942. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados ([camara.leg.br](http://camara.leg.br))

BRASIL. Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Lei Orgânica do ensino industrial. Portal Câmara dos Deputados. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 1997, 1942. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

BRASIL. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário, responsável por organizar o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, com quatro anos, e o colegial, com três anos. Portal Câmara dos Deputados. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 5798, 1942. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

BRASIL. **Decreto-lei nº 730, de 8 de maio de 1943**. Ratificava o Convênio Nacional de Ensino Primário. Portal Câmara dos Deputados. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

BRASIL. Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943. Lei Orgânica do ensino comercial. Portal Câmara dos Deputados. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 19217, 1943. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

BRASIL. Decreto-lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do ensino primário. Portal Câmara dos Deputados. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 113, 1946. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

BRASIL. Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do ensino normal. Portal Câmara dos Deputados. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 116, 1946. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

BRASIL. Decretos-lei nº 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946. Sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece e deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores e sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, respectivamente. Portal Câmara dos Deputados. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 542, 1946.. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

BRASIL. Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Lei Orgânica do ensino agrícola. Portal Câmara dos Deputados. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Rio de Janeiro, p. 12019, 1946. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

BRASIL. Presidente (1947-1951: Eurico Gaspar Dutra). **Mensagem ao Congresso**. 1947. Disponível em: (presidencia.gov.br)

BRASIL. **Revista dos Municípios**, ano IV, n. 15, p. 141, jul./set. 1951.

BRASIL. **Revista Brasileira dos Municípios**, v. 5, n. 19, p. 464, jul./set. 1952.

BRASIL. **Sinopse Estatística do Maranhão 1939/1940**. Rio de Janeiro, 1942. 276 p.

IBGE. Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística. Municípios do estado do Maranhão e municípios do estado do Piauí [1956]. *In*: IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957-1964. v. 16.

MARANHÃO (Estado). Decreto nº 50, de 22 de dezembro de 1890. **Eleva Flore à categoria de vila**. Maranhão: Secretaria do Governo do Maranhão, 1890. p. 113.

Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MARANHÃO (Estado). Decreto n° 61, de 2 de fevereiro de 1891. **Estabelece os Limites da nova vila de Flores.** Acervo Digital Biblioteca Benedito Leite. Maranhão: Secretaria do Governo do Maranhão, 1891. p. 126. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MARANHÃO (Estado). Lei estadual n° 1139, de 10 de abril de 1924. **Eleva Flores a categoria de cidade.** Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MARANHÃO (Estado). **Decreto n° 179, de 28 de agosto de 1943.** Ratifica o Convênio Estadual de Ensino Primário. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MARANHÃO (Estado). **Decreto-lei n° 1.085, de 7 de novembro de 1943.** Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MARANHÃO (Estado). **Decreto n° 820, de 30 de dezembro de 1943.** Concede auxílio a diversos municípios do interior, para obras de utilidade pública. Estabelece a nova divisão administrativa do Estado. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MARANHÃO (Estado). **Decreto n° 960, de 29 de dezembro de 1944.** Adapta a organização judiciária do Estado aos Códigos de Processo Civil e Penal. São Luís: Palácio do Governo do Estado do Maranhão, 1944. p. 140-171. (Coleção de Decretos-Leis e Decretos de Janeiro a dezembro de 1943-1944). Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MARANHÃO (Estado). Governador (1951- 1956: Eugênio Barros). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** 1952. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MARANHÃO (Estado). Governador (1947-1951: Sebastião Archer da Silva). **Mensagem à Assembleia Legislativa,** 1948.

MARANHÃO (Estado). Governador (1957-1959: José Mattos de Carvalho). **Mensagem à Assembleia Legislativa,** 1959.

MARANHÃO (Estado). **Lei n° 123, de 5 de março de 1896.** Flores volta a categoria de vila. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MARANHÃO (Estado). **Lei n° 17, de 1 de novembro de 1947.** Dispõe sobre a organização dos municípios do Estado. (Coleção de Leis e Decretos de Julho a dezembro de 1947). Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MARANHÃO (Estado). **Lei n° 750, de 31 de dezembro de 1951.** A Caixa do Pobre considerada utilidade pública pelo governo estadual. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MARANHÃO (Estado). **Lei n° 269, de 31 de dezembro de 1953.** Divisão administrativa do Estado, que deveria vigorar, de 1° de janeiro de 1949 a 31 de dezembro de 1953. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MARANHÃO (Estado). **Lei n° 1838, de 30 de setembro de 1959.** Concede auxílio às vítimas de incêndio em Timon. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MARANHÃO (Estado). **Perfil da Administração Pública - administração direta.** 2015. v. 1.

MARANHÃO (Estado). **Relatório apresentado ao Exmo. Presidente da República, pelo Interventor Federal,** 1943. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

TIMON (Município). **Anteprojeto de lei n° 29, de 19 de abril de 1950.** Autoriza o prefeito municipal a conservar depois de alguns reparos, o campo de volley- ball e basquete- ball. Pasta Avulsa- Leis dos anos 1950 Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Anteprojeto de lei n° 12/54, de 29 de outubro de 1954.** Concede o prazo de 240 dias para retirada das casas localizadas no leito da Rua Firmino Gonçalves Pereira. Pasta Avulsa - Leis dos anos 1950. Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Projeto de Lei n° 12, de 28 de julho de 1948.** Estabelece no padrão de vencimento para os professores nomeados depois desta lei e de outras providências. Leis dos anos 1940. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Projeto de Lei n° 23, de 03 de setembro de 1949.** Considera de Utilidade pública o alto-falante Voz de São José. Leis dos anos 1940. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Projeto de lei n° 29, de 20 de abril de 1950.** Autoriza o prefeito municipal a conservar depois de alguns reparos, o campo de volley- ball e basquete- ball. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Câmara Municipal de Timon. . Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Projeto de lei n° 72.** Dispõe sobre aquisição de terrenos para ampliação do patrimônio municipal, 8 jun. 1951. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Projeto de Lei n° 85, de 18 de agosto de 1951.** Autoriza a criação de duas escolas municipais, uma no lugar São Lourenço e outra no lugar Canto da Gameleira deste Município e outra no lugar “Canto da Gameleira” deste município. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 90 de 31, de maio de 1952.** Autorizava crédito destino a aquisição de terreno para ser doado ao I. A. P. C. para a construção de grupo residencial. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon

TIMON (Município). **Lei n° 159, de 1955.** Isentava de imposto predial por cinco a dez anos os prédios residenciais construídos em estilo considerado moderno. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 159, de 1955.** Isentava de imposto predial por cinco a dez anos os prédios residenciais construídos em estilo considerado moderno. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 182 de 26 de setembro de 1956.** Autoriza a Criação de duas escolas municipais nos lugares Fazenda Nova e Cam Açu. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 195, de 24 de novembro de 1956.** Fica declarado de utilidade pública para o fim de ser desapropriado, uma faixa de terreno de propriedade de Maria Benedita da Silva Freitas, à Rua Magalhães de Almeida. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 172, de 16 de abril de 1956.** Autoriza a prefeitura municipal de Timon a aceitar doações de terra para loteamento, ampliando a área urbana da cidade. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 178, de 20 de setembro de 1956.** Autoria a criação de uma escola municipal no lugar Muquem deste município. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 179, de 25 de setembro de 1956.** Autoriza a criação de uma escola no lugar Castelo deste município. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 180, de 25 de setembro de 1956.** Autoriza a criação de uma escola no lugar Cumbre deste município. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 181, de 26 de setembro de 1956.** Autoriza a criação de uma escola municipal no lugar Canôa deste município. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 185 de 10 de outubro de 1956.** Transferência de escolas: Tapera para Bonitinho; Tiúbas para Santana da Gameleira; Barra das Pombas para São Gonçalo; Lagôa Seca para Flore do Campo; do lugar Malhada de Cima para o lugar Iracema; do lugar Mundo Novo para a Palestina. Cria uma escola municipal na localidade mundo novo. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 187, de 10 de outubro de 1956.** Abre crédito especial para socorrer vítimas de incêndio. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 204, de 9 de novembro de 1957.** Autoriza o poder Executivo a criar uma escola municipal no lugar Buritizinho. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 198, de 9 de novembro de 1957.** Auxílio de 1.500 cruzeiros

a José Veloso da Costa vítima de incêndio. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 217, de 4 de outubro de 1958.** Concede auxílio de Cr\$ 10.000,00 cruzeiros para socorrer as vítimas de incêndio, na rua do cemitério, em dias do mês de agosto do ano passado. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 223, de 30 de novembro de 1958.** Cria uma escola municipal na localidade mundo novo. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 220, de 30 de novembro de 1958.** Firma acordo para fomento da produção agrícola municipal com a União Federal, no ministério da agricultura. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 221 de 30, de novembro de 1958.** A prefeitura cede terreno à Paróquia São José de Timon para a construção de uma escola. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 223 de 30, de novembro de 1958.** Cria uma Escola Municipal na localidade Mundo Novo. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 224 de 30, de novembro de 1958.** Autoriza o prefeito a concluir a construção do Grupo Escolar que está sendo construído no Bairro. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 226, de 31 de julho de 1959.** Isenta de imposto de licença ou taxas os proprietários de casas descobertas ou incendiadas. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 225, de 31 de julho de 1959.** Autoriza as vítimas de incêndio fazer empréstimos e abrir crédito especial. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 247, de 20 de outubro de 1961**As escolas de sede do município passarão a funcionar num só grupo sob a denominação de Escolas Reunidas Municipais. Leis dos anos 1960. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 271, de 24 de novembro de 1962.** Doação de Cr\$ 30.000,00 cruzeiros para ampliar as instalações do Alvorada Clube Recreativo e Cultural. Leis dos anos 1960. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon

TIMON (Município). **Lei n° 275, de 3 de outubro de 1963.** Aquisição de telha para revender a preço de custo para que a população pobre pudesse cobrir sua casa de telha. Leis dos anos 1960. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 281, de 18 de março de 1964.** Verba para festividades de

inauguração da Prefeitura de Timon. Leis dos anos 1960. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 295, de 2 de março de 1966.** Considera de utilidade pública a Escola Assembleia de Deus. Leis dos anos 1960. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 313, de 15 de outubro de 1966.** Aquisição de dois terrenos para a construção de dois grupos escolares. Leis dos anos 1960. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 317, de 5 de dezembro de 1966.** Cria o Ginásio Industrial. Leis dos anos 1960. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 323, de 30 de dezembro de 1966.** Suplementa verbas (educação). Leis dos anos 1960. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 340, de 3 de agosto de 1967.** Cria 16 escolas no interior do município. Leis dos anos 1960. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 354, de 14 de novembro de 1967.** Cria o SAAE. Leis dos anos 1960. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 360, de 18 de março de 1968.** Autoriza o poder executivo a ordenar que o Ginásio Bandeirante de Timon funcione no prédio do Grupo Escolar Municipal e dá outras providências. Leis dos anos 1960. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 409, de 10 de abril de 1970.** Autoriza o Executivo Municipal a ceder por empréstimo o Grupo Escolar Senador Clodomir Millet. Leis dos anos 1960. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Lei n° 427, de 9 de dezembro de 1970a.** Autoriza o Executivo a ceder por empréstimo os Grupos Escolares de Duque de Caxias e Enoque Moura. Leis dos anos 1970. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Ofício n° 136/1951.** Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Parecer.** Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon, 21 ago. 1951.

TIMON (Município). **Projeto de Lei n° 3/53.** Sobre a criação de uma olaria para fabrico de telhas que seriam destinadas a cobertura de casas das pobres da cidade. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Projeto de lei n° 25.** Discorre sobre os limites do urbano, suburbano e rural em Timon. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Projeto de Lei n° 18, de 8 de fevereiro de 1949.** Tratava da construção de casas de palha e cercados na zona urbana. Leis dos anos 1940. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Projeto de Lei n° 89, de 29 de agosto de 1959.** Autoriza a criação de uma escola municipal no lugar Porto Alegre no município de Timon. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Projeto de Lei n° 3/65, de 26 de outubro de 1965.** Sobre a criação do Estádio Miguel Lima. Leis dos anos 1960. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Projeto de Lei n° 9/53, de 11 de novembro de 1955.** Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Projeto de Lei n° 327, de 3 de dezembro de 1970 b.** Autoriza o Executivo municipal a ceder por empréstimo o grupo escolar senador Clodomir Millet. Leis dos anos 1970. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon.

TIMON (Município). **Relatório de leitura técnica 2021/2022.** SEMPLAN PMT. Disponível em: <http://timon.ma.gov.br/site/wp-content/uploads/2022/11/Timon-Relatorio-Leitura-Tecnica.pdf>.

TIMON (Município). Sala de Sessões da Câmara Municipal de Timon, Estado do Maranhão, em 25 de novembro de 1958. Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa-Arquivo Câmara Municipal de Timon

TIMON (Município). **São Miguel.** Leis dos anos 1950. Pasta Avulsa- Arquivo Câmara Municipal de Timon.

## JORNAIS

A GREVE Somente Cessará. **Jornal do Maranhão**, 1960, p. 5. Disponível em: BPBL - Acervo Digital ([cultura.ma.gov.br](http://cultura.ma.gov.br))

ALVIRAÇAS à mocidade e aos pais de famílias. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano1, n. 4, p. 1, 4, 19 maio 1956. Disponível em: BPBL - Acervo Digital ([cultura.ma.gov.br](http://cultura.ma.gov.br))

A PROCURA de um padrinho. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1 , n. 3, p. 1, 19 abr. 1956. Disponível em: BPBL - Acervo Digital ([cultura.ma.gov.br](http://cultura.ma.gov.br))

AUXÍLIO do Piauí. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, n. 43, p. 7, 19 ago. 1959. Disponível em: BPBL - Acervo Digital ([cultura.ma.gov.br](http://cultura.ma.gov.br))

BAIRRO Santo Antônio. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, n. 6, p. 4, 19 jul. 1956. Disponível em: BPBL - Acervo Digital ([cultura.ma.gov.br](http://cultura.ma.gov.br))

BAIRRO São Benedito. **Jornal Correio de Timon**, 19 jul. 1958. p. 5. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

CAMPANHA de Alfabetização de Adultos. **Jornal A Tarde**, São Luiz, Maranhão, 22 set. 1947. p. 1. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

CAMPANHA dos Educandários Gratuitos. **Jornal Correio de Timon**, Timon, 19 fev. 1957, p. 10. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

CAXIAS pede um Ginásio. **Jornal do Maranhão**, ano 21, 1966, p. 5. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

CINE Paroquial. **Jornal Correio de Timon**, fev. 1956, p. 3. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

COLÉGIO e Escola Técnica de Comércio São Francisco de Sales. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, n. 3, 19 abr. 1956. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

CONCLUDENTES de Curso Normal. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 2, n. 35, p. 9, 19, 25 dez. 1958. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

DIPLOMADO Posse do governador José Matos de Carvalho, **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, 1957, p. 1. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

EM VÁRIAS escolas do município, alunos fazem 1º comunhão. **Jornal Correio de Timon**, Timon, p. 6, 19 out. 1956. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

EXAME Vestibular. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, n. 2, 19 mar. 1956, p. 1. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

FESTA Escolar. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, 19 abr. 1956, p. 3. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

FESTA de Santo Antonio. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, n. 3, 19 abr. 1956, p. 1. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

FREQUÊNCIA de alunos. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, n. 6, 19 jul. 1956, p. 4. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

GINÁSIO Des. Antônio Costa. **Jornal O Dia**, Teresina, 20 jan. 1952, p. 2. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

GINÁSIO Desembargador Antônio Costa. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, n. 6, 19 jul. 1956, p. 3. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

GINÁSIO Diocesano São Luiz Gonzaga. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, n. 1, 19 dez. 1956, p. 21. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

GINÁSIO Teixeira Mendes. **Jornal O Irapuru**, São Luiz, Maranhão, ano 1, n. 3, 4 nov. 1946,

p. 1-7. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

GOVERNADOR Eugênio Barros. **Jornal O Dia**, Teresina, Piauí, ano 11, n. 59, 16 mar. 1952. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

GOVERNADOR José Mato Carvalhos Visita Timon. **Jornal Correio de Timon**, Timon, 19 out. 1957, p. 7. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)  
IGREJA São José. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, 19 jul. 1957, p. 7.

INSTALADA, no Maranhão, Secretaria de Agricultura. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano IV, n. 40, 19, 23 maio 1959, p. 1. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

LIGEIROS Traços de Timon. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, n. 4, 19 maio 1956. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MOVIMENTO Esportivo. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, fev. 1952, p. 2. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MULLER. Alunos no encerramento do ano letivo de 1955 da Escola da Caixa do Pobre. **Jornal Correio de Timon**, Timon, ano 1, n. 2. 19 mar. 1956, p. 1. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

MULLER. Encerramento do ano letivo de 1955 da Escola beneficente Caixa do Pobre, com a presença do promotor da Comarca Dr. José Gonçalves, do padre Delfino da Silva Júnior, do prefeito Joaquim Martins Ferreira e do coletor Jamil Gedeon. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

NA TRIBUNA da Câmara Federal. **Jornal O Combate**, São Luiz, 20 jun. 1949. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

NOVAS perspectivas para a instrução. **Jornal O Irapurú**, São Luiz, Maranhão, 4 nov. 1946. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

NOVOS horizontes para a comuna timonense com a posse do prefeito Martins Ferreira. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, n. 1, 19 fev. 1956. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

NÚCLEO de Alfabetização do Povo. **Jornal A Tarde**, São Luiz, Maranhão, 2 jul. 1947, p. 1. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

O ENSINO não é mercadoria – Campanha contra o aumento das taxas escolares. **Jornal O Combate**, São Luiz, 8 mar. 1948, p. 7. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

O INCÊNDIO das Casas. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 4, n. 41, 30 jun. 1949, p. 9-19. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

OS QUE estudam. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, n. 3, 19 abr. 1956, p. 1. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

O 7 DE SETEMBRO em Timon. **Jornal Correio de Timon**. Timon, Maranhão, ano III, n. 22, 25 set. 1958, p. 6-19. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

PARQUE Piauí. **Jornal Correio de Timon**, Timon, 19 ago. 1956, p. 3. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

POSTO de Saúde Municipal. **Jornal Correio de Timon**, p. 5, 19 out. 1956. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

PREFEITO Joaquim Martins Ferreira. **Jornal Correio de Timon**. Timon, 19 fev. 1957, p. 5.

PREFEITO José Nilton Nunes. **Jornal Correio de Timon**, 19 out. 1957, p. 8. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

PROJETO de reestruturação do professorado primário do Maranhão. **Jornal O Combate**, ano 24, n. 4.700, 26 nov. 1948, p. 4. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)  
Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

PROPAGANDA Botica São Jorge. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, n. 2, 19 mar. 1956, p. 1. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

PROPAGANDA Socorro Farmacêutico São José. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, n. 6, 19 jul. 1956, p. 6. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

RELATORIO – apresentado pelo prefeito de S. José dos Matões ao Congresso de Prefeitos reunidos em Caxias. **Jornal Gazeta de Flores**, ano 1, n. 21, 20 mar. 1932, p. 2. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

RESUMO dos Estatutos. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, n. 1, 19 fev. 1956, p. 2,. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

SERVIDA a Primeira Merenda. **Jornal A Tarde**, São Luiz, Maranhão, 11 set. 1947, p. 1. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

VEEMENTE Protesto Estudantil. **Jornal do Maranhão**, Semanário e Orientação Católica, S. Luis, ano 19, n. 1976, 7 fev. 1960. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

VIVA o Babaçu. **Jornal Correio de Timon**, Timon, Maranhão, ano 1, 19 set. 1956. Disponível em: BPBL - Acervo Digital (cultura.ma.gov.br)

## FONTES ORAIS

A1. **A Constituição da Rede Escolar Municipal de Timon**: depoimento. [Entrevista cedida a] Jessica Assunção Leal. Timon, 15 maio 2022.

A2. **A Constituição da Rede Escolar Municipal de Timon**: depoimento. [Entrevista cedida a] Jessica Assunção Leal. [Entrevista cedida a] Jessica Assunção Leal. Timon, 17

maio 2022.

**A3. A Constituição da Rede Escolar Municipal de Timon:** depoimento. [Entrevista cedida a] Jessica Assunção Leal. Timon, 18 maio 2022.

**A4. A Constituição da Rede Escolar Municipal de Timon:** depoimento. [Entrevista cedida a] Jessica Assunção Leal. Timon, 18 maio 2022.

**A5. A Constituição da Rede Escolar Municipal de Timon:** depoimento. [Entrevista cedida a] Jessica Assunção Leal. Timon, 25 abr. 2022.

**A6. A Constituição da Rede Escolar Municipal de Timon:** depoimento. [Entrevista cedida a] Jessica Assunção Leal. Timon, 25 abr. 2022.

**A7. A Constituição da Rede Escolar Municipal de Timon:** depoimento. [Entrevista cedida a] Jessica Assunção Leal. Timon, 17 maio 2022

